ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO CAMPONESA
O CASO DO BÚZI

YASSER ARAFAT DADÁ

ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO CAMPONESA
O CASO DO BÚZI

YASSER ARAFAT DADÁ

OMR
Observatório do Meio Rural

FICHA TÉCNICA

Título: **Estratégias de produção camponesa. O caso do Búzi**

Autor: **Yasser Arafat Dadá**

Observatório do Meio Rural
E-mail: office@omrmz.org
Endereço: Rua Faustino Vanombe, nº 81, 1º Andar.
Maputo – Moçambique
www.omrmz.org
©2025

ISBN: 978-989-35976-3-7

Revisão linguística: **Margarida Martins**
Formatação: **Fátima Carimo**
Design da capa: **Yasser Arafat Dadá**

APRESENTAÇÃO DO AUTOR

Yasser Arafat Ismael Dadá é economista moçambicano, Doutor em *Development Studies* pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa, onde estudou os determinantes socioeconómicos da pobreza em Moçambique. Antes disso, concluiu o Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional na mesma instituição, com um estudo sobre estratégias de produção camponesa no Sul do Save, e a licenciatura em Economia na Universidade Politécnica, em Maputo.

Ao longo da sua carreira, tem conciliado investigação académica com intervenção prática no campo do desenvolvimento rural. Desde 2023 exerce funções de Director Executivo do Observatório do Meio Rural (OMR), instituição onde iniciou o seu percurso como assistente de investigação em 2012 e onde desenvolveu diversos estudos sobre agricultura familiar, políticas públicas, pobreza, desigualdades e dinâmicas territoriais.

Publicou livros, capítulos e artigos em revistas e relatórios, sendo co-autor de obras de referência com o Professor Dr. João Mosca sobre políticas agrárias, pobreza e desenvolvimento em Moçambique. A sua experiência inclui ainda a coordenação de projectos, de inquéritos de grande escala, trabalhos de campo em todas as províncias do país e a participação em debates públicos e conferências nacionais e internacionais.

Combinando análise e compromisso com a transformação social, o autor, dedica a sua investigação a compreender e propor soluções para os desafios da agricultura camponesa e do desenvolvimento rural em Moçambique.

AGRADECIMENTOS

A elaboração deste livro foi possível graças ao contributo, dedicação e apoio de muitas pessoas e instituições, às quais expresso a minha profunda gratidão.

Ao Professor Dr. João Mosca, pela coordenação atenta, pelos ensinamentos constantes e pelos contributos sempre valiosos. À Margarida Martins, pelo rigor na revisão editorial, pelas observações pertinentes e pela vasta experiência que trouxe ao processo, enriquecendo cada detalhe desta obra.

Agradeço de forma especial aos inquiridores que estiveram comigo no terreno, dedicando tempo e esforço para que os dados aqui apresentados fossem recolhidos com seriedade e compromisso: Albino Marinde, Francisco Matimbua, Helena Semedo, José Albino e Rute Chatocota. À União Distrital de Camponeses do Búzi e a todas as organizações e comunidades locais que abriram as portas, partilharam o seu conhecimento e confiaram neste processo, o meu reconhecimento.

A minha esposa, Fátima Faruk, merece um agradecimento profundo, pelo apoio, paciência e incentivo constantes ao longo de todo este percurso. Sem a sua presença, carinho e força, esta caminhada teria sido muito mais difícil.

Ao Observatório do Meio Rural (OMR), que acolheu e apoiou esta investigação, e a todos os parceiros, instituições e colegas envolvidos directa ou indirectamente, deixo o meu sincero apreço. Este livro é também fruto da confiança, colaboração e espírito colectivo que se constrói quando o conhecimento é colocado ao serviço da transformação social.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....1

CAPÍTULO I: O PAPEL DA ESTRUTURA DA FAMÍLIA NA PRODUÇÃO CAMPONESA. O CASO DO BÚZI.....13

CAPÍTULO II: ENTRE A ENXADA E O TRACTOR: EXPLORANDO A POSSE DE BENS E ESTRATÉGIAS CAMPONESAS.....21

CAPÍTULO III: DIVERSIFICAÇÃO DE CULTURAS COMO ESTRATÉGIA DE PRODUÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES.....30

CAPÍTULO IV: ENTRE TRADIÇÃO E TRANSFORMAÇÃO: DINÂMICAS DE GÉNERO NA AGRICULTURA FAMILIAR. O CASO DE BÚZI.....39

CAPÍTULO V: ENTRE A ENXADA E O FUTURO: MOTIVAÇÕES PARA O ABANDONO DA AGRICULTURA. O CASO DE BÚZI.....47

CAPÍTULO VI: POLÍTICAS PÚBLICAS E DESAFIOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: NAVEGANDO ENTRE OS RECURSOS ESCASSOS, ADVERSIDADES CLIMÁTICAS E MERCADOS VOLÁTEIS. O CASO DO BÚZI.....56

CAPÍTULO VII: RELAÇÃO ENTRE SERVIÇOS DE EXTENSÃO E PRODUTIVIDADE. O CASO DE BÚZI.....65

CAPÍTULO VIII: ESTRATÉGIAS DE ADAPTAÇÃO ÀS INCERTEZAS: UM ESTUDO COM PEQUENOS PRODUTORES DO BÚZI.....75

CAPÍTULO FINAL.....85

RESUMO

A agricultura camponesa é um pilar para milhões de famílias em Moçambique e em diversas partes do mundo. No entanto, a sua evolução resulta de um equilíbrio complexo entre factores sociais, económicos, ambientais e institucionais. Este livro parte de uma reflexão sobre as estratégias de produção camponesa para, depois, analisar na realidade específica do distrito do Búzi, revelando desafios, estratégias e oportunidades enfrentadas pelos pequenos produtores locais.

Num primeiro momento, o livro contextualiza a agricultura camponesa no panorama teórico, explorando conceitos fundamentais que ajudam a compreender as escolhas e estratégias dos pequenos produtores em Moçambique e, particularmente, no distrito do Búzi. São inseridos nesse quadro a influência de factores históricos (como as políticas agrárias pós-independência e as reformas económicas) e macroestruturais (mercados globais, mudanças climáticas e políticas públicas). Esse enquadramento permite perceber a agricultura camponesa como um fenómeno moldado por múltiplas interacções entre escassez de recursos, instabilidade climática, mercados voláteis e apoio estatal insuficiente.

De seguida é feita a análise dos dados recolhidos no terreno. Para o efeito, caracterizamos a estrutura socioeconómica das famílias agrícolas, examinamos os principais obstáculos que enfrentam como – acesso limitado a crédito, dependência de mão-de-obra familiar e vulnerabilidade às variações climáticas – e quantificamos os impactos dessas dificuldades. A análise revela, entre outros aspectos, que grande parte dos produtores não tem acesso a crédito e cultiva parcelas pequenas, muitas vezes herdadas ou distribuídas por sistemas tradicionais, enfrentando desafios como conflitos fundiários e solos de baixa fertilidade. Esses dados não apenas aprofundam a compreensão sobre os factores que limitam a produção camponesa no Búzi, mas também contribuem para a literatura sobre agricultura familiar em Moçambique.

Outro tema central explorado é a forma como os camponeses desenvolvem estratégias de produção e sobrevivência em resposta às incertezas do sector. Ao articular economia agrária e antropologia rural, analisamos como práticas como a diversificação de culturas, o armazenamento de alimentos e a cooperação não são apenas reacções instintivas, mas estratégias racionais. Essas descobertas dialogam com debates sobre adaptação e resiliência climática, trazendo novas evidências sobre a capacidade dos agricultores do Búzi de gerir riscos e assegurar sua subsistência em condições adversas.

Por fim, o livro discute o papel das políticas públicas e das instituições de apoio à agricultura na pequena produção. A análise mostra que a presença de serviços de extensão agrícola e programas de assistência técnica tem um impacto positivo na produtividade, corroborando com a literatura que defende a difusão de informação e tecnologia como factores-chave para o desenvolvimento rural. A investigação evidencia a necessidade de fortalecer essas iniciativas para ampliar os seus efeitos e alcançar um número maior de produtores.

Este livro combina métodos quantitativos e qualitativos. Em termos de contribuição, o estudo reafirma a importância de estratégias já reconhecidas, como a diversificação da produção, mas também revela novos elementos, como o papel da estrutura familiar na adopção de práticas agrícolas específicas. Dessa forma, este livro oferece reflexões sobre a resiliência da agricultura familiar em contextos de risco, trazendo subsídios tanto para a academia quanto para formuladores de políticas e actores do desenvolvimento rural.

1. INTRODUÇÃO

1.1 O que esperar e como ler este livro?

Ler um livro sobre estratégias de produção camponesa pode parecer, à primeira vista, um exercício técnico e repleto de dados e conceitos económicos. No entanto, este livro não foi concebido só para especialistas da área. Ele destina-se a todos aqueles que se interessam pelo tema.

Não é necessário que leias este livro de forma linear. Por isso, alguns aspectos e conceitos podem ser repetidos ao longo dos capítulos para garantir que cada secção seja compreendida de forma independente. Cada capítulo aborda um tema específico e pode ser lido de forma independente.

Ao longo dos capítulos, combinamos investigação académica, dados empíricos, entrevistas com produtores e um olhar crítico sobre os desafios e oportunidades do sector agrícola camponês. O objectivo não é apenas apresentar factos, mas também promover uma reflexão sobre a importância da agricultura familiar no contexto moçambicano. Para isso, o livro está estruturado da seguinte forma:

1. Contextualização da agricultura camponesa – Antes de abordarmos os desafios e estratégias dos pequenos produtores, é importante compreender o que caracteriza a agricultura camponesa, a sua evolução histórica e o seu papel na economia e segurança alimentar de Moçambique.

2. A Estrutura familiar e a produção agrícola – As dinâmicas familiares influenciam directamente as estratégias de produção agrícola. Neste capítulo, analisamos como o tamanho, a composição e a organização das famílias camponesas afectam a sua capacidade produtiva e a adaptação às mudanças económicas e ambientais.

3. Posse de bens e estratégias de produção – A posse de recursos, como terra, equipamentos agrícolas e infra-estruturas de armazenamento, pode determinar as opções produtivas dos camponeses. Aqui, exploramos como esses factores impactam a diversificação das culturas e a resiliência económica das famílias.

4. Diversificação de culturas – A diversificação agrícola é uma estratégia fundamental para reduzir riscos e garantir o sustento das famílias camponesas. Neste capítulo, analisamos os padrões de cultivo, os desafios do acesso a insumos e mercados e o impacto da diversificação no rendimento e consumo familiar.

5. Questões de género na agricultura camponesa – O papel das mulheres na agricultura camponesa é fundamental, mas frequentemente invisibilizado. Neste capítulo, discutimos as desigualdades de género no acesso a recursos, a participação das mulheres na tomada de decisões e as oportunidades para promover uma agricultura mais equitativa.

6. Mudanças climáticas e sustentabilidade ambiental – As mudanças climáticas representam um dos maiores desafios para a agricultura camponesa. Este capítulo analisa os impactos ambientais sobre a produção agrícola, as estratégias de adaptação dos pequenos produtores e as práticas sustentáveis que podem ser implementadas para garantir a resiliência agrícola.

7. Desafios e políticas públicas para o sector camponês – O desenvolvimento rural depende de políticas eficazes. Este capítulo avalia as políticas agrícolas existentes, os serviços de extensão rural e o acesso a crédito e insumos pelos pequenos produtores, destacando os desafios e possíveis soluções para fortalecer a agricultura camponesa.

8. Conclusão e recomendações – No último capítulo, sintetizamos as principais conclusões do livro e apresentamos recomendações.

Independentemente do capítulo que escolheres começar a leitura, este livro pretende ser uma ferramenta acessível e útil para todos aqueles que desejam compreender melhor a realidade da agricultura camponesa e o seu papel no desenvolvimento do país.

1.2 O papel da agricultura camponesa: perspectivas teóricas sobre a agricultura camponesa

A agricultura camponesa tem sido, ao longo da história, um dos pilares centrais da economia rural, especialmente em países em desenvolvimento. A agricultura familiar[1], é caracterizada pelo uso intensivo de mão de obra familiar, o cultivo em pequenas parcelas de terra e a diversificação de culturas voltadas para a subsistência (Ellis, 1993[2]; Chayanov, 1925[3]). No entanto, apesar da sua importância económica e social, a agricultura camponesa tem sido frequentemente marginalizada nos modelos de desenvolvimento agrícola, que priorizam sistemas produtivos baseados na mecanização e na integração aos mercados globais (Schultz, 1964; De Janvry e Sadoulet, 2001).

Historicamente, o papel da agricultura camponesa tem sido objecto de intensos debates académicos. Na teoria económica, o debate começa nas formulações clássicas de Marx (1867)[4], Chayanov (1925), Polanyi (1944)[5] e outros até abordagens mais contemporâneas. Marx, em especial, influenciou profundamente as análises sobre a relação entre o campesinato e o capitalismo, argumentando que os pequenos produtores rurais, ao longo do desenvolvimento do modo de produção capitalista,

[1] Reconhecemos que existem diferenças conceptuais entre os termos pequenos produtores, produção camponesa, produção familiar, agricultura familiar e agricultura camponesa, sendo que cada um pode estar associado a distintos enquadramentos teóricos, políticos e institucionais. Contudo, para efeitos deste livro, utilizamos estes termos como sinónimos, referindo-nos genericamente às formas de produção agrícola de pequena escala, predominantemente voltadas para o autoconsumo e o mercado local, baseadas no trabalho familiar e na gestão directa dos recursos produtivos pelos próprios produtores.
[2] Ellis, F. (1993). Peasant Economics: Farm Households and Agrarian Development. Cambridge University Press.
[3] Chayanov, A. V. (1925). The Theory of Peasant Economy. University of Wisconsin Press.
[4] Marx, K. (1867). *O Capital, Livro I*. Editora Boitempo
[5] Polanyi, K. (1944). *The Great Transformation: The Political and Economic Origins of Our Time*. Beacon Press.

são pressionados pela expropriação de terras e pela integração forçada ao mercado (Marx, 1867). Essa dinâmica de subordinação da agricultura camponesa ao capital industrial e financeiro persiste até hoje, com a globalização dos mercados agrícolas e a crescente mercantilização da terra e dos recursos naturais (Harvey, 2003)[6].

Contudo, a persistência da agricultura camponesa desafiou essa teoria. Chayanov (1925) argumenta que a racionalidade camponesa apresenta um princípio de equilíbrio entre o trabalho e as necessidades de consumo da família. Essa teoria, conhecida como "teoria do equilíbrio camponês", explica por que os pequenos produtores continuam a existir, mesmo em economias industrializadas.

Essa visão foi posteriormente ampliada por Karl Polanyi (1944), que destacou a importância das instituições sociais e das relações de reciprocidade na economia camponesa. Para Polanyi, a produção camponesa não pode ser analisada apenas como uma actividade de mercado, pois envolve trocas baseadas em solidariedade, sistemas consuetudinários de posse da terra e resistência às forças do mercado global. Essa capacidade de resistência também foi explorada por James Scott (1976), que introduziu o conceito de economia moral do camponês. Scott demonstrou que os pequenos produtores, diante da exploração económica, não adoptam uma postura passiva, mas sim constroem formas de resistência cotidiana, como cooperação informal, redes de troca, entre outros.

Mais recentemente, Jan Douwe van der Ploeg (2018) argumenta que o campesinato não é apenas um remanescente do passado, mas sim uma alternativa viável ao modelo agroindustrial, especialmente no contexto da crise ambiental e das mudanças climáticas. Segundo ele, os pequenos produtores desenvolvem estratégias de resistência e inovação, combinando práticas tradicionais com novas tecnologias adaptadas às condições locais.

A literatura recente demonstra que a agricultura camponesa tem um papel importante na sustentabilidade alimentar global, sendo responsável por 80% dos alimentos consumidos mundialmente (FAO, 2019)[7].

1.3 Contextualização da agricultura camponesa em Moçambique

A agricultura camponesa em Moçambique é um dos principais pilares da economia e da segurança alimentar. Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE, 2022)[8], aproximadamente 80% da população rural moçambicana depende directamente da agricultura para sua subsistência e o sector agrícola responde por cerca de 25% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. No entanto, essa agricultura caracteriza-se por baixa produtividade, uso limitado de insumos modernos e forte dependência da mão de obra familiar (Cunguara e Darnhofer, 2011[9], INE 2022,

[6] Harvey, D. (2003). *The New Imperialism*. Oxford University Press.
[7] FAO (2019). *The State of Food and Agriculture: Moving Forward on Food Loss and Waste Reduction*. Food and Agriculture Organization of the United Nations.
[8] INE – Instituto Nacional de Estatística de Moçambique (2022). *Censo Agropecuário 2021: Relatório Final*. INE, Maputo.
[9] Cunguara, B., e Darnhofer, I. (2011). *Assessing the impact of agricultural technologies on smallholder farmers in Mozambique*. Food Policy, 36(3), 378-390.

Dadá, 2024[10]).

Ao longo das últimas décadas, o sector agrícola moçambicano passou por diversas transformações. No período pós-independência (1975), o governo adoptou um modelo centralizado e colectivista, priorizando grandes machambas estatais. Contudo, com a crise económica e o início da guerra civil (1977-1992), o modelo fracassou, e o país sofreu quedas acentuadas na produção alimentar, aumentando a dependência de ajuda humanitária internacional (Hanlon e Smart, 2012)[11].

A partir dos anos 1990, com a assinatura do Acordo Geral de Paz (1992) e a adopção de reformas neoliberais, Moçambique iniciou um processo de liberalização do sector agrícola (Tschirley e Benfica, 2001)[12]. Esse novo modelo abriu espaço para o sector privado e atraiu investimentos externos, especialmente no agronegócio e na produção *de commodities* agrícolas para exportação. No entanto, a agricultura camponesa não recebeu incentivos adequados e a maioria dos pequenos produtores continuou sem acesso a crédito, insumos e mercados estruturados (Walker et al., 2004)[13].

Em termos de produção, os pequenos agricultores moçambicanos concentram-se em culturas de subsistência, como milho, mandioca, arroz, feijão e amendoim. No entanto, a baixa diversificação produtiva, associada a factores estruturais como o baixo acesso a tecnologias agrícolas, ausência de irrigação e infraestrutura de comercialização deficiente, limita a competitividade do sector (FAO, 2021)[14]. Para muitos agricultores, a venda do excedente de produção representa a única forma de obtenção de renda monetária, mas os preços instáveis e a falta de acesso a mercados formais reduzem os incentivos para o investimento produtivo (World Bank, 2020).

Outro aspecto crítico é a fragilidade da estrutura fundiária. Em Moçambique, a terra pertence ao Estado, e os agricultores operam sob um sistema de direitos de uso e aproveitamento da terra (DUAT). Embora essa legislação teoricamente proteja os pequenos produtores, na prática, muitos enfrentam dificuldades na obtenção de títulos formais de posse (Norfolk e Tanner, 2007[15], Dadá 2016[16]). Como resultado, grande parte da terra cultivada pelos camponeses permanece sem DUAT, tornando os produtores vulneráveis à expropriação e limitando o acesso ao crédito agrícola.

[10] Dadá, Yasser Arafat (2024). Determinantes socioeconómicos da pobreza em Moçambique. Tese de Doutoramento. Universidade de Lisboa.
[11] Hanlon, J., e Smart, T. (2012). Do Bicycles Equal Development in Mozambique? James Currey Publishers
[12] Tschirley, D., e Benfica, R. (2001). *Smallholder Agriculture, Wage Labour and Rural Poverty Alleviation in Mozambique*. Journal of Modern African Studies, 39(2), 333-358.
[13] Walker, T., Tschirley, D., Low, J., Boughton, D., e Howard, J. (2004). *Determinants of Rural Income in Mozambique in 1996-97*. Research Report, Michigan State University.
[14] FAO – Food and Agriculture Organization (2021). *Mozambique: Agricultural Sector Review and Outlook*. FAO Country Reports.
[15] Norfolk, S., e Hanlon, J. (2012). *Customary land tenure in Mozambique: The case of the Zambezia province*. Journal of Southern African Studies, 38(3), 629-651.
[16] Dadá (2016). Estratégia de Produção Camponesa em Moçambique: Estudo de caso no Sul do Save – Chokwé, Guijá e Kamavota. Observador Rural 51. Observatório do Meio Rural.

Além desses desafios estruturais, a agricultura camponesa moçambicana é vulnerável às mudanças climáticas e aos desastres naturais. O país está localizado em uma das regiões mais afectadas por eventos climáticos extremos na África, incluindo secas, inundações e ciclones tropicais (Arndt et al., 2008)[17]. Nos últimos anos, eventos como o Ciclone IDAI e o Ciclone Kenneth devastaram áreas agrícolas extensas, resultando na perda de colheitas e no deslocamento de milhares de famílias rurais (ReliefWeb, 2019)[18].

Portanto, a agricultura camponesa moçambicana opera dentro de um quadro de oportunidades e vulnerabilidades. Embora o sector tenha potencial para impulsionar a segurança alimentar e o desenvolvimento rural, os desafios estruturais e climáticos limitam sua produtividade e sustentabilidade. Para compreender como esses desafios se manifestam na prática, é fundamental analisar um caso específico da agricultura camponesa, para efeitos deste livro, foi avaliado o distrito do Búzi.

1.3.1. O caso do Búzi

O distrito do Búzi, localizado na província de Sofala, Centro de Moçambique e representa uma boa amostra das realidades enfrentadas pela agricultura camponesa no país. Com uma população predominantemente rural e uma economia baseada essencialmente na produção agrícola de pequena escala, o Búzi exemplifica os desafios estruturais e conjunturais que limitam o crescimento do sector e perpetuam a vulnerabilidade dos agricultores locais.

A agricultura camponesa no Búzi é, sobretudo, uma actividade de subsistência, onde os pequenos produtores destinam grande parte de sua produção ao consumo familiar, vendendo apenas eventuais excedentes nos mercados locais. O uso de tecnologias tradicionais, a baixa mecanização, a limitada diversificação produtiva e a forte dependência da mão de obra familiar caracterizam o sector agrícola local. Assim como no resto do país, a produtividade no Búzi permanece baixa, reflectindo as dificuldades no acesso a insumos melhorados, à irrigação e a mercados estruturados (FAO, 2021; Cunguara e Darnhofer, 2011).

a) Condições agroecológicas e produção agrícola em Búzi

O Búzi possui um clima tropical seco a subúmido, com duas estações bem definidas: uma chuvosa e quente, que ocorre entre Novembro e Abril, e uma seca e relativamente mais fria, entre Maio e Outubro. Essas características climáticas influenciam os sistemas agrícolas da região, determinando os períodos de plantio e colheita, bem como a disponibilidade de água para irrigação.

As terras férteis do vale do Búzi, situadas ao longo do rio Búzi, são historicamente utilizadas para o cultivo de arroz, tornando essa cultura uma das mais importantes da região. Além do arroz, outras culturas comuns incluem milho, feijão-nhemba, amendoim, gergelim, mandioca e hortaliças. No entanto, a disponibilidade de terras cultiváveis varia significativamente dentro do distrito, com áreas mais próximas ao

[17]Arndt, C., Tarp, F., e Thurlow, J. (2008). *The economic costs of climate change: A multi-sector impact assessment for Mozambique*. World Bank Policy Research Working Paper.
[18] ReliefWeb (2019). *Mozambique Cyclone Idai: Humanitarian Response Update*. ReliefWeb Reports.

rio sendo mais férteis e produtivas, enquanto zonas distantes sofrem com solos arenosos e menor retenção de umidade (Walker et al., 2004).

O sistema de produção agrícola no Búzi é predominantemente extensivo, caracterizado pelo uso de técnicas tradicionais de cultivo, como queimadas para limpeza do solo, rotação de culturas rudimentar e dependência exclusiva das chuvas para irrigação. Esse modelo de produção limita a capacidade de expansão da produtividade agrícola e torna os agricultores locais vulneráveis a secas e variações pluviométricas (Arndt et al., 2008).

b) Principais desafios da agricultura camponesa no Búzi

A agricultura camponesa no Búzi enfrenta uma série de desafios estruturais, conjunturais e institucionais, que afectam directamente a produtividade e a segurança alimentar das famílias. Esses desafios podem ser agrupados em cinco grandes áreas:

i. Infraestrutura precária e acesso limitado a mercados

A falta de infraestrutura de transporte e armazenamento é um dos principais entraves ao desenvolvimento da produção agrícola no Búzi. As estradas rurais são escassas e frequentemente intransitáveis durante a estação chuvosa, dificultando o transporte da produção até os mercados urbanos de Beira e Chimoio. A ausência de silos e armazéns adequados também contribui para altos índices de perdas pós-colheita, forçando os agricultores a venderem suas colheitas logo após a safra, muitas vezes a preços baixos (Tschirley e Benfica, 2001[19], Dadá 2018[20]).

Além disso, o acesso ao mercado é dominado por intermediários que compram a produção dos camponeses a preços desvantajosos e a revendem em centros urbanos, aumentando a desigualdade no sistema de comercialização agrícola. Esse fenómeno, chamado de captura de mercado por atravessadores, tem sido amplamente documentado na literatura sobre agricultura camponesa em Moçambique (Cunguara e Hanlon, 2012[21]).

ii. Baixo acesso a insumos e tecnologias agrícolas

Os agricultores do Búzi têm pouco ou nenhum acesso a insumos agrícolas, como fertilizantes, pesticidas e sementes melhoradas, o que reduz a produtividade. Muitos produtores dependem exclusivamente de sementes tradicionais[22], que, embora bem-adaptadas às condições locais, apresentam rendimentos menores e maior

[19] Tschirley, D., e Benfica, R. (2001). Smallholder Agriculture, Wage Labour and Rural Poverty Alleviation in Mozambique. Journal of Modern African Studies, 39(2), 333-358.
[20] Dadá, Yasser Arafat (2018). Estradas rurais em Moçambique.www.omrmz.org. Destaque Rural. Observatório do Meio Rural, 36.
[21] Cunguara, B., e Hanlon, J. (2012). *Whose wealth is it anyway? Mozambique's outstanding economic growth with worsening rural poverty*. Development and Change, 43(3), 623-647.
[22] Reconhecemos que existem diferenças conceptuais entre os termos sementes tradicionais e sementes locais. No entanto, neste livro, esses termos são usados como sinónimos para se referirem às sementes que são conservadas, seleccionadas e reproduzidas pelos próprios agricultores ao longo do tempo, adaptando-se às condições agroecológicas e culturais específicas de cada região.

vulnerabilidade a pragas e doenças (FAO, 2021).

Além disso, a mecanização agrícola praticamente não existe no Búzi. A maioria das famílias utiliza apenas enxadas e catanas para o cultivo, o uso de tracção animal é baixo, devido ao seu custo elevado e à falta de treinamento técnico sobre sua utilização (Hanlon e Smart, 2012)[23].

iii. Vulnerabilidade a desastres climáticos

A localização geográfica do Búzi torna a região vulnerável a eventos climáticos extremos, incluindo ciclones, inundações e secas prolongadas. O Ciclone IDAI, em Março de 2019, foi um dos piores desastres naturais a atingir Moçambique, deixando centenas de mortos e deslocados, além de destruir vastas áreas agrícolas e de infraestrutura (ReliefWeb, 2019). O impacto do ciclone foi especialmente devastador para os pequenos produtores, que perderam suas colheitas e animais, agravando a insegurança alimentar e a pobreza rural.

Estudos indicam que os efeitos das mudanças climáticas no centro de Moçambique podem agravar ainda mais a frequência e a intensidade de eventos extremos, tornando imperativo o desenvolvimento de estratégias de resiliência agrícola, como sistemas de irrigação e variedades de culturas resistentes ao clima (Arndt et al., 2008).

iv. Políticas públicas e serviços de extensão

Os pequenos produtores do Búzi têm recebido pouca assistência técnica e financeira. Os serviços de extensão rural são escassos e os poucos extensionistas disponíveis não conseguem atender de forma regular todas as comunidades agrícolas (Cunguara e Darnhofer, 2011).

Além disso, os créditos agrícolas são praticamente inacessíveis para os camponeses, pois, os bancos exigem garantias formais de posse de terra, algo que a maioria dos agricultores não possui devido à informalidade do sistema fundiário moçambicano (Norfolk e Hanlon, 2012)[24].

Perante esse contexto, surge a questão que orienta este livro: Quais factores determinam as estratégias de produção dos pequenos produtores no distrito do Búzi e de que maneira esses agricultores enfrentam as incertezas impostas por factores climáticos, económicos e institucionais?

Para responder a essa questão, é necessário compreender uma série de subquestões interligadas, tais como:

- Como a estrutura familiar influencia as decisões produtivas e a alocação de recursos?

[23] Hanlon, J., e Smart, T. (2012). Do Bicycles Equal Development in Mozambique? James Currey Publishers.
[24] Norfolk, S., e Hanlon, J. (2012). *Customary land tenure in Mozambique: The case of the Zambezia province*. Journal of Southern African Studies, 38(3), 629-651.

- De que forma elementos como a posse de bens e a infraestrutura agrícola determinam a capacidade de diversificação da produção?
- Quais são os impactos das mudanças climáticas sobre a agricultura camponesa e quais estratégias de adaptação estão sendo implementadas?
- Qual é a eficácia das políticas públicas e dos serviços de extensão rural no apoio aos pequenos produtores?
- Por que há um crescente abandono da agricultura e quais são as alternativas económicas disponíveis para os camponeses?

Essas questões emergem em um contexto onde as estratégias de produção camponesa precisam ser cada vez mais dinâmicas para lidar com os desafios, tais como, a maior frequência de eventos climáticos extremos (ciclones e secas), a instabilidade dos preços agrícolas e a competição crescente com investimentos estrangeiros na exploração de terras (Norfolk e Tanner, 2007)[25].

O presente livro assume um papel importante no debate sobre a agricultura camponesa em Moçambique, abordando-a sob uma perspectiva multidimensional que combina elementos socioeconómicos, ambientais e políticos. Ao integrar as dimensões da estrutura familiar, da posse de bens, da diversificação produtiva, questões do género, das políticas públicas e dos impactos das mudanças climáticas, o livro oferece uma visão holística sobre a realidade da agricultura camponesa em Búzi e suas estratégias.

Do ponto de vista académico, este livro contribui para preencher lacunas sobre a agricultura camponesa em Moçambique. Considerando que há um déficit de pesquisas que integrem, de forma sistemática, as questões de acesso à terra, infraestrutura agrícola, género, políticas públicas e estratégias de adaptação camponesa em Moçambique. Além disso, a obra tem um impacto directo na formulação de políticas públicas ao fornecer evidências empíricas que podem subsidiar a tomada de decisões. Ao demonstrar como políticas publicas, o fortalecimento da extensão rural e acesso ao microcrédito podem transformar a realidade dos pequenos produtores, o livro propõe soluções viáveis e ajustadas à realidade do meio rural, mais concretamente de Búzi. Dessa forma, pode ser uma referência para formuladores de políticas, organizações da sociedade civil e instituições internacionais engajadas no desenvolvimento rural.

1.4. Metodologia

A abordagem metodológica adoptada nesta pesquisa fundamenta-se em um desenho misto (*mixed methods*), combinando técnicas quantitativas e qualitativas para compreender, de maneira mais profunda, as estratégias de produção camponesa no distrito do Búzi. Essa abordagem permite capturar, simultaneamente, padrões estatísticos e percepções dos pequenos produtores, garantindo uma análise mais robusta (Creswell, 2014).

[25]Norfolk, S., e Tanner, C. (2007). *Improving Tenure Security for the Rural Poor: Mozambique* – Country Case Study. FAO.

O estudo foi desenvolvido em três etapas principais:

- Revisão da literatura para contextualização teórica.
- Levantamento empírico, incluindo inquéritos, entrevistas semiestruturadas e observação directa.
- Análise de dados, empregando métodos estatísticos e interpretação qualitativa para triangulação das informações.

A seguir, descrevemos detalhadamente os procedimentos adoptados.

1.4.1. Abordagem teórica e revisão da literatura

A construção do referencial teórico seguiu uma abordagem interdisciplinar, fundamentando-se em teorias clássicas e contemporâneas sobre economia camponesa, políticas agrícolas e desenvolvimento rural. Foram analisados trabalhos de Marx (1996) que oferecem uma análise crítica da divisão do trabalho na óptica das relações de produção capitalistas, Chayanov (1925), que discute a lógica económica das famílias camponesas; Polanyi (1944), debruçando sobre a inserção dos camponeses nos mercados; Boserup (1965), estudo acerca da intensificação agrícola; e Sen (1981), com a teoria dos "*entitlements*" e acesso a recursos.

Para garantir rigor metodológico, foram consultadas bases de dados científicas como *Scopus*, *Web of Science*, *SciELO e JSTOR*, permitindo acesso a artigos indexados em revistas como *World Development*, *Food Policy* e *Agricultural Systems*. Também foram consultados dados na FAO, Banco Mundial (World Bank) e (Instituto Nacional de Estatística) INE.

1.4.2. Concepção do projecto

A fase de concepção do projecto teve início em Maio de 2023 e abrangeu a sua estruturação, incluindo a fundamentação, definição dos objectivos e resultados esperados, bem como o desenho e a harmonização da metodologia.

No decorrer desta etapa, foram conduzidas entrevistas exploratórias e consultas com organizações que operam na área, nomeadamente a União Distrital de Camponeses do Búzi, assim como os chefes dos postos administrativos de Vila do Búzi, Bándua, Nharongue, Nhamichindo e Guara-Guara. Estas interacções permitiram a obtenção de dados preliminares essenciais para a identificação dos locais de estudo e a estruturação do processo de recolha de informação.

Adicionalmente, estas organizações desempenharam um papel fundamental no estabelecimento de contactos locais e na operacionalização do processo de recolha de dados. A recolha foi realizada por indivíduos ligados à União Distrital de Camponeses do Búzi, garantindo um envolvimento directo da comunidade no estudo.

1.4.3. Desenho da pesquisa e área de estudo

A pesquisa foi conduzida no distrito do Búzi, localizado na província de Sofala, Moçambique. O Búzi é caracterizado por uma economia fortemente dependente da agricultura familiar, com pequenas explorações agrícolas de subsistência que enfrentam desafios como acesso limitado a crédito, baixa mecanização e vulnerabilidade climática (Norfolk e Hanlon, 2012).

A escolha do Búzi deve-se a três razões principais:

1. Relevância agrícola – a região abriga um grande número de pequenos produtores (maior parte da população), representando um cenário típico da agricultura camponesa em Moçambique.
2. Desafios estruturais – o distrito enfrenta problemas estruturais que reflectem tendências nacionais, como acesso limitado a insumos e infraestrutura precária.
3. Políticas públicas em curso – a região tem sido alvo de programas de desenvolvimento agrícola, permitindo analisar o impacto dessas políticas na produtividade.

1.4.4. Definição da amostra

A pesquisa utilizou uma abordagem estratificada na selecção dos participantes, garantindo representatividade entre diferentes perfis de produtores. A amostra incluiu 400 pequenos agricultores distribuídos entre os cinco principais postos administrativos do Búzi (Vila do Búzi, Bándua, Nharongue, Nhamichindo e Guara-Guara).

Além dos pequenos produtores, foram entrevistados 40 agentes-chave, incluindo: Funcionários do estado; representantes de organizações não governamental (ONGs) e associações de produtores; técnicos de extensão rural.

A definição da amostra baseou-se na técnica de saturação teórica (Glaser e Strauss, 1967)[26], que determina o ponto em que novas entrevistas deixam de acrescentar informações relevantes.

1.4.5. Métodos de colecta de dados

A colecta de dados foi realizada em três fases:

1. Inquéritos estruturados: foram aplicados 400 inquéritos estruturados para colectar informações quantitativas. O desenho dos inquéritos seguiu recomendações da FAO (2016)[27] e do Banco Mundial (2019)[28] para pesquisas sobre agricultura familiar.

[26] Glaser, B. G., e Strauss, A. L. (1967). *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research*. Aldine Publishing Company.
[27] FAO (2016). *Guidelines for Agricultural Surveys: Designing a survey-based approach to collecting farm-level data*. Rome: FAO.
[28] World Bank (2019). *Agricultural Productivity and Market Access: A Survey Design Approach for Developing Economies*. Washington, DC: World Bank Group.

2. Entrevistas Semiestruturadas: foram conduzidas 40 entrevistas com agentes-chave para compreender percepções, desafios e estratégias dos produtores. O roteiro incluiu perguntas sobre: Estrutura da Família; Políticas públicas e sua eficácia; Papel dos serviços de extensão; Barreiras ao acesso a crédito e insumos; Estratégias de adaptação dos agricultores às mudanças climáticas: As entrevistas foram transcritas e analisadas por meio de análise de conteúdo (Bardin, 2011[29]). Foi garantido o anonimato.
3. Observação Directa: a pesquisa também incluiu observação directa, registando aspectos não capturados pelos inquéritos, como por exemplo: condições das infraestruturas; práticas agrícolas no terreno; interacção entre extensionistas e agricultores e outros. As anotações foram sistematizadas em diários de campo, permitindo uma triangulação dos dados com os demais métodos.

1.4.6. Análise dos dados

a) Análise quantitativa

Os dados dos inquéritos foram processados com software estatístico (SPSS versão 29.00), utilizando:

- Análises descritivas (médias, frequências, distribuições).
- Análises de variância (ANOVA) e Análise de Variância Multivariada (MANOVA).
- Modelos de regressão múltipla.

b) Análise qualitativa

As entrevistas e observações foram analisadas através de técnicas de categorização temática (Miles e Huberman, 1994[30]), identificando padrões e recorrências nos discursos dos participantes.

c) Triangulação dos dados

Foi adoptado um processo de triangulação metodológica (Denzin, 1978[31]), cruzando informações das diferentes fontes de dados para conseguir uma maior validade dos resultados.

1.4.6.1. Limitações e considerações éticas

a) Limitações da pesquisa

- Amostra limitada a um distrito, o que restringe a generalização para outros contextos rurais em Moçambique.

[29] BARDIN, Laurence (2011). *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70. Brasil.
[30] Miles, M. B., e Huberman, A. M. (1994). *Qualitative Data Analysis: An Expanded Sourcebook.* 2nd ed. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
[31] Denzin, N. K. (1978). *The Research Act: A Theoretical Introduction to Sociological Methods.* 2nd ed. New York: McGraw-Hill.

- Dependência de autodeclaração dos entrevistados, podendo haver viés de resposta.
- Impacto da sazonalidade agrícola, que pode influenciar as percepções sobre produção e mercado.

b) Questões éticas

A pesquisa seguiu directrizes éticas internacionais (CODESRIA, 2015)[32], garantindo:

- Consentimento informado de todos os participantes.
- Anonimato e confidencialidade dos dados.
- Uso responsável das informações, visando contribuir para o debate académico e políticas públicas.

[32] CODESRIA (2015). *Code of Ethics for Research in the Social Sciences and Humanities in Africa.* Dakar: Council for the Development of Social Science Research in Africa (CODESRIA).

CAPÍTULO I
O PAPEL DA ESTRUTURA DA FAMÍLIA NA PRODUÇÃO CAMPONESA O CASO DO BÚZI

Yasser Arafat Dadá[33]

1. INTRODUÇÃO

A agricultura camponesa constitui a espinha dorsal da economia rural em muitos países em desenvolvimento, incluindo Moçambique[34]. Especificamente no Búzi, a pequena produção tem como objectivo principal a subsistência e, em alguns casos, a venda no mercado local[35]. A produção camponesa enfrenta uma série de desafios, que vão desde a falta de acesso a recursos até limitações financeiras e mercados[36]. Nesse contexto, as estruturas das famílias emergem como um factor crítico que pode influenciar directamente as estratégias de produção dos pequenos produtores[37].

Este capítulo tem por objectivo estudar o papel da estrutura da família na produção camponesa do Búzi considerando as características socioeconómicas dos AF. Através desta análise, pretendemos contribuir para informar o desenvolvimento de políticas agrícolas mais eficazes, que considerem as complexidades das estruturas familiares.

A importância de estudar a estrutura das famílias no contexto da produção camponesa reside na sua capacidade de afectar a alocação de mão de obra, a gestão de recursos e a tomada de decisão dentro do AF. Famílias maiores podem ter mais mão-de-obra disponível, mas também podem enfrentar desafios na divisão de recursos limitados. A compreensão dessas dinâmicas permite identificar desafios e oportunidades para o aumento da produção agrícola e a melhoria das condições de vida.

Após a introdução, este texto apresenta, na segunda secção, os discursos teóricos, tanto de clássicos, quanto de autores modernos, sobre a agricultura camponesa, a estrutura da família e a teoria da economia doméstica. A terceira secção é dedicada a apresentar a metodologia e os resultados, designadamente, uma breve apresentação das características socioeconómicas das famílias inquiridas e, depois, a análise do impacto da estrutura da família na produção camponesa; na quarta

[33] Economista e Doutor em Estudos de Desenvolvimento pela Universidade de Lisboa. Pesquisador do OMR.

[34] Entre 1992 e 2020, o sector agrário era composto, maioritariamente, pela agricultura, representando 81% do PIB do sector agrário e era, individualmente, o subsector que mais contribuía para o PIB nacional (22%) (Dadá, 2024c).

[35] Para uma análise mais detalhada do perfil do distrito, veja https://www.sofala.gov.mz/por/Ver-Meu-Distrito/Buzi/O-Distrito.

[36] Para mais detalhes sobre as dificuldades dos pequenos produtores do Búzi, veja Dadá, Y. (2024a). Políticas públicas e desafios para a agricultura familiar: Navegando entre os recursos escassos, adversidades climáticas e mercados voláteis. Destaque Rural 298 Observatório do Meio Rural.

[37] Dadá (2016), ao estudar as estratégias de produção camponesa no sul do Save, concluiu que a estrutura da família era um dos determinantes da produção agrícola. Dadá (2016). Estratégia de Produção Camponesa em Moçambique: Estudo de caso no Sul do Save – Chokwé, Guijá e Kamavota. Observador Rural 51. Observatório do Meio Rural.

secção, são apresentadas as considerações finais e recomendações.

Este texto foi elaborado com base numa pesquisa em curso relacionada com as estratégias de produção camponesa para o caso do Búzi.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO: AGRICULTURA CAMPONESA E ESTRUTURA DA FAMÍLIA

A compreensão das estratégias de produção camponesa e o papel da estrutura da família requer uma exploração das contribuições teóricas, tanto de autores clássicos, quanto contemporâneos. Este capítulo procura estabelecer uma base teórica sólida, enfatizando a intersecção entre a agricultura camponesa, a estrutura da família e a teoria da economia doméstica.

A agricultura camponesa, fundamental nas economias de muitos países em desenvolvimento, é caracterizada por pequenas explorações agrícolas que dependem principalmente da mão-de-obra familiar. Chayanov (1925)[38], um dos pioneiros no estudo da agricultura camponesa, introduziu o pensamento de que as decisões de produção nas explorações agrícolas familiares são influenciadas pelas características da família e pela necessidade de subsistência. Segundo Chayanov, a força de trabalho familiar e as necessidades de consumo interagem para determinar o nível de produção agrícola, sugerindo que a economia doméstica opera de maneira distinta da economia das empresas agrícolas capitalistas.

Essa perspectiva foi, mais tarde, ampliada por Boserup (1970)[39], que argumentou que as mudanças nas práticas agrícolas são frequentemente uma resposta às pressões demográficas. Boserup explicou como o aumento da densidade populacional leva à intensificação da exploração da terra e à adopção de práticas agrícolas mais produtivas. Este argumento ressalta a flexibilidade das estratégias de subsistência familiar em resposta a mudanças externas, sugerindo uma capacidade inerente de adaptação e de inovação dos pequenos produtores. Adicionalmente, autores, como Ellis (2000),[40] estudaram como a composição e o tamanho do agregado familiar (AF) moldam a alocação de recursos, a gestão da terra e a disposição para adoptar inovações. O AF, assim, é visto, não só, como um agente económico, mas também, como um núcleo onde se formam as decisões que afectam a produção agrícola e o bem-estar de seus membros.

No entanto, o acesso a recursos permanece um tema central na literatura sobre agricultura camponesa. Sen (1981)[41], na sua teoria do *entitlement*, enfatiza a importância do acesso a recursos, como terra, água e insumos agrícolas. Esta teoria sublinha que as limitações no acesso a recursos podem restringir a capacidade de produção agrícola das famílias camponesas, impactando directamente na sua subsistência e bem-estar.

---

[38] Chayanov, A. V. (1925). The theory of peasant economy. D. Thorner, B. Kerblay, e R. E. F. Smith (Eds.), American Economic Association (1986 Translation).
[39] Boserup, E. (1970). Woman's role in economic development. St. Martin's Press.
De Janvry, A., e Sadoulet, E. (2002). World poverty and the role of agricultural technology: Direct
[40] Ellis, F. (2000). Rural livelihoods and diversity in developing countries. Oxford University Press.
[41] Sen, A. (1981). Poverty and famines: An essay on entitlement and deprivation. Clarendon Press.

A escolha das variáveis para o modelo analítico que pretendemos testar apoia-se na literatura sobre agricultura camponesa e na estrutura da família. O tamanho do AF é fundamental, conforme discutido por Chayanov (1925), pois influencia a disponibilidade de mão de obra e a capacidade produtiva. A composição por género reflecte as observações de Boserup (1970), destacando o papel diferenciado de homens e mulheres nas decisões agrícolas e na alocação de recursos. A experiência agrícola, por sua vez, é crucial para a adopção de práticas eficientes e inovadoras, essenciais para a sustentabilidade e eficiência na agricultura, como argumentado por Pretty (1998)[42]. Essas variáveis, não apenas, possuem uma base teórica sólida, mas são, também, vitais para entender as estratégias de produção e para o desenvolvimento de políticas agrícolas que atendam às necessidades específicas das famílias camponesas.

A integração destas perspectivas teóricas oferece uma visão abrangente das complexidades envolvidas na agricultura camponesa e nas decisões de produção agrícola familiar. Reconhece-se que as estratégias de produção não são apenas respostas a condições económicas externas, mas também reflectem as necessidades, capacidades e aspirações dos AF.

Assim, este enquadramento teórico estabelece a fundação para explorar, nos capítulos subsequentes, como as estruturas familiares específicas influenciam a produção agrícola no Búzi.

Neste capítulo foram apresentados *insights* de autores clássicos e contemporâneos destacando-se a centralidade da estrutura das famílias camponesas. Assim, no capítulo a seguir, discute-se como essas dinâmicas se manifestam no Búzi e de que maneira influenciam a produção camponesa.

3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, buscamos apresentar uma visão abrangente das dinâmicas locais, enfatizando a interconexão entre a estrutura familiar e a produção agrícola no Búzi. Nos subcapítulos seguintes apresentam-se e analisam-se os resultados obtidos a partir da pesquisa realizada no distrito do Búzi.

3.1. Metodologia

Neste estudo adoptou-se uma metodologia quantitativa para explorar o impacto da estrutura da família sobre a produção agrícola de pequenos produtores em Búzi. Pretende-se examinar de que forma factores seleccionados, como a dimensão do AF, a distribuição por idade e sexo, e a experiência agrícola dos seus membros, influenciam, tanto a produtividade, como as estratégias de produção. Com este propósito, recorreu-se a dados obtidos através de questionários e entrevistas realizadas a indivíduos em cinco postos administrativos no distrito de Búzi, a saber, Vila do Búzi, Bándua, Nharongue, Nhamichindo e Guara-Guara. As entrevistas envolveram funcionários do governo, representantes de ONGs, líderes comunitários

[42] Pretty, J. (1998). The living land: Agriculture, food and community regeneration in rural Europe. Earthscan Publications Ltd.

e pequenos agricultores. No total, efectuaram-se 40 entrevistas[43], número este considerado suficiente para garantir a saturação teórica[44]. Adicionalmente, aplicaram-se 400 questionários, assegurando um intervalo de confiança de 95% e uma margem de erro de 5%[45].

A análise dos dados foi conduzida utilizando técnicas estatísticas. Inicialmente, procedeu-se a uma análise descritiva, Em seguida, aplicaram-se modelos de regressão múltipla[46] para examinar o impacto das variáveis independentes na produção. As variáveis independentes incluíram o tamanho do AF, a proporção de membros do género feminino, número de dependentes e anos de experiência na agricultura. A variável dependente foi a quantidade de produção agrícola total, medida em quilogramas.

O estudo reconhece algumas limitações, incluindo a dependência de dados que podem estar sujeitos a vieses de memória (como é o caso da quantidade produzida de cada cultura na última campanha). Além disso, a análise transversal não permite inferir causalidade directamente[47]. Futuras pesquisas poderiam focar-se em dados longitudinais para melhor compreender as dinâmicas de mudança nas estratégias de produção camponesa.

3.2. Análise Descritiva dos Dados

A análise descritiva dos dados fornece uma visão das estruturas familiares e das condições de vida que prevalecem no Búzi. Os dados revelam uma média de 6 membros por AF, um indicativo da prevalência de famílias extensas, onde várias gerações coabitam, compartilhando responsabilidades e recursos. A distribuição equilibrada de género nos AFs (47,7% são do género feminino) sugere uma participação activa de ambos os sexos nas actividades agrícolas. No entanto, essa distribuição esconde as variações individuais nas responsabilidades de trabalho e nos papéis de géneros, que podem influenciar diferentemente a produção agrícola e o bem-estar do AF[48].

[43] Todas as entrevistas foram conduzidas de acordo com os princípios éticos de pesquisa, garantindo a confidencialidade e o anonimato dos participantes.

[44] O critério adoptado para determinar o número de entrevistas foi a saturação teórica, um conceito comummente aceite na pesquisa qualitativa, onde novas entrevistas deixam de fornecer informação substancialmente nova ou relevante para o estudo (Creswell 2014).

[45] A distribuição dos inquéritos por posto administrativo foi ponderada em relação à população de cada área, garantindo uma representatividade individual da população de cada posto administrativo. Cada posto administrativo recebeu um mínimo de 70 inquéritos, o que na literatura é considerado uma amostra robusta e equitativa para análise (Creswell 2014).

[46] É uma técnica estatística que utiliza mais de uma variável independente para prever o resultado de uma variável dependente. O objectivo dos modelos de regressão múltipla é encontrar a relação entre as variáveis independentes e as dependentes. Veja Schumacker, R. E., e Lomax, R. G. (2010). A beginner's guide to structural equation modeling (3rd ed). Routledge.

[47] Causalidade reversa: os dados em *cross section* não permitem determinar a causalidade dos factores, ou seja, não é possível saber se a produção agrícola é causada por um factor específico ou se a produção agrícola é a causa desse factor. (2) os dados *cross section* são colectados num ponto específico no tempo e podem não reflectir mudanças recentes ou tendências de longo prazo produção agrícola. Embora não permita fazer inferência baseando-se na evolução dos dados observados ao longo do tempo, tal como as séries temporais, permite, contudo, fazer uma avaliação *ex-ante*, fornecendo uma imagem do estado de um conjunto de variáveis num determinado momento no tempo.

[48] Para uma análise mais aprofundada da distribuição do trabalho no seio da família em Búzi, veja Dadá Y. (2024b). Entre tradição e transformação: Dinâmicas de género na agricultura familiar – O caso do Búzi. Destaque Rural.279.Observatório do Meio Rural.

Dos inquiridos, 54% disse que toda a vida foi dedicada à produção agrícola e os restantes 46% têm em média 13,2 anos de experiência agrícola. Estes dados sugerem um conhecimento tradicional e habilidades desenvolvidas ao longo do tempo.

O acesso a recursos importantes, como água[49] e terra fértil, emerge como um desafio. Quanto à terra, a média de área cultivada por família foi de cerca de 2,1 hectares, com cerca de 50% das famílias indicando que a falta de terras férteis é uma limitação ao aumento da produção e produtividade. Além disso, a análise constata a preocupação com o acesso a insumos agrícolas e a serviços financeiros: cerca de 64% das famílias mencionaram a falta de capital para investir em insumos, como sementes melhoradas, fertilizantes e pesticidas e 68% mencionaram a falta de capital para investir em equipamentos. Isso é agravado pela dificuldade de acesso a créditos, com 95% das famílias reportando essa dificuldade.

Essa realidade, reflectida na produção média por família de 1.654 kg, revela, não apenas, as potencialidades, mas, também, os obstáculos enfrentados pelos pequenos produtores, num cenário de limitadas capacidades produtivas[50]. Essa base de conhecimento é importante para compreender a dinâmica da estrutura das famílias e da produção camponesa.

No subcapítulo a seguir apresentam-se os resultados da análise de regressão linear múltipla para aferir qual é o impacto da estrutura familiar na produção.

3.3 Impacto da estrutura da família na produção

Para compreender melhor o impacto de diferentes factores socioeconómicos e demográficos na produção agrícola no Búzi, fez-se uma análise de regressão linear múltipla. As variáveis independentes incluídas foram o tamanho do AF, o tempo de experiência agrícola dos membros, a proporção de membros femininos no AF e o número de dependentes. A variável dependente foi a produção total do AF. Os resultados são apresentados na Tabela 1 a seguir[51]:

[49] O acesso a água é feito principalmente do poço (51%), da fontenária (25%). Apenas, 1,75% dos inquiridos afirmou ter acesso a água potável.

[50] Para uma informação mais detalhada dos desafios da pequena produção em Búzi, veja Dadá Y. (2024d). Políticas públicas e desafios para a agricultura familiar: navegando entre os recursos escassos, adversidades climáticas e mercados voláteis. O caso do Búzi. Destaque Rural 298.Observatório do Meio Rural.

[51] Para garantir a validade do modelo e a robustez dos resultados, foram testados os seguintes pressupostos: 1) Normalidade dos Resíduos: O teste de Jarque-Bera resultou em um p-valor de 0.25, indicando que não há evidências suficientes para rejeitar a hipótese de normalidade dos resíduos; 2) Homocedasticidade: O teste de Breusch-Pagan resultou em um p-valor de 0.15, sugerindo que não há evidências significativas de heterocedasticidade nos resíduos. Os resultados dos testes de Factor de Inflação de Variância (VIF) e Tolerância (TOL) revelam que a colinearidade entre as variáveis independentes utilizadas no modelo é tolerada, dado que os valores VIF e TOL são inferiores aos limites de tolerância. Isso significa que o VIF não atingiu os 10 pontos; por outro lado, o factor de tolerância está acima de 0,1 em todas as variáveis independentes do modelo. Este resultado significa que as estimativas da função produção total são consistentes. Também, foi realizado o teste da estatística de Durbin-Watson para determinar se os resíduos estão linearmente correlacionados. O resultado de 1,94, por estar próximo de 2, indica que os resíduos não estão linearmente correlacionados.

Tabela 1: Resultados do Modelo de Regressão Linear Múltipla

Variáveis dependentes	Coeficiente	Erro Padrão	t-stat	P-valor	F-valor	P-Valor
Constante	150,65	30,75	4,90	0,00	24,6754	0,01
Tamanho do AF	75,23	15,34	4,90	0,00		
Experiência agrícola (anos)	20,76	4,65	4,45	<0,04		
Proporção de membros (feminino)	-5,34	10,67	-0,50	0,617		
Número de dependentes (≤15 anos)	-40,21	8,21	-4,89	0,00		

Os resultados indicam que o tamanho do AF e o tempo de experiência agrícola têm um impacto positivo significativo na produção agrícola, com coeficientes de 75,23 e 20,76, respectivamente. Isso sugere que, famílias maiores, possivelmente devido à maior disponibilidade de mão-de-obra, e famílias com chefes do AF com mais experiência, devido ao conhecimento e habilidades acumulados, tendem a ter uma produção maior. Esses resultados são consistentes com estudos específicos sobre o contexto moçambicano. Por exemplo, a pesquisa de Cunguara e Darnhofer (2011)[52], que examinou os determinantes da produtividade agrícola em Moçambique, destacou a importância do capital humano, incluindo a experiência agrícola, para o aumento da produção. Além disso, o estudo de Benfica et al. (2006)[53] , sobre a importância da mão-de-obra familiar na agricultura de subsistência em Moçambique, enfatiza o papel do tamanho do AF na produção agrícola.

A proporção de membros femininos no AF não tem um impacto significativo na produção, o que pode reflectir a complexidade das contribuições de géneros nas actividades agrícolas e a necessidade de explorar mais profundamente as especificidades do papel das mulheres na agricultura[54].

O número de dependentes apresentou um coeficiente negativo significativo (-40,21), sugerindo que um maior número de dependentes no AF está associado a uma redução na produção agrícola. Isso pode ser atribuído à distribuição de recursos, como tempo e capital, para atender às necessidades de dependentes, o que, por sua vez, pode limitar o investimento em actividades produtivas. Esta constatação coincide com a literatura que discute os desafios enfrentados por famílias onde o número de dependentes tem uma influência negativa sobre o rendimento das famílias[55]. Também, Takane (2002)[56], que investigou os desafios enfrentados por

[52] Cunguara, B., e Darnhofer, I. (2011). Assessing the impact of improved agricultural technologies on household income in rural Mozambique. Food Policy, 36(3), 378-390.
[53] Benfica, R., Tschirley, D., e Sambo, L. (2006). Agricultural productivity in Mozambique: Current status and challenges for the future. Journal of Agricultural Development, 12(3), 237-256.
[54] Para um estudo sobre a divisão do trabalho no seio da família, pode ver Dadá (2024b).
[55] Por exemplo Dadá (2024c) ao estudar os determinantes socioeconómicos da pobreza para o meio rural em Moçambique concluiu que o número de dependentes tinham uma influência negativa sobre o rendimento total do AF. Dadá (2024c). Determinantes socioeconómicos da pobreza em Moçambique. Tese de Doutoramento. Universidade de Lisboa.
[56] Takane, T. (2002). Smallholders and non-farm activities in Africa: Understanding rural livelihood diversification in Mozambique. Journal of Developing Areas, 35(4), 57-82.

famílias agricultoras em Moçambique, encontrou uma relação negativa entre o número de dependentes e a capacidade de investir em melhorias agrícolas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo constata a influência significativa das estruturas familiares nas dinâmicas de produção agrícola camponesa, ressaltando a relevância de factores como o tamanho do AF e a tempo de experiência na agricultura. Tais elementos surgem como decisivos para a ampliação da capacidade produtiva. O número de dependentes emerge como um desafio que as famílias enfrentam na gestão de recursos e optimização da produção.

A pesquisa aponta para a necessidade de políticas agrícolas que sejam sensíveis às particularidades das estruturas familiares, reconhecendo a importância de uma abordagem que integre o conhecimento agrícola com o apoio ao desenvolvimento de competências e a uma distribuição equitativa de recursos.

4.1. Sugestões

As seguintes sugestões são propostas para orientar políticas públicas e intervenções futuras:

- Implementar programas de extensão agrícola que tenham como objectivo o desenvolvimento de habilidades e a capacitação dos pequenos produtores. Esses programas devem ser adaptados às necessidades específicas locais e incluir técnicas modernas de produção que possam ser integradas às práticas tradicionais.
- Criar programas de assistência que ofereçam suporte específico a famílias com um alto número de dependentes. Isso pode incluir acesso a serviços de cuidados infantis, educação e saúde, liberando recursos familiares para serem direccionados para actividades agrícolas.
- Desenvolver políticas que assegurem igualdade de acesso a recursos, crédito, terra e educação para mulheres. Iniciativas que encorajem a participação feminina em todas as etapas do processo produtivo agrícola podem contribuir para o aumento da produção e para a melhoria das condições de vida das famílias camponesas.
- Aumentar o investimento em infraestrutura rural essencial, como sistemas de irrigação, armazenamento e estradas, para melhorar o acesso dos agricultores a mercados, água e outros recursos. Isso pode ajudar a superar algumas das principais barreiras à produção agrícola identificadas.
- Simplificar o processo de obtenção de crédito para pequenos produtores e oferecer subsídios ou incentivos para a aquisição de insumos agrícolas essenciais, como sementes melhoradas e fertilizantes. A disponibilidade desses insumos pode ter um impacto directo na capacidade produtiva das famílias camponesas.

Essas sugestões visam criar um ambiente mais favorável à produção, reconhecendo a importância das estruturas e dinâmicas familiares na produção camponesa. Ao abordar esses aspectos de forma integrada, é possível contribuir para a melhoria das condições de vida das famílias camponesas no distrito do Búzi e noutras regiões semelhantes.

Contudo, as limitações identificadas, incluindo a dependência de dados auto-relatados e a natureza transversal da análise, apontam para a necessidade de pesquisas futuras que empreguem abordagens longitudinais para uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas de mudança nas estratégias de produção camponesa. Além disso, sugere-se investigações adicionais sobre as relações de género dentro dos AFs e seu impacto na produção agrícola.

CAPÍTULO II
ENTRE A ENXADA E O TRACTOR: EXPLORANDO A POSSE DE BENS E ESTRATÉGIAS CAMPONESAS

Yasser Arafat Dadá[57]

1. INTRODUÇÃO

A agricultura camponesa constitui a espinha dorsal de muitas economias em desenvolvimento, especialmente em zonas rurais onde é fundamental para a subsistência e como meio de vida[58]. No distrito do Búzi, como em outras áreas rurais, os pequenos produtores enfrentam uma série de desafios que vão desde limitações na posse de bens até restrições no acesso a recursos que são importantes para a produção[59]. A posse de bens desempenha um papel importante na determinação das estratégias de produção que estes podem adoptar. No entanto, a relação entre a posse de bens e a as estratégias de produção camponesa ainda é pouco explorada na literatura, particularmente em contextos específicos como o do Búzi.

O problema central que este estudo busca investigar é: como a posse de bens influencia as estratégias de produção adoptadas pelos pequenos produtores do Búzi? Esta pergunta surge da observação preliminar de que, apesar da relevância da agricultura para a economia local, muitos produtores não conseguem expandir sua produção, possivelmente devido à limitada posse de bens (Dadá, 2024a).

Após a introdução, este documento apresenta, na segunda secção, os discursos teóricos tanto clássicos quanto contemporâneos sobre a relação entre a posse de bens e as estratégias de produção camponesa; a terceira secção é dedicada a apresentar os resultados da pesquisa. Nesta terceira secção, primeiro é apresentada a metodologia e de seguida a descrição sobre a posse de bens e sua relação com diversificação da produção; na quarta secção, são apresentadas as considerações finais e sugestões.

Este texto foi elaborado com base numa pesquisa em curso relacionada com as estratégias de produção camponesa para o caso do Búzi.

2. ECONOMIA CAMPONESA, POSSE DE BENS E AS ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO CAMPONESA- ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Neste capítulo, explora-se as teorias que informam este estudo, proporcionando uma base conceitual para entender a relação entre posse de bens e estratégias de produção camponesa.

---

[57] Economista e Doutorado em Estudos de Desenvolvimento pela Universidade de Lisboa. Pesquisador do OMR.
[58] Veja a base de dados do Banco Mundial para estudar a importância do sector da agricultura para as economias em desenvolvimento em https://data.worldbank.org/
[59] Veja Dadá (2024a). Políticas públicas e desafios para a agricultura familiar: navegando entre os recursos escassos, adversidades climáticas e mercados voláteis. Destaque Rural nº 298 Observatório do Meio Rural.

A economia camponesa é fundamental para compreender as dinâmicas rurais em muitas partes do mundo, especialmente em locais onde a agricultura é a principal actividade económica. A economia camponesa é caracterizada por unidades de produção pequenas[60], que dependem maioritariamente da mão-de-obra familiar e o objectivo principal é à subsistência, embora a geração de rendimentos complementares também seja um objectivo. Chayanov (1925)[61] argumenta que, diferentemente das empresas capitalistas, as decisões produtivas nas economias camponesas são fortemente influenciadas pelas necessidades da família ao invés de pela maximização do lucro. Esta perspectiva é ampliada por Scott (1976)[62], que aponta a importância da "moral economy" na compreensão das decisões dos pequenos produtores, onde a segurança alimentar e a estabilidade da população local muitas vezes superam as considerações de eficiência económica.

Pesquisas mais recentes por Sen (1981)[63] e De Janvry (1981)[64] expandem a análise da economia camponesa ao integrar a noção de "entitlements" e a importância das relações de poder e acesso a recursos. Eles argumentam que as estratégias de produção e as decisões de alocação de recursos são profundamente afectadas pela distribuição de direitos e pela posse de bens.

A posse de bens, tais como terra, equipamentos agrícolas e infra-estrutura de armazenamento, é um pilar central das estratégias de produção camponesa. A terra, em particular, não é apenas um recurso importante para a produção camponesa, mas também um activo central que influencia o *status* social, económico e político dos produtores. O acesso a equipamentos e infra-estrutura adequada pode aumentar a produção e produtividade.

Boserup(1965)[65] introduziu uma teoria influente sobre o desenvolvimento agrícola, sugerindo que a pressão populacional leva a intensificação do uso da terra e a inovações tecnológicas que aumentam a produção. Neste contexto, a posse de bens é um pré-requisito para tal inovação.

Essas perspectivas teóricas sublinham a importância crítica da posse de bens nas economias camponesas, não apenas como uma base para a produção agrícola, mas também como um factor que influencia a capacidade dos produtores de inovar, investir e se adaptar a novos desafios.

---

[60] Em Moçambique, de acordo com o Inquérito Agrário Integrado (2020), pequenos produtores são aqueles que produzem numa área irrigada de até 5 ha ou aqueles que produzem numa área não irrigada até 10 hectares.

[61] Chayanov, A. V. (1925). The Theory of Peasant Economy. D. Thorner, B. Kerblay, e R. E. F. Smith (Eds. and Trans.), Richard D. Irwin (1966).

[62] Scott, J. C. (1976). The Moral Economy of the Peasant: Rebellion and Subsistence in Southeast Asia. Yale University Press.

[63] Sen, A. (1981). Poverty and Famines: An Essay on Entitlement and Deprivation. Oxford University Press.

[64] De Janvry, A. (1981). The Agrarian Question and Reformism in Latin America. Johns Hopkins University Press.

[65] Boserup, E. (1965). The Conditions of Agricultural Growth: The Economics of Agrarian Change under Population Pressure. Aldine.

A posse de bens, especialmente terra, equipamentos agrícolas e infra-estruturas, não apenas facilita a produção directa, mas também influencia a capacidade dos produtores de implementar estratégias complexas e adaptativas para sustentar e melhorar seus meios de vida. O papel desses activos verifica-se na promoção da diversificação tanto em termos de culturas quanto de fontes de rendimento, dado o contexto de incerteza climática e económica que muitos produtores enfrentam. A literatura ressalta a importância da diversificação como mecanismo de gestão de risco, com Tittonell et al. (2010)[66] argumentando que a diversificação permite aos produtores camponeses criar um "portfólio" de actividades que podem amortecer os impactos das adversidades.

Além disso, a posse de terra suficiente permite a prática da rotação de culturas e o uso de terras de pousio, que são estratégias de produção para manter a fertilidade dos solos e reduzir a dependência de insumos químicos. Essas práticas são essenciais para a sustentabilidade a longo prazo da agricultura camponesa, como discutido por Pretty (1995)[67], que destaca como práticas agrícolas sustentáveis podem aumentar significativamente a eficiência dos recursos e a resiliência dos sistemas agrícolas.

A adopção de tecnologias agrícolas modernas, que pode ser facilitada pela posse de equipamentos e infra-estrutura adequados, também é importante para melhorar a produtividade e eficiência (Besley, 1995)[68].

Embora a posse de bens ofereça várias vantagens para os produtores camponeses, a aquisição e manutenção desses bens são frequentemente desafiadoras devido a uma variedade de dificuldades estruturais e socioeconómicas.

A acessibilidade a equipamentos agrícolas modernos e tecnologias é um desafio para os pequenos produtores, com o custo de aquisição e manutenção desses bens limitando o acesso por parte dos pequenos produtores. A literatura aponta para a necessidade de mecanismos de financiamento e crédito mais acessíveis para superar essas barreiras, com estudos como o de Carter e Barrett (2006)[69] sugerindo que sistemas de crédito adaptados às realidades dos produtores camponeses poderiam melhorar significativamente o acesso a esses bens.

3. APRESENTAÇÃO E ANALISE DA POSSE DE BENS E AS ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO CAMPONESA EM BÚZI

Neste capitulo busca-se apresentar a descrição da posse de bens como a posse de terra, equipamentos, instrumentos agrícolas e infra-estruturas de armazenamento e o seu impacto sobre a diversificação de culturas, dentro do contexto específico de

[66] Tittonell, P., Muriuki, A., Shepherd, K. D., Mugendi, D., Kaizzi, K. C., Okeyo, J., Verchot, L., Coe, R., e Vanlauwe, B. (2010). The diversity of rural livelihoods and their influence on soil fertility in agricultural systems of East Africa – A typology of smallholder farms. Agricultural Systems, 103(2), 83-97. https://doi.org/10.1016/j.agsy.2009.10.001

[67] Pretty, J. (1995). Regenerating agriculture: Policies and practice for sustainability and self-reliance. Earthscan.

[68] Besley, T. (1995). Property rights and investment incentives: Theory and evidence from Ghana. The Journal of Political Economy, 103(5), 903-937. https://doi.org/10.1086/262008

[69] Barrett, C. B., Reardon, T., e Webb, P. (2001). Nonfarm income diversification and household livelihood strategies in rural Africa: Concepts, dynamics, and policy implications. Food Policy, 26(4), 315-331. https://doi.org/10.1016/S0306-9192(01)00014-8

Búzi. No subcapítulo seguinte é apresentada a metodologia da pesquisa.

3.1. Metodologia

Este estudo adopta uma abordagem quantitativa e qualitativa para investigar a influência da posse de bens sobre a diversificação de culturas. Para alcançar este objectivo, utilizamos dados que derivam de inquéritos e entrevistas conduzidas junto de indivíduos provenientes de cinco postos administrativos do distrito de Búzi (nomeadamente, Vila do Búzi, Bándua, Nharongue, Nhamichindo, e Guara-Guara). As entrevistas foram conduzidas junto de funcionários governamentais, representantes de organizações não-governamentais, líderes locais e pequenos produtores. No total, foram realizadas 40 entrevistas[70], número considerado adequado para alcançar a saturação teórica neste estudo[71]. Além disso, foram conduzidos 400 inquéritos, com um intervalo de confiança de 95% e uma margem de erro de 5%[72].

Para uma análise mais pormenorizada do impacto da posse de bens na diversificação da produção agrícola, procedeu-se a uma Análise de Variância (ANOVA)[73] . Para esta análise, consideraremos as seguintes variáveis: Diversificação de culturas e a posse de armazéns, motas, bicicletas, pulverizadores, terra cultivada e terra em pousio.

A hipótese nula (H0) é que em cada caso não há diferença significativa na média de diversificação de culturas entre os grupos de posse de bens. A hipótese alternativa (H1) é que existe pelo menos uma diferença significativa. As observações foram agrupadas com base na posse de cada bem. Por exemplo, para a variável 'armazéns', teríamos dois grupos: aqueles que possuem armazéns e aqueles que não possuem. Isso foi replicado para cada bem mencionado.

Para cada variável, executou-se um teste ANOVA. Isso envolveu calcular a variância dentro dos grupos (variação devido ao erro ou variabilidade natural) e a variância entre os grupos (variação devido à posse de bens) para cada tipo de bem. A razão entre estas variâncias (conhecida como F-ratio) foi comparada a um valor crítico da distribuição F com base no número de grupos e o número total de observações menos o número de grupos.

[70] Todas as entrevistas foram conduzidas de acordo com os princípios éticos de pesquisa, garantindo a confidencialidade e o anonimato dos participantes.

[71] O critério adoptado para determinar o número de entrevistas foi a saturação teórica, um conceito comummente aceite na pesquisa qualitativa, onde novas entrevistas deixam de fornecer informação substancialmente nova ou relevante para o estudo (Creswell 2014).

[72] A distribuição dos inquéritos por posto administrativo foi ponderada em relação à população de cada área, garantindo uma representatividade individual da população de cada posto administrativo. Em particular, cada posto administrativo recebeu um mínimo de 70 inquéritos, o que na literatura é considerado uma amostra robusta e equitativa para análise (Creswell 2014).

[73] A ANOVA constitui uma técnica estatística empregue na comparação de médias, averiguando a existência de discrepâncias significativas entre os mesmos. Mediante a análise da variação intra-grupal (variabilidade das diferenças entre as observações) em contraste com a variação intergrupal (variabilidade resultante do efeito de distintos tratamentos ou categorias), a ANOVA facilita a distinção sobre se as divergências nas médias dos agrupamentos possuem significância estatística ou se poderiam ter surgido aleatoriamente. A ANOVA revela-se útil na exploração do impacto de múltiplas variáveis independentes numa única variável dependente. Para uma introdução e pormenores práticos acerca da ANOVA, consulte Field, A. (2013). Descobrindo estatísticas utilizando o IBM SPSS Statistics (4ª ed.). Sage.

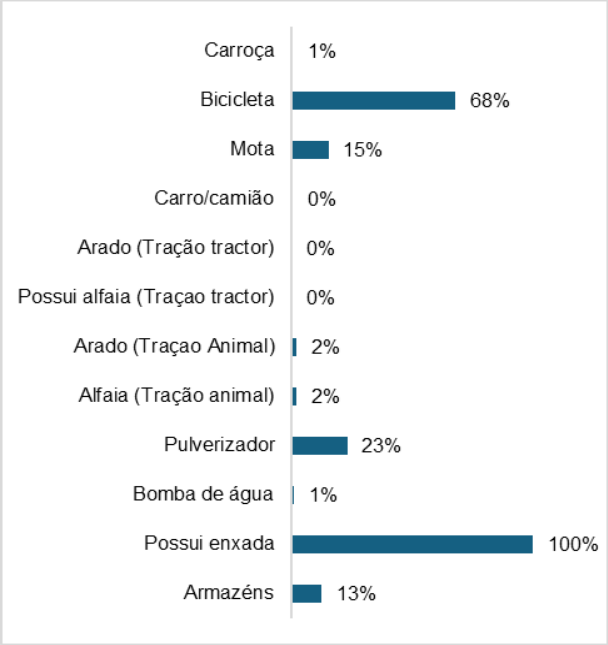
3.2. Descrição da posse de bens

No gráfico 1 é apresentada a proporção de famílias que possuem determinados bens relacionados com a posse de terra, equipamentos agrícolas e infra-estrutura de armazenamento.

No distrito do Búzi, a posse de bens entre os produtores camponeses reflecte um padrão de mecanização baixo e dependência de equipamentos e instrumentos intensos em trabalho. Com 100% dos inquiridos possuindo enxadas e 23% pulverizadores, o instrumento básico de trabalho agrícola.

Isto é corroborado pelo facto de que ferramentas mecanizadas, como alfaias de tracção animal (2%) e tractor (0%), bem como arados e alfaia de tracção animal (2%) e tractor (0%), têm uma presença quase inexistente.

Gráfico 1: Proporção de produtores que possui bens



A escassez de bens como armazéns (13%), que são importantes para a armazenagem de produtos, limita as possibilidades de preservação e venda de produtos em momentos oportunos, o que é essencial para a obtenção de melhores preços no mercado[74]. Contudo, a mecanização requer investimentos e em contextos

[74] A ANOVA constitui uma técnica estatística empregue na comparação de médias, averiguando a existência de discrepâncias significativas entre os mesmos. Mediante a análise da variação intra-grupal (variabilidade das diferenças entre as observações) em contraste com a variação intergrupal (variabilidade resultante do efeito de distintos tratamentos ou categorias), a ANOVA facilita a distinção sobre se as divergências nas médias dos agrupamentos possuem significância estatística ou se poderiam ter surgido aleatoriamente. A ANOVA revela-se útil na exploração do impacto de múltiplas variáveis independentes numa única variável dependente. Para uma introdução e pormenores práticos acerca da ANOVA, con-

como Búzi o investimento é baixo justificado pela falta de poupança e pelo fraco acesso a credito (Dadá, 2024a)[75].

A mobilidade é essencial para os produtores, pois influencia o acesso a mercados, recursos e serviços. Em Búzi, 68% dos inquiridos possuem bicicletas, contrastando com a ausência de carros ou camiões (0%), carroça (1%) e a presença de motocicletas em 15% das famílias. O que indica que a bicicleta é o principal meio de transporte para a maioria dos pequenos produtores. Este dado pode reflectir uma limitação na capacidade de transportar produtos em grande escala e aceder aos mercados mais distantes, mas também indica uma agilidade potencial em pequenas distâncias. A dependência de bicicletas pode limitar o acesso dos produtores a mercados mais lucrativos, mas pode também fornecer uma flexibilidade que veículos maiores não proporcionam em termos de custos operacionais e capacidade de circular por estradas menos desenvolvidos[76].

A superfície média de terra cultivada por produtor no Búzi é de 2,1 hectares e 78,75% dos produtores afirmaram possuir superfícies em pousio. Esta prática pode estar ligada a técnicas tradicionais de gestão de fertilidade do solo, onde parte da terra é deixada para descansar e recuperar seus nutrientes[77]. O tamanho da terra em si é um activo que pode influenciar a capacidade dos produtores de diversificar suas culturas e implementar técnicas agrícolas mais intensivas e produtivas. A posse e a gestão efectiva da terra são, portanto, centrais para entender as estratégias de produção camponesa.

3.2.1. Relação entre posse de Bens e a diversificação de culturas

A posse de bens no Búzi mostra uma relação potencial com a diversificação de culturas. Os dados indicam que a maioria dos produtores cultiva uma variedade de produtos, 70% dos pequenos produtores cultivam pelo menos 3 culturas, incluindo arroz (78,5% dos produtores), milho (72,3%), amendoim (32,3%), gergelim (16,5%)[78].

Este padrão de diversificação pode estar relacionado ao tipo e à quantidade de bens que possuem. Por exemplo, a posse de enxadas indica que todos os produtores têm a capacidade de preparar a terra para diferentes tipos de culturas, o que é um primeiro passo para a diversificação. A posse de bicicletas pode facilitar o acesso a diferentes sementes e outros insumos necessários para diversificar as culturas. Além disso, instrumentos como pulverizadores, que podem aumentar a eficiência da aplicação de insumos, também apoiam essa estratégia.

---

sulte Field, A. (2013). Descobrindo estatísticas utilizando o IBM SPSS Statistics (4ª ed.). Sage.

[75] Ibdem

[76] Estudos como o de Barrett (2008) indicam que o transporte é um factor determinantes na ligação de pequenos produtores aos mercados, podendo afectar desde a escolha de culturas até a adopção de novas tecnologias. Barrett, C. B., e Minten, B. (2008). Spatial integration at multiple scales: Rice markets in Madagascar. Agricultural Economics, 39(3), 281-294.

[77] A literatura sobre agricultura sustentável e gestão de recursos, como os estudos de Pretty (1998), enfatiza a importância de práticas agrícolas que maximizem a utilização eficiente da terra, mantendo ou melhorando a saúde do solo. Pretty sugere que a adopção de práticas agrícolas integradas, como rotação de culturas e agroflorestais, podem melhorar a produtividade e a sustentabilidade. Pretty, J. (1998). The living land: Agriculture, food and community regeneration in rural Europe. The Living Land, Earthscan.

[78] Destaque rural

A relação entre a posse de bens e a diversificação das culturas é, portanto, complexa e multidimensional, influenciando não apenas a segurança económica dos produtores, mas também a segurança alimentar e nutricional[79] . No contexto do Búzi, a presença de produtores com terra em pousio também sugere que há espaço para aumentar a diversificação de culturas, possivelmente através da redução do pousio.

Com a conclusão deste subponto, completamos a descrição dos dados e o contexto estatístico relacionado à posse de bens e à diversificação de culturas em Búzi.

3.3. Impacto da posse de bens na diversificação de culturas

Neste ponto apresentamos as dinâmicas entre a posse de bens e a diversificação de culturas no Búzi, explorando como recursos como terra, equipamentos e infra-estrutura de armazenamento influenciam as estratégias produtivas dos pequenos produtores.

3.3.1. Terra

Os resultados da ANOVA sugerem que, enquanto a superfície de terra cultivada (F-ratio: 3,65, p-valor: 0,056)[80] tem uma tendência para influenciar a diversificação de culturas, a posse de terra em pousio (F-ratio: 0,89, p-valor: 0,346) não tem um impacto significativo. Esses achados reflectem a complexidade da gestão da terra na produção agrícola. Segundo Pretty (1998), a diversificação e o uso eficiente da terra são importantes para a sustentabilidade agrícola.

No entanto, esta análise sugere que simplesmente possuir mais terra não garante a diversificação. A ausência de impacto significativo da terra em pousio na diversificação pode indicar que os produtores estão limitados por outros factores, como acesso a água, fertilidade da terra[81] ou conhecimento, que impedem a utilização efectiva de toda a terra disponível. Estudos como o de Barrett et al. (2001)[82] enfatizam a importância de combinar o acesso à terra com investimentos em capital humano e físico para melhorar a produtividade e a diversificação.

3.3.2. Equipamentos

A posse de alfaias e arados, bem como a posse de camião ou carro, não apresentaram resultados significantes. Estes podem ser justificados pelo seguinte: a presença quase inexistente desses bens, com dados indicando uma participação nula (conforme relatado, apenas 2% dos inquiridos possuíam alfaias e arados de

[79] Dadá (2024c). Diversificação de culturas como estratégia de produção dos pequenos produtores. Destaque Rural nº284.Observatório do Meio Rural.
[80] F-statistic: O valor de F obtido na ANOVA indicou diferenças significativas entre os grupos e confirmado pelo P-valor: Menor que 0.05, sugerindo que as diferenças observadas entre os grupos são estatisticamente significativas.
[81] As principais dificuldades para a expansão da área produzida são as seguintes: credito (95%), pouca procura (92%), imprevisibilidade dos preços (90%), terra fértil (49,3%), condições climáticas desfavoráveis (76%) e dependência e mão-de-obra (50,8%). Para um estudo mais detalhado sobre as dificuldades dos pequenos produtores para aumentar as áreas veja Dadá (2024a).
[82] Barrett, C. B., Reardon, T., e Webb, P. (2001). Nonfarm income diversification and household livelihood strategies in rural Africa: Concepts, dynamics, and policy implications. Food Policy, 26(4), 315-331.

tracção animal e nenhum possuía alfaias e arados de tracção por tractor e camião/carro). Tais bens, devido à sua escassa adopção, não oferecem uma base sólida para análise estatística que poderia influenciar as conclusões sobre as estratégias de produção camponesa. Além disso, as limitações metodológicas e a natureza dos dados disponíveis restringem a capacidade de avaliar de forma abrangente o impacto desses bens na diversificação das culturas. Este foco permite uma investigação mais profunda dos bens mais comumente possuídos e seu papel directo nas estratégias produtivas dos pequenos produtores.

A posse de pulverizadores (F-ratio: 6,89, p-valor: 0,009) mostrou uma forte associação com a diversificação de culturas, enquanto arados de tracção animal (F-ratio: 1,12, p-valor: 0,290) não tiveram impacto significativo. Isso sugere que equipamentos que aumentam a eficiência da gestão de culturas, como pulverizadores para controle de pragas e doenças[83], são mais influentes na promoção da diversificação do que equipamentos básicos de preparo da terra.

Binswanger-Mkhize et al. (2009)[84] destacam que a mecanização e o uso de tecnologias melhoradas na agricultura podem ter um impacto positivo na produtividade e sustentabilidade. A posse de pulverizadores pode permitir que produtores cultivem culturas sensíveis a pragas, que de outra forma seriam inviáveis.

A mobilidade, representada pela posse de bicicletas (5,76, p-valor: 0,016) e, em menor grau, motas (F-ratio: 2,98, p-valor: 0,085), tem uma forte correlação com a diversificação de culturas. Isso sugere que o acesso e a capacidade de transportar insumos e produtos são essenciais para suportar estratégias agrícolas diversificadas. Estudos como o de Minten e Barrett (2008)[85] demonstram que a melhoria da mobilidade pode ter impactos positivos na eficiência do mercado e na adopção de tecnologias agrícolas, apoiando assim a diversificação. A posse de bicicletas, em particular, ressalta a importância de soluções de transporte acessíveis e adaptáveis às condições locais.

3.3.3. Infra-estrutura: Armazéns

A posse de armazéns (F-ratio: 4,25, p-valor: 0,039) está associada a uma maior diversificação de culturas, o que pode ser atribuído à capacidade de armazenar produtos de forma segura, possibilitando aos produtores maior flexibilidade na escolha de culturas para plantio, consumo e venda. Armazéns podem reduzir a perda pós-colheita e melhorar a estabilidade dos rendimentos ao permitir o armazenamento de produtos até que os preços sejam favoráveis. Estudos como o de Kurosaki e Fafchamps (2002)[86] enfatizam a importância da infra-estrutura de armazenamento na redução da

[83] Apontada como uma das principais incertezas sobre a produção dos pequenos produtores de Búzi em Dadá (2024b). Estratégias de adaptação às incertezas um estudo com pequenos produtores no posto administrativo do Búzi. Destaque Rural nº 303.Observatório do Meio Rural.
[84] Binswanger, H. P. (1986). Agricultural mechanization: A comparative historical perspective. World Bank Research Observer, 1(1), 27-56.
[85] Minten, B., e Barrett, C. B. (2008). Agricultural technology, productivity, and poverty in Madagascar. World Development, 36(5), 797-822.
[86] Kurosaki, T., e Fafchamps, M. (2002). Insurance market efficiency and crop choices in Pakistan. Journal of Development Economics, 67(2), 419-453.

volatilidade dos rendimentos e na promoção da segurança alimentar.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais deste estudo ressaltam a complexidade da relação entre a posse de bens e a adopção de estratégias de produção diversificadas pelos pequenos produtores no distrito de Búzi. Ficou evidente que recursos como terra, equipamentos e infra-estrutura não apenas constituem a base da capacidade produtiva dos pequenos produtores, mas também tem um papel importante na diversificação das culturas e, consequentemente, na sustentabilidade e resiliência económica das famílias rurais.

Através do prisma da economia camponesa, este estudo destacou a essencialidade de uma abordagem integrada para entender e melhorar as condições de vida dos pequenos produtores em Búzi. A terra, não apenas em sua quantidade, mas no uso eficiente dela, os equipamentos que facilitam práticas agrícolas mais eficazes e a infra-estrutura que suporta tanto a produção quanto a comercialização dos produtos. No entanto, para que os benefícios desses recursos sejam realizados, é importante um foco na gestão eficaz e no acesso facilitado a esses bens.

As sugestões para a implementação de políticas e intervenções que promovam o acesso e a gestão eficaz dos recursos reiteram a importância de acções estratégicas em diversas frentes. Isso inclui o acesso facilitado ao crédito, melhorias na infra-estrutura rural, fornecimento de equipamentos adequados e o incentivo à formação de cooperativas agrícolas. Essas acções não apenas aumentariam a capacidade dos produtores de Búzi de diversificar suas produções, mas também melhorariam suas condições de vida.

Essencialmente, para que essas intervenções sejam bem-sucedidas, é importante uma colaboração com a população local, garantindo que as políticas sejam culturalmente sensíveis e alinhadas com as necessidades e aspirações dos pequenos produtores. A experiência de Búzi oferece lições importantes para o desenvolvimento rural em Moçambique, sublinhando a necessidade de políticas bem estudadas e acções coordenadas que reconheçam a complexidade e a diversidade das estratégias de produção camponesa.

CAPÍTULO III
DIVERSIFICAÇÃO DE CULTURAS COMO ESTRATÉGIA DE PRODUÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES O CASO DO BÚZI

Yasser Arafat Dadá[87]

1. NTRODUÇÃO

A agricultura camponesa enfrenta desafios crescentes decorrentes das mudanças climáticas, oscilações de mercado e limitações de recursos[88]. Nesse contexto, a diversificação de culturas surge como uma estratégia para garantir o consumo dos pequenos produtores. Este capítulo tem por objectivo explorar a diversificação de culturas como estratégia para a melhoria do consumo e do rendimento das famílias dos pequenos produtores.

Após a introdução, este documento apresenta, na segunda secção, os contributos teóricos, clássicos e modernos, sobre a diversificação de culturas como, estratégia de produção e a relação com o consumo e o rendimento; A terceira secção é dedicada a apresentar os resultados da pesquisa, debruçando-se, primeiro, sobre a descrição dos tipos de culturas produzidas, a seguir, a apresentação descritiva e analítica do consumo e comercialização da produção e, ainda, o impacto da diversificação de culturas no rendimento e no consumo das famílias; na quarta secção, apresentam-se as considerações finais e sugestões.

Este estudo adopta uma metodologia mista, combinando análise quantitativa e qualitativa. Os dados foram recolhidos através de questionários e entrevistas realizados com indivíduos de cinco postos administrativos no distrito do Búzi, a saber: Vila do Búzi, Bándua, Nharongue, Nhamichindo e Guara-Guara. As entrevistas decorreram com uma variedade de participantes, incluindo funcionários do governo, representantes de organizações não-governamentais, líderes comunitários e pequenos agricultores. No total, foram efectuadas 40[89] entrevistas, número este que considerado suficiente para atingir a saturação teórica necessária para os propósitos deste estudo[90]. Adicionalmente, realizaram-se 400 inquéritos, estabelecendo um intervalo de confiança de 95% e uma margem de erro de 5%, parâmetros estes que asseguram a fiabilidade e a representatividade dos dados recolhidos[91].

[87] Economista e Doutorado em Estudos de Desenvolvimento pela Universidade de Lisboa. Pesquisador do OMR.

[88] Para mais detalhes sobre as dificuldades dos pequenos produtores do Búzi, veja Dadá, Y. (2024a). Políticas públicas e desafios para a agricultura familiar: Navegando entre os recursos escassos, adversidades climáticas e mercados voláteis. Destaque Rural 298. Observatório do Meio Rural.

[89] Todas as entrevistas foram conduzidas conforme os princípios éticos de pesquisa, garantindo a confidencialidade e o anonimato dos participantes.

[90] O critério adoptado para determinar o número de entrevistas foi a saturação teórica, um conceito comummente aceite na pesquisa qualitativa, onde novas entrevistas deixam de fornecer informação substancialmente nova ou relevante para o estudo (Creswell 2014).

[91] A distribuição dos inquéritos por posto administrativo foi ponderada relativamente à população de cada área, garantindo uma representatividade individual da população de cada posto administrativo. Em particular, cada posto administrativo recebeu um mínimo de 70 inquéritos, o que na literatura é considerado uma amostra robusta e equitativa para análise (Creswell 2014).

Este texto foi elaborado com base numa pesquisa em curso relacionada com as estratégias de produção camponesa para o caso do Búzi.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO: DIVERSIFICAÇÃO DE CULTURAS COMO ESTRATÉGIA DE PRODUÇÃO

A discussão sobre a diversificação de culturas, entre os autores clássicos, revela a profundidade histórica e a relevância dessa estratégia de produção. Alexander Chayanov (1925)[92] fornece uma análise detalhada do comportamento económico dos pequenos produtores que não é dirigido para a maximização do lucro, mas pelo equilíbrio entre necessidades e recursos. A diversificação de culturas, neste contexto, é vista como uma estratégia adaptativa para equilibrar o consumo familiar e minimizar os riscos.

Karl Polanyi (1944)[93], por sua vez, explica como a diversificação de culturas se encaixa em estratégias de produção mais amplas de resiliência e sustentabilidade. Polanyi destaca que as decisões de produção não são apenas respostas económicas a incentivos de mercado, mas também são profundamente influenciadas por valores sociais, tradições e a necessidade de subsistência.

Além de Polanyi e de Chayanov, podemos também mencionar o trabalho de Boserup (1965)[94], cuja teoria da intensificação agrícola, argumentava que o aumento da densidade populacional incentivaria os agricultores a adoptar métodos de produção mais intensivos em capital. Estes métodos potencialmente levando à diversificação de culturas como uma estratégia para optimizar o uso dos recursos disponíveis. Esta teoria contrapõe-se à visão malthusiana de que a população crescente levaria inevitavelmente à escassez de alimentos, sugerindo que a necessidade estimularia a inovação.

No panorama contemporâneo, o debate sobre diversificação de culturas evoluiu ao incorporar preocupações com a sustentabilidade, mudanças climáticas e segurança alimentar. Miguel Altieri (1995)[95] defende a agro-ecologia como um paradigma científico que integra conhecimentos ecológicos na agricultura, promovendo sistemas de produção diversificados que são, tanto produtivos, quanto sustentáveis. Altieri enfatiza que a diversificação de culturas, quando enraizada em princípios agroecológicos, pode aumentar a biodiversidade agrícola e fortalecer a resiliência ecológica dos sistemas de produção. Jules Pretty (1998)[96] acrescenta a esta discussão a noção de “agricultura sustentável”, argumentando que práticas agrícolas sustentáveis, incluindo a diversificação de culturas, são essenciais para solucionar problemas de degradação ambiental e melhorar a qualidade de vida dos produtores.

[92] Chayanov, A. V. (1986). The theory of peasant economy. University of Wisconsin Press. (Original work published 1925)
[93] Polanyi, K. (1944). The great transformation: The political and economic origins of our time. Farrar e Rinehart.
[94] Boserup, E. (1965). The conditions of agricultural growth: The economics of agrarian change under population pressure. Aldine.
[95] Altieri, M. A. (1995). Agroecology: The science of sustainable agriculture. Westview Press.
[96] Pretty, J. (1998). The living land: Agriculture, food and community regeneration in rural Europe. Earthscan Publications.

Pretty destaca o papel da inovação local e do conhecimento indígena na optimização das práticas de diversificação.

Adicionalmente, Olivier De Schutter (2010)[97], como Relator Especial da ONU sobre o Direito à Alimentação, destacou a diversificação de culturas como uma estratégia chave para alcançar a segurança alimentar. Ele apontou para a necessidade de políticas que incentivem práticas agrícolas sustentáveis, capazes de enfrentar os desafios das mudanças climáticas e da pobreza rural.

A discussão sobre a diversificação de culturas, enriquecida pelas contribuições de autores clássicos e contemporâneos, encontra suporte noutras teorias, como a teoria da dependência de recursos e a teoria da modernização.

A teoria da dependência de recursos de Pfeffer e Salancik (1978)[98] ilustra como as organizações (ou, por extensão, os produtores) adaptam estratégias para minimizar a dependência de recursos externos e maximizar a sua autonomia. Aplicada ao contexto agrícola, essa teoria sugere que a diversificação de culturas pode ser uma resposta estratégica para reduzir a vulnerabilidade a incertezas do mercado, variações climáticas e restrições de recursos.

A teoria da modernização de Rostow (1960)[99] explica como as transições económicas influenciam as práticas agrícolas. Neste contexto, a diversificação de culturas pode ser vista como uma fase na adaptação a novas procuras económicas e ambientais, com produtores buscando equilibrar tradição e inovação para sustentar as suas famílias.

Este capítulo evidenciou a complexidade e a multidimensionalidade do tema da diversificação de culturas, suportada numa tradição teórica e reforçada por questões contemporâneas e apoiada por teorias fundamentais, a diversificação emerge como uma das estratégias de produção camponesa.

3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Este subcapítulo dedica-se à análise dos tipos e número de culturas, bem como padrões de consumo e venda, com base em dados que reflectem as condições dos pequenos produtores no Búzi.

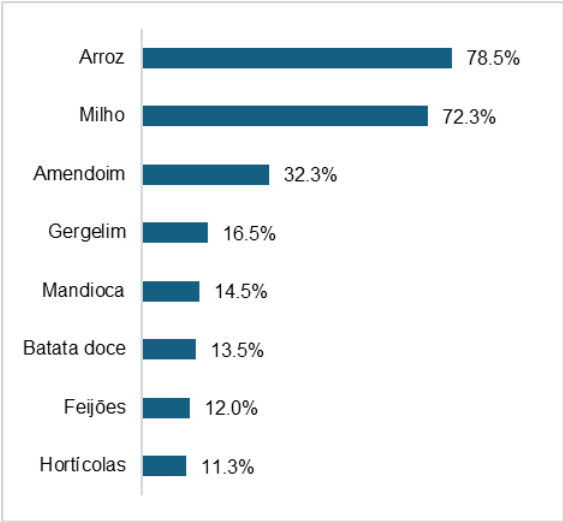
3.1. Diversificação da produção

A diversificação de culturas é uma prática agrícola comum para pequenos produtores, particularmente em locais com condições climáticas variáveis e mercados incertos como o Búzi (Dadá, 2024b)[100]. Estudos sobre a agricultura em Moçambique reforçam

[97] De Schutter, O. (2010). Report submitted by the Special Rapporteur on the right to food, Olivier De Schutter. United Nations General Assembly.
[98] Pfeffer, J., e Salancik, G. R. (1978). The external control of organizations: A resource dependence perspective. Harper e Row.
[99] Rostow, W. W. (1960). The stages of economic growth: A non-communist manifesto. Cambridge University Press.
[100] Dadá, Y. (2024b). Estratégias de adaptação às incertezas: um estudo com pequenos produtores do Búzi. Destaque Rural 303 Observatório do Meio Rural.

a importância da diversificação de culturas. Por exemplo, a pesquisa de Jones e Thornton (2013)[101] indica que a diversificação de culturas é uma estratégia eficaz para os pequenos produtores enfrentarem a variabilidade climática e garantirem a sua alimentação.

Gráfico 2: Proporção de produtores por cultura



Os dados mostram que 70% dos pequenos produtores do Búzi cultivam pelo menos 3 culturas.

No gráfico 2 é apresentada a proporção de produtores por cultura. O gráfico mostra que as culturas mais comuns produzidas pelos pequenos produtores do Búzi são as seguintes: arroz (cultivado por 78,5% dos produtores), milho (72,3%), amendoim (32,3%), gergelim (16,5%).

Esta diversidade pode reflectir estratégias para mitigar riscos e aproveitar diferentes épocas de plantio e colheita.

3.2. Comercialização e consumo da produção

As estratégias de produção, consumo e comercialização adoptadas pelos pequenos produtores revelam-se complexas e adaptativas. Os dados revelam que 64% dos produtores afirmam vender uma parte da produção, com uma maioria (80,5%) vendendo a produção directamente a amigos e vizinhos, enquanto 76,3% encontram nas feiras semanais, de seus postos administrativos, um canal importante de vendas. Um produtor explica: “A maioria da nossa venda é feita directamente para amigos, vizinhos e em feiras. É uma prática que fortalece os laços dentro da zona.” Esses locais de venda, não apenas, reflectem uma estratégia económica, mas também uma dimensão social da produção familiar e também uma fraca integração

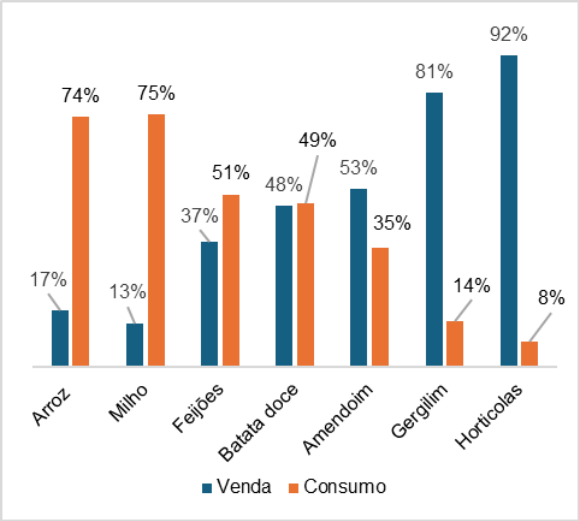
[101] Jones, P. G., e Thornton, P. K. (2013). Generating downscaled weather data from a suite of climate models for agricultural modelling applications. Agricultural Systems, 114, 1-5.

no mercado e autarquismo (localismo) da produção familiar.

Além disso, 71,5% dos inquiridos escolhem o período imediatamente pós-colheita para vender, reflectindo, tanto a necessidade de liquidez financeira, quanto as limitações de armazenamento (67% tem dificuldade de armazenagem). Como um produtor entrevistado afirmou: “O maior desafio é a conservação dos produtos até encontrar o melhor momento e preço para venda. Muitas vezes, somos forçados a vender logo após a colheita por necessidade financeira ou falta de opção de armazenamento. Tentamos superar isso através da criação de pequenos grupos de produtores para compartilhar custos de armazenamento ou negociar melhores preços juntos”. De facto, ao analisar o gráfico 3, percebe-se que o armazenamento representa um desafio significativo. A comparação entre o total produzido em cada cultura agrícola (100%) e as quantidades consumidas e vendidas indica que as perdas de produção são uma ocorrência frequente entre os produtores.

A distribuição da produção reve Gráfico 3: Proporção da produção consumida e vendida la ainda mais sobre as prioridades: 67,3% é destinada ao consumo próprio e apenas 22,6% à venda. Essa disposição sublinha uma predominância de estratégias de subsistência. No gráfico 3 pode-se observar para a venda um foco na selecção de certas culturas, como hortaliças e gergelim, venda de 92% e 81% da produção, respectivamente, revela uma adaptação às demandas de mercado, visando maximizar as receitas.

Gráfico 3: Proporção da produção consumida e vendida



O consumo permanece uma prioridade em culturas, como milho e arroz — consumidos em 75% e 74% respectivamente — sendo fundamentais para a dieta local. A produção é maioritariamente direccionada para o consumo familiar, ressaltando a centralidade da segurança alimentar. “Nossa prioridade é garantir que teremos o suficiente para alimentar nossa família durante o ano” observou um produtor referindo-se ao milho e arroz.

A diversificação emerge como uma estratégia, com amendoim, gergelim e hortaliças sendo cultivados preferencialmente para venda. “Nós tentamos diversificar o que cultivamos. isso nos ajuda a balancear a segurança alimentar com a necessidade de ganhar dinheiro,” refere um produtor, evidenciando a busca por um equilíbrio entre renda e sustento.

Este panorama complexo e adaptativo, marcado pela venda imediata após a colheita, a escolha de culturas para maximizar receitas e a centralidade do consumo alimentar, ilustra a resiliência e adaptabilidade dos pequenos produtores perante as incertezas. Optando por uma estratégia de diversificação e aprofundamento das relações sociais, os pequenos produtores demonstram uma capacidade de ajustar as suas práticas em resposta a desafios económicos e ambientais, mantendo a estabilidade alimentar e económica[102]. Estas estratégias foram identificadas noutros estudos realizados no contexto moçambicano. Jones e Ejeta (2016)[103] destacaram a importância da produção de culturas para o mercado na elevação do rendimento das famílias.

3.3. Impacto da diversificação de culturas no consumo e rendimento da família

Para uma análise mais detalhada do impacto da diversificação de culturas sobre o consumo alimentar e o rendimento dos pequenos produtores, foi realizada uma Análise de Variância (ANOVA)[104]. Esta análise estatística permite identificar se existem diferenças significativas entre as médias de três ou mais grupos independentes, neste caso, categorias de produtores classificados conforme o grau de diversificação de culturas.

Para a análise optou-se por dividir a amostra em grupos: (1) baixa diversificação (até duas culturas); (2) média diversificação (três culturas) e; (3) alta diversificação (quatro ou mais culturas). Esta opção reflecte uma estratégia metodológica adoptada em muitas pesquisas para entender melhor o impacto da diversificação de culturas nas condições socioeconómicas[105]. O objectivo é o de examinar se esses grupos

[102] Para estudar com maior detalhe as dificuldades enfrentadas pelos pequenos produtores do Búzi, veja Dadá (2024a).

[103] Jones, E., e Ejeta, G. (2016). A importância das culturas comerciais na melhoria dos rendimentos dos agricultores em Moçambique. Journal of Agricultural Development, 12(3), 234-249.

[104] ANOVA é uma técnica estatística usada para comparar as médias de três ou mais grupos, determinando se existem diferenças significativas entre eles. Ao analisar a variância dentro dos grupos (variabilidade devido a diferenças naturais entre observações) contra a variância entre os grupos (variabilidade devido ao efeito de diferentes tratamentos ou categorias), a ANOVA ajuda a discernir se as diferenças observadas nas médias dos grupos são estatisticamente significativas ou podem-se ter ocorrido por acaso. A ANOVA serve para investigar o impacto de várias variáveis independentes sobre uma variável dependente. Para uma introdução e detalhe sobre ANOVA, veja Field, A. (2013). Discovering statistics using IBM SPSS statistics (4th ed.). Sage.

[105] Esta opção metodológica é fundamentada em estudos, como os de Sibhatu et al. (2015) e Bellon et al. (2016), por permitir uma análise detalhada dos efeitos variados que diferentes níveis de diversificação agrícola podem ter sobre o consumo alimentar e os rendimentos, reconhecendo que a diversificação de culturas pode influenciar de forma distinta o consumo alimentar e o rendimento da família. Veja Sibhatu, K. T., Krishna, V. V., e Qaim, M. (2015). Meta-analysis of the association between production diversity, diets, and nutrition in smallholder farm households. Food Policy, 55, 131-141. E Bellon, M. R., Ntandou-Bouzitou, G. D., e Caracciolo, F. (2016). On-farm diversity and market participation are positively associated with dietary diversity of rural mothers in Southern Benin, West Africa. PLOS ONE, 11(9), e0162535.

diferem significativamente em termos de consumo alimentar (em kg) e rendimento mensal por família (expresso em meticais).

- Consumo Alimentar: A análise revelou diferenças significativas no consumo alimentar entre os grupos de diversificação (F-statistic=18,34, $p < 0.001$)[106] , tendo o grupo de alta diversificação apresentado o maior consumo alimentar, seguido pelos grupos de média e baixa diversificação, respectivamente.
- Rendimento dos Produtores: Similarmente, o rendimento anual diferiu significativamente entre os grupos (F-statistic= 22.47, $p < 0,001$), onde produtores com alta diversificação de culturas registaram os maiores rendimentos, indicando um efeito positivo da diversificação sobre o rendimento.

Estes resultados sugerem que os produtores que adoptam estratégias de diversificação de culturas tendem a ter um consumo alimentar mais elevado, e, simultaneamente, rendimentos mais altos, que os grupos com menor diversificação. Este resultado é consistente com a hipótese de que a diversificação das culturas pode proporcionar uma rede de segurança contra falhas de produção em culturas específicas, permitir uma alimentação mais variada e oferecer múltiplas fontes de rendimento.

A significância estatística ($p < 0,05$) em ambos indicadores reforça a robustez da relação entre a diversificação, rendimento e consumo alimentar. Esta relação é suportada por evidências de que a diversificação permite aos produtores recorrer a diferentes mercados e períodos de venda, além de reduzir a dependência de uma única cultura (Baudron *et al*., 2019)[107].

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adopção da estratégia de diversificação de culturas entre os pequenos produtores do Búzi revelou-se uma medida eficaz para enfrentar os desafios. Através da análise dos dados colectados no Búzi, evidenciou-se que a adopção de um número maior de culturas é uma solução viável que pode contribuir para melhorar a segurança alimentar e incrementar os rendimentos das famílias. Os produtores concentram-se na produção de culturas destinadas primariamente ao consumo familiar e, paralelamente, uma porção dessa produção é destinada ao mercado, com o objectivo de obter rendimento para a aquisição de bens complementares ao consumo alimentar e para cobrir outras despesas básicas de consumo[108]. Resultado similar foi encontrado por Dadá (2017)[109] ao estudar as estratégias de produção camponesa no sul do Save.

[106] F-statistic: O valor de F obtido na ANOVA indicou diferenças significativas entre os grupos, confirmadas pelo P-valor: Menor que 0.05, sugerindo que as diferenças observadas entre os grupos são estatisticamente significativas.
[107] Baudron, F., et al. (2019). Diversification into high-value crops as a climate risk management strategy: An analytical framework and evidence from Mozambique. Land Use Policy, 87, 104052.
[108] Os dados do inquérito indicam que a distribuição percentual média das despesas do AF é a seguinte: bens alimentares (60%), educação (10%), vestuário (10%), saúde (7%) e outras despesas (13%).
[109] Dadá (2017). Estratégia de Produção Camponesa em Moçambique: Estudo de caso no Sul do Save – Chokwé, Guijá e Kamavota. Observador Rural no 51. Observatório do Meio Rural.

A diversificação agrícola é reconhecida como uma estratégia importante para pequenos produtores na mitigação de riscos relacionados com a volatilidade dos mercados e incertezas climáticas. Conforme o estudo de Lin (2011)[110], a diversificação contribui para diminuir a dependência das monoculturas, optimizando a utilização dos recursos naturais, aumentando a biodiversidade e a fertilidade dos solos. Estas práticas fortalecem a resiliência dos sistemas agrícolas, aumentando a capacidade de adaptar-se a adversidades climáticas e oscilações de mercado (Dadá, 2024a).

Ademais, a diversificação alimentar desempenha um papel fundamental na melhoria da saúde e bem-estar das famílias dos pequenos produtores, minimizando a exposição a doenças ligadas à desnutrição. Segundo um estudo de Jones *et al.* (2014)[111], uma maior variedade alimentar contribui para a segurança alimentar e nutricional, especialmente em contextos onde a insegurança alimentar e a desnutrição são preocupações constantes, como é o caso de Moçambique, principalmente no meio rural (Carrilho, *et al*., 2016)[112].

Por fim, a diversificação dos produtos disponibilizados no mercado pode potencializar as receitas dos pequenos agricultores, atenuando os impactos de variações nos preços de certas *commodities*. Conforme apontado por Mishra *et al*. (2018)[113], a diversificação das culturas representa uma estratégia de fortalecimento económico para os agricultores, conferindo-lhes maior independência financeira e capacidade de investimento. Portanto, esta estratégia, não só, promove a estabilidade económica dos pequenos produtores, mas também garante a sustentabilidade de suas actividades agrícolas a longo prazo.

4.1. Sugestões

- Investimentos em infra-estrutura, como sistemas de armazenamento e irrigação, são cruciais para superar as limitações físicas e logísticas enfrentadas pelos pequenos produtores. Além disso, o fortalecimento de redes de mercado locais e regionais, com o acesso a informações sobre preços e demandas, são essenciais para a integração efectiva dos produtores rurais na economia.
- A formação e o fortalecimento de cooperativas e associações de produtores representam outra dimensão crucial da estratégia de diversificação de culturas. Tais organizações podem desempenhar um papel fundamental na negociação de melhores preços, no acesso a créditos e insumos agrícolas e na promoção de práticas agrícolas sustentáveis. Ademais, a educação e capacitação técnica dos pequenos produtores são indispensáveis para

[110] Lin, B. B. (2011). Resilience in Agriculture through Crop Diversification: Adaptive Management for Environmental Change. Journal of Sustainable Agriculture, 35(2), 202-232. https://doi.org/10.1080/10440046.2011.536362

[111] Jones, A. D., Shrinivas, A., e Bezner-Kerr, R. (2014). Farm Production Diversity is Associated with Greater Household Dietary Diversity in Malawi: Findings from Nationally Representative Data. Food Security, 6(4), 597-606. https://doi.org/10.1007/s12571-014-0364-0

[112] Carrilho, J., Abbas, M., Junior, A., e Mosca, J. (2016). Desafios para a Segurança Alimentar e Nutrição em Moçambique. Observatório do Meio Rural. Veja em https://omrmz.org/livros/desafios-para-a-segurança-alimentar-e-nutricao-em-mocambique/

[113] Mishra, A. K., Kumar, A., Joshi, P. K., e D'Souza, A. (2018). Impact of Agricultural Diversification on Farm Income and Employment Under Climate Change. Agricultural Economics, 49(4), 435-445. https://doi.org/10.1111/agec.12435

a adopção de técnicas agrícolas inovadoras e adaptadas às mudanças climáticas, garantindo assim a longevidade e a eficácia das práticas de diversificação.

- Finalmente, a interacção entre a pesquisa agrícola e as práticas locais de produção é fundamental para a evolução contínua da agricultura. O desenvolvimento e a disseminação de variedades de culturas adaptadas às condições locais, resistente a pragas e doenças e capazes de responder às mudanças climáticas, são aspectos que requerem atenção contínua e investimento em pesquisa e desenvolvimento.

Conclui-se, assim, que a diversificação de culturas e a sua implementação eficiente e eficaz requer uma abordagem integrada, envolvendo o governo, o sector privado, organizações não-governamentais e os actores locais.

CAPÍTULO IV
ENTRE TRADIÇÃO E TRANSFORMAÇÃO: DINÂMICAS DE GÉNERO NA AGRICULTURA FAMILIAR O CASO DE BÚZI

Yasser Arafat Dadá[114]

1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é uma das bases fundamentais para a economia e sustento da população do distrito de Búzi, um território caracterizado pela pesca, criação de animais e pelo papel central que a agricultura desempenha na vida da população[115]. Neste contexto, as dinâmicas de género emergem como um factor que influencia a eficiência, a sustentabilidade e a equidade das actividades agrícolas.

A divisão de trabalho baseada no género, a gestão de recursos, a tomada de decisões e o bem-estar geral das unidades familiares são aspectos que reflectem as normas culturais, económicas e sociais. Reconhecendo a importância destas dinâmicas, o presente trabalho tem por objectivo analisar a dinâmica de género na agricultura familiar no distrito de Búzi, com foco na divisão de trabalho baseada em género e seu impacto na gestão de recursos, tomada de decisões e bem-estar das unidades familiares.

Após a introdução, este documento apresenta, na segunda secção, um breve enquadramento teórico e trabalhos empíricos que buscaram compreender a divisão do trabalho, gestão dos recursos e suas implicações no bem-estar das famílias; a terceira secção é dedicada à descrição e análise dos dados; na quarta secção, são apresentadas considerações finais e sugestões de políticas relacionadas com os resultados do estudo.

O trabalho assenta em informação qualitativa e quantitativa e com base no método misto[116]. Os dados apresentados derivam de inquéritos e entrevistas conduzidos junto de indivíduos provenientes de cinco postos administrativos do distrito de Búzi (Vila do Búzi, Bándua, Nharongue, Nhamichindo e Guara-Guara). As entrevistas foram conduzidas a funcionários governamentais, representantes de organizações não-governamentais, líderes locais e pequenos produtores.

[114] Economista e Doutor em Estudos de Desenvolvimento pela Universidade de Lisboa. Pesquisador do OMR.
[115] Para uma análise mais detalhada do perfil do distrito veja https://www.sofala.gov.mz/por/Ver-Meu-Distrito/Buzi/O-Distrito.
[116] A análise de conteúdo foi utilizada para examinar as transcrições das entrevistas e os dados dos questionários foram analisados estatisticamente para identificar padrões, tendências e correlações significativas. Foram utilizados testes estatísticos, como ANOVA, chi-quadrado e regressões, para examinar a relação entre variáveis, como género, divisão de trabalho, gestão de recursos e bem-estar das unidades familiares.

No total, foram realizadas 40 entrevistas[117], número considerado adequado para alcançar a saturação teórica neste estudo[118]. Além disso, foram conduzidos 400 inquéritos aos pequenos produtores[119], com um intervalo de confiança de 95% e uma margem de erro de 5%[120].

Este texto foi elaborado com base numa pesquisa em curso relacionada com as estratégias de produção camponesa no estudo de caso de Búzi.

2. DIVISÃO DO TRABALHO ENTRE GÉNEROS: UM REVISITAR DA TEORIA

A compreensão da divisão social do trabalho remete-nos, inicialmente, a Karl Marx. Marx oferece uma análise crítica da divisão do trabalho na óptica das relações de produção capitalistas, especialmente na sua obra "O Capital"[121] . Marx vê a divisão do trabalho como um instrumento de exploração e alienação dentro do sistema capitalista. Ele argumenta que a especialização do trabalho, embora aumente a produtividade, também resulta em alienação do trabalhador em relação ao produto do seu trabalho, aos outros trabalhadores e às suas próprias potencialidades humanas. Além disso, Marx enfatiza que a divisão do trabalho amplia as desigualdades sociais, consolidando uma estrutura de classe onde os proprietários dos meios de produção exploram os trabalhadores.

As teorias contemporâneas abordam as mudanças na divisão do trabalho num contexto de globalização. A globalização económica levou a uma divisão internacional do trabalho mais pronunciada, onde a produção é frequentemente deslocada para países com mão-de-obra mais barata, exacerbando as desigualdades globais e transformando as dinâmicas locais de emprego. Autores como Sassen[122] e Standing[123] discutem como essas mudanças afectam as estruturas de classe, a precarização do trabalho e a emergência de novas formas de desigualdade e exclusão social.

As perspectivas contemporâneas expandem a análise da divisão do trabalho para incluir outras dimensões, como género. Essas teorias destacam como a divisão

[117] As entrevistas foram conduzidas com uma selecção de participantes para aprofundar questões emergentes dos questionários. Foram abordados, entre outros, temas como as experiências pessoais relacionadas com a divisão de trabalho de género, gestão de recursos, tomada de decisões e desafios enfrentados pelas unidades familiares na agricultura. Cada entrevista teve duração de, no máximo, 60 minutos.
[118] O critério adoptado para determinar o número de entrevistas foi a saturação teórica, um conceito comummente aceite na pesquisa qualitativa, onde novas entrevistas deixam de fornecer informação substancialmente nova ou relevante para o estudo (Creswell 2014).
[119] Pequenos produtores são definidos por possuírem e operarem pequenas explorações de terra (no máximo 5 hectares), utilizando maioritariamente mão de obra familiar para a produção de alimentos para sustento próprio e venda de excedentes para suprir necessidades básicas.
[120] A distribuição dos inquéritos por posto administrativo foi ponderada em relação à população de cada posto, garantindo uma representatividade individual da população do respectivo posto administrativo. Em particular, em cada posto administrativo realizou-se um mínimo de 70 inquéritos, o que, na literatura, é considerado uma amostra robusta e equitativa para análise (Creswell 2014).
[121] Marx, K. (1996). O capital: Crítica da à economia política. 2 ed. Colecção os economistas. Nova cultural. São Paulo. Brasil.
[122] Sassen, S. (2007). Una Sociología De La Globalización. anal.polit. [online]. Vol.20, n.61 [cited 2024-03-20], pp.3-27. Disponível em <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-47052007000300001&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0121-4705.
[123] Standing, G. (1999). Global Labour Flexibility: Seeking Distributive Justice. MacMillan Press, London, 1999, 441 pages, ISBN 0-333-77652-6

do trabalho pode reflectir e perpetuar desigualdades além das económicas, englobando questões sociais complexas que influenciam a organização do trabalho e a distribuição de poder na família.

As teorias da divisão do trabalho têm sido fundamentais para explorar como a divisão social do trabalho reproduz e perpetua desigualdades de género. Autores, como Acker e Connell, examinam como o género está intrinsecamente ligado às práticas organizacionais, políticas e económicas, moldando a divisão do trabalho de maneiras que frequentemente desfavorecem as mulheres.

Acker (1990)[124] argumenta que a organização do trabalho é "*gendered*", ou seja, estruturada de maneira a reflectir e reforçar diferenças de género. Ela destaca como as normas e expectativas de género influenciam a distribuição de cargos, salários e o reconhecimento do trabalho, muitas vezes relegando as mulheres as posições de menor estatuto e remuneração.

Connell (2016)[125] discute como a divisão do trabalho também está relacionada à construção social da masculinidade, influenciando, não apenas, a posição das mulheres, mas também, as expectativas e pressões sobre os homens em diferentes contextos de trabalho.

A auto-exploração familiar é particularmente relevante em contextos onde a mão-de-obra familiar é a principal ou única fonte de trabalho[126]. Essa teoria é relevante porque ajuda a entender como as estruturas económicas e sociais podem influenciar as dinâmicas familiares e a distribuição de trabalho dentro das famílias, especialmente em contextos onde a agricultura familiar desempenha um papel importante na economia.

As contribuições discutidas neste capítulo fornecem uma base teórica sólida para a análise da divisão do trabalho no seio da família considerando o género no Búzi.

3. DIVISÃO DE TRABALHO BASEADA EM GÉNERO

3.1 Divisão do trabalho entre géneros no seio da família

A análise do gráfico 4 revela padrões distintos na divisão de trabalho baseada em género nas unidades familiares participantes da pesquisa. Estes dados indicam uma divisão de trabalho, com as mulheres assumindo a maioria das tarefas domésticas, o cuidado dos animais e uma percentagem elevada no trabalho na machamba. Enquanto os homens estão mais envolvidos na comercialização da produção e no trabalho na machamba (geralmente, a lavoura, abertura de novas explorações, utilização de equipamentos e transporte). Estes dados são confirmados por muitos

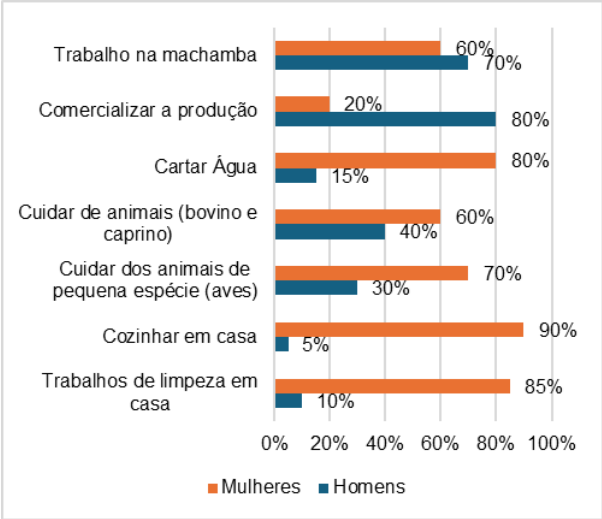
[124] Para uma leitura mais detalhada, veja Acker J. (1990). Hierarchies, jobs, bodies: a theory of gendered organizations. In: Gender and Society, Vol. 4, N.º 2, pp. 139-158.
[125] Para uma leitura mais detalhada, leia Connel, Raewyn (2016). Género em termos reais. 1ª edição. Nversos editora. São Paulo. Brasil
[126] A auto-exploração familiar pode ser entendida como um fenómeno onde os membros da família trabalham mais horas ou sob condições mais difíceis sem compensação adequada, justificado pela necessidade de sustento da própria família ou do negócio familiar. Veja, por exemplo: Poza. E (2007). Family Business, 2nd Edition. Thomson South-Western. ISBN: 978-0-324-31703-9.

entrevistados, como é o caso do pequeno produtor em Nharongue quando disse "trabalho como lavoura e vender produtos é trabalho de homem; as mulheres fazem sementeira, cuidar das crianças, da casa e da comida"[127].

Para analisar a divisão do trabalho no seio da família com base no género, de maneira mais rigorosa, aplicámos o teste de qui-quadrado (χ^2), visando identificar se as diferenças observadas (gráfico 4) são estatisticamente significativas128. O resultado do teste é o seguinte: χ^2 (7, N = 400) = 156.23, $p < 0.001$, o que indica que há uma diferença significativa na distribuição de tarefas baseada no género, com um nível de significância $p<0.001$. Isso indica que a probabilidade de observar tais diferenças por observação é menor que 0,1%, reforçando a evidência de uma divisão de trabalho baseada em género nas unidades familiares estudadas.

Tal divisão reflecte, não apenas, as normas culturais e económicas locais, mas também, indica limitações na eficiência e no potencial produtivo dessas famílias, considerando que as tarefas nem sempre são distribuídas segundo as habilidades ou preferências individuais. Além disso, essa disparidade na distribuição de responsabilidades pode ter consequências significativas no acesso das mulheres a oportunidades externas à esfera doméstica, incluindo educação e emprego remunerado.

Gráfico 4: Divisão do trabalho entre géneros no seio da família



[127] Pequeno produtor, Nharongue, 68 anos, entrevista no dia 23 de Julho de 2023.

[128] O teste Qui-quadrado (χ^2) é uma técnica estatística utilizada para determinar se existe uma diferença significativa entre as frequências observadas em dados categóricos e as frequências esperadas de uma distribuição teórica. É um teste não paramétrico, o que significa que não faz suposições sobre a distribuição dos dados (como normalidade). O Qui-quadrado é amplamente utilizado em pesquisas para testar hipóteses sobre relações entre variáveis categóricas. As Hipóteses do teste são as seguintes: H0 (hipótese nula): Não existe diferença significativa na participação de homens e mulheres no trabalho na machamba. H1 (hipótese alternativa): Existe uma diferença significativa na participação de homens e mulheres no trabalho na machamba.

A análise confirma a existência de uma estrutura tradicional de divisão de trabalho baseada no género nas unidades familiares agrícolas do distrito de Búzi.

3.2. Divisão do trabalho, participação das mulheres na tomada de decisão e no bem-estar das famílias

A gestão dos recursos familiares[129] é fundamental para o desenvolvimento económico e social das comunidades. Historicamente, essa gestão tem sido predominantemente exercida pelos homens. Os dados desta pesquisa revelam que apenas 30% das mulheres participam na gestão dos recursos familiares, face a 90% dos homens. Esta discrepância, não apenas, reflecte a persistência de normas de género tradicionais, mas também, indica uma distribuição desigual de poder decisório sobre o bem-estar das famílias.

A análise mais aprofundada das dinâmicas de decisão económica familiar, baseada em entrevistas, revela padrões distintos de participação entre homens e mulheres:

- Na venda de produtos agrícolas, 75% dos homens reportaram ter total autonomia nessa decisão e 65% das mulheres assumem a liderança nas decisões sobre o orçamento doméstico.
- Nas decisões de investimento agrícola, 40% das mulheres relataram ter algum nível de influência, enquanto a participação masculina é de 90%.
- Nas decisões educacionais dos filhos há uma maior participação das mulheres, com 80% das mulheres envolvidas, comparativamente a 30% dos homens.

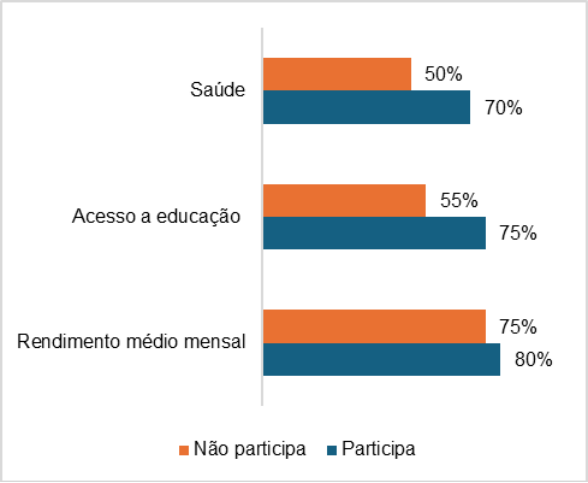
Estes dados ilustram uma divisão de papéis de género que coloca os homens no controlo de decisões económicas estratégicas, enquanto as mulheres, frequentemente, gerenciam o orçamento doméstico e as decisões educacionais. Este cenário sublinha uma divisão nas áreas de influência e poder decisório, sugerindo uma participação desigual entre os géneros na gestão de recursos familiares.

No gráfico 5 pode-se observar que, nas famílias em que as mulheres estão envolvidas na tomada de decisões, há uma tendência a melhores resultados em rendimento médio mensal[130], educação[131] e acesso a serviços de saúde[132]. Isso pode ser atribuído a uma variedade de factores, incluindo, mas não limitado, à propensão das mulheres em priorizar as necessidades de longo prazo da família.

[129] Os recursos familiares incluem os financeiros e propriedade: Recursos financeiros - Incluem dinheiro, poupanças, investimentos, e rendimentos de trabalho ou negócios próprios: e Propriedades e Bens - Casas, terras, veículos e outros bens imóveis.
[130] Rendimento médio mensal é o somatório de todos os rendimentos obtidos das seguintes actividades: Agricultura; Pescas; Criação de animais; Transportes; Comércio de bens manufacturados; Trabalhado assalariado e outros.
[131] Educação representa o somatório de todos os membros do agregado familiar com idade igual ou inferior a 15 anos que frequentam a escola dividido pelo total de membros com idade igual ou inferior a 15 anos multiplicado por 100.
[132] Saúde representa a proporção de agregados familiares que reportaram ter acesso a serviços de saúde

A inclusão das mulheres nas decisões económicas familiares tem sido associada a resultados positivos para o bem-estar das famílias. Estudos apresentados pela Nações Unidas (2023)[133] e pelo Banco Mundial (2023)[134] destacam que famílias em que as mulheres participam activamente nas decisões económicas, tendem a exibir melhor rendimento médio mensal, maior acesso à educação e a serviços de saúde.

Gráfico 5: Indicadores de bem-estar segundo a participação da mulher nas decisões económicas da família



A fim de avaliar mais rigorosamente o impacto da participação das mulheres nas decisões económicas sobre o bem-estar familiar, foi aplicado um modelo de regressão logística[135]. Neste modelo, foram consideradas, como variáveis dependentes, o acesso à educação, saúde familiar e o rendimento médio da família, e, como variável independente, a participação das mulheres nas decisões económicas. Este método permite uma análise detalhada das relações entre a participação das mulheres na tomada de decisão sobre a gestão de recursos e os indicadores de bem-estar familiar[136], reforçando a compreensão dos benefícios de

[133] UN Women (2024). Facts and figures: Economic empowerment. https://www.unwomen.org/en/what-we-do/economic-empowerment/facts-and-figures.
[134] World Bank (2023). How to increase women's economic participation. https://blogs.worldbank.org/en/jobs/how-increase-womens-economic-participation.
[135] A regressão logística é uma ferramenta poderosa e flexível (pode lidar com variáveis categóricas ou continuas) para modelar a relação entre uma variável dependente categórica e uma ou mais variáveis independentes. A regressão logística estima a probabilidade de uma das duas possíveis ocorrências do resultado (por exemplo, sim ou não, 1 ou 0, sucesso ou fracasso) com base nos valores das variáveis independentes. Foi escolhida a regressão logística pelas seguintes razões: A interpretação dos coeficientes pode ser em termos de odds ratios, oferecendo uma compreensão intuitiva da força da associação entre variáveis independentes e a probabilidade do evento de interesse e, diferentemente da regressão linear que estima valores reais, a regressão logística é usada para estimar probabilidades, tornando-a mais adequada para este trabalho.
[136] A escolha de rendimento, saúde e educação como indicadores do bem-estar, indicadores do Desenvolvimento Humano das Nações Unidas, reflecte a compreensão de que o desenvolvimento humano é multifacetado. O rendimento mede a capacidade económica e acesso a recursos, a saúde indica longevidade e qualidade de vida e a educação avalia o acesso ao conhecimento e capacidades. Juntos, esses indicadores fornecem uma visão compreensiva do progresso de uma sociedade, mais abrangente que da visão com foco unicamente no rendimento, enfatizando a importância de criar um ambiente onde as pessoas possam viver vidas longas, saudáveis e plenas

uma gestão de recursos mais inclusiva.Aplicando o modelo de regressão logística[137], respeitando os pressupostos para a validade da regressão logística, os resultados são os seguintes:

- A participação das mulheres nas decisões económicas está positivamente associada ao rendimento médio mensal do agregado familiar (*odds ratio*: 2.0, $p < 0.05$), indicando que as famílias onde as mulheres participam nas decisões económicas têm o dobro da probabilidade de alcançar rendimentos médios superiores.
- Similarmente, a participação das mulheres mostra uma relação positiva significativa com o acesso à educação (*odds ratio*: 1.8, $p < 0.05$) e acesso a serviços de saúde (*odds ratio*: 1.6, $p < 0.05$).

Estes resultados reforçam a noção de que a participação activa das mulheres nas decisões económicas é um factor influente no bem-estar das famílias.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada no distrito de Búzi revela resultados importantes sobre a divisão do trabalho no seio da família e o impacto da participação das mulheres na gestão de recursos familiares no bem-estar da família. Estes resultados estão em concordância com estudos de organizações internacionais sobre a divisão do trabalho no seio da família baseada no género, no que respeita à participação das mulheres na tomada de decisões sobre a gestão dos recursos económicos e o impacto no bem-estar das famílias. Os resultados enfatizam a necessidade de abordagens inclusivas e equitativas que reconheçam e valorizem a contribuição de todos os membros da família, independentemente do género.

A estrutura tradicional de divisão do trabalho observada nas famílias rurais do distrito de Búzi, onde as mulheres estão predominantemente envolvidas nas tarefas domésticas e na agricultura e os homens na lavoura e comercialização da produção, reflecte normas culturais tradicionais. Essa divisão, não apenas, limita o potencial produtivo das famílias ao não aproveitar as habilidades de todos os seus membros, mas também, impede as mulheres de ter acesso a oportunidades fora do seio da família, como educação[138] e emprego remunerado[139]. A eficiência

[137] Os pressupostos verificados foram os seguintes: as transformações logit das probabilidades são linearmente relacionadas com as variáveis independentes; as respostas das unidades familiares são assumidas como independentes entre si; o teste de Durbin-Watson (2.03), sugerindo que não há auto-correlação significativa entre as respostas, e as observações são independentes entre si; as variáveis independentes não estão fortemente correlacionadas. Todos os Factores de Inflação da Variância (VIF) são menores que 5, sugerindo que não há multicolinearidade entre as variáveis independentes. VIF para a participação o rendimento = 1.4, acesso à educação = 1.6, e acesso a serviços de saúde = 1.5.

[138] A taxa de analfabetismo é superior nos indivíduos do sexo feminino. Cerca de 27% de indivíduos do sexo masculino é analfabeto, enquanto 51% da população feminina é analfabeta (IOF 2019/2020). Considera-se analfabeto, todo o indivíduo que não possui habilidade de leitura e de escrita em qualquer língua. A taxa de analfabetismo apresentada neste relatório representa a percentagem da população de 15 anos e mais que, no inquérito, declarou que não sabia ler nem escrever. Para mais detalhes do relatório do inquérito as famílias de 2019/2020 veja https://www5.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk.technology.mozambique/files/files/IOF%202019_20%20Final%2022_09_2021.pdf

[139] A taxa de emprego em Moçambique, segundo os dados do IOF 2019/20, é de 74,0% sendo mais elevada entre os homens (75,5%) que entre as mulheres (72,8%). Conforme o relatório do IOF (2019/2020), as mulheres estão maioritariamente no sector informal, sobretudo na agricultura (63%).

e a sustentabilidade da produção agrícola podem ser melhoradas através de uma maior inclusão na distribuição do trabalho, assegurando que ele seja atribuído com base nas capacidades, valências e preferências individuais, independentemente do género.

A pesquisa evidencia uma clara segregação de papéis na tomada de decisões dentro das unidades familiares, com os homens dominando as decisões económicas e as mulheres, embora gerenciem o orçamento doméstico, são frequentemente excluídas de decisões que afectam o bem-estar e o futuro da família.

A pesquisa no distrito de Búzi oferece uma oportunidade valiosa para compreender as dinâmicas de género na agricultura familiar e o seu impacto no desenvolvimento rural. Ao adoptar uma abordagem mais inclusiva, que reconheça e valorize as contribuições de mulheres e homens, pode-se, não apenas, melhorar o bem-estar das famílias rurais, mas também, promover o desenvolvimento.

Os resultados da análise da divisão do trabalho no seio da família considerando o género, a tomada de decisões e a conexão com o bem-estar da família, não são diferentes dos encontrados por diversos académicos no campo do desenvolvimento. Amartya Sen (2000)[140] enfatiza que a expansão das liberdades das mulheres é importante para o desenvolvimento geral da sociedade. Nussbaum (2011)[141], por sua vez, destaca a importância das capacidades das mulheres participarem plenamente na vida económica e social como um elemento fundamental para o progresso humano. Estas perspectivas teóricas e os resultados desta pesquisa reforçam a necessidade de políticas que promovam a igualdade de género na tomada de decisões como meio de alcançar um desenvolvimento sustentável e equitativo.

4.1 Recomendações para Políticas e Ações Futuras

Seguem algumas recomendações:

- Implementar programas de capacitação para mulheres em técnicas agrícolas, gestão de negócios e liderança, visando equipá-las com as capacidades necessárias para participar activamente em todas as fases da produção agrícola e tomada de decisões.
- Incentivar para que as crianças do sexo feminino tenham idênticas acessibilidades ao ensino.
- Incentivar a criação e implementação de políticas públicas que promovam a igualdade de género no acesso a recursos, serviços e oportunidades, bem como na representação em órgãos de tomada de decisão a todos os níveis.
- Desenvolver e promover campanhas educativas focadas na importância da igualdade de género e na distribuição equitativa do trabalho e das responsabilidades dentro das famílias rurais, destacando os benefícios para o bem-estar familiar.

[140] Sen, A. (2000). Development as freedom (1st. ed). Knopf.
[141] Nussbaum, M. C. (2011). Creating Capabilities: The Human Development Approach. Harvard University Press. https://doi.org/10.2307/j.ctt2jbt31

CAPÍTULO V
ENTRE A ENXADA E O FUTURO: MOTIVAÇÕES PARA O ABANDONO DA AGRICULTURA O CASO DE BÚZI

Yasser Arafat Dadá[142]

1. INTRODUÇÃO

A transição das actividades agrícolas para outras ocupações tem sido objecto de crescente interesse nas esferas académica e política, especialmente em contextos onde a agricultura historicamente desempenhou um papel central na economia. Este estudo tem o objectivo de investigar as motivações e circunstâncias que levam os pequenos produtores a considerar o abandono da agricultura, em busca de alternativas que proporcionem melhor qualidade de vida. Búzi apresenta um ambiente propício para tal análise, uma vez que é caracterizada por uma economia predominantemente agrícola, onde a agricultura de subsistência é uma prática comum entre a população local e se verifica uma tendência de migração em direcção a outras regiões do país.

Após a introdução, este documento apresenta, na segunda secção, um breve enquadramento teórico e de trabalhos empíricos, na busca de compreender as razões que contribuem para a saída da agricultura dos pequenos produtores; a terceira secção é dedicada à descrição e análise dos dados; na quarta secção, são apresentadas considerações finais e sugestões de políticas relacionadas com os resultados do estudo.

O trabalho está assente em informação qualitativa e quantitativa. Os dados apresentados derivam de inquéritos e entrevistas conduzidos junto de indivíduos dos cinco postos administrativos do distrito de Búzi (nomeadamente, Vila do Búzi, Bándua, Nharongue, Nhamichindo e Guara-Guara). As entrevistas foram realizadas a funcionários governamentais, representantes de organizações não-governamentais, líderes locais e pequenos produtores. No total, foram realizadas 40 entrevistas, número considerado adequado para alcançar a saturação teórica neste estudo[143]. Além disso, foram conduzidos 400 inquéritos, com um intervalo de confiança de 95% e uma margem de erro de 5%[144].

Este texto foi elaborado com base numa pesquisa em curso relacionada com as estratégias de produção camponesa para o caso de Búzi.

---

[142] Yasser Arafat Dadá, economista e Doutorado em Estudos de Desenvolvimento pela Universidade de Lisboa. Investigador do OMR.

[143] O critério adoptado para determinar o número de entrevistas foi a saturação teórica, um conceito comumente aceite na pesquisa qualitativa, onde entrevistas adicionais deixam de fornecer informação substancialmente nova ou relevante para o estudo (Creswell 2014).

[144] A distribuição dos inquéritos por Posto Administrativo foi ponderada em relação à respectiva população, garantindo uma representatividade da população de cada Posto Administrativo. Em particular, em cada Posto Administrativo realizou-se um mínimo de 70 inquéritos, o que na literatura é considerado uma amostra robusta e equitativa para análise (Creswell, 2014).

2. DECISÃO DE PERMANECER NA AGRICULTURA: UM REVISITAR DA TEORIA

A decisão de abandonar a actividade agrícola por parte dos pequenos produtores emerge como um tema multifacetado em estudos de economia e desenvolvimento rural. Este capítulo propõe uma breve revisão da literatura abrangendo, tanto os trabalhos clássicos, quanto estudos empíricos, focando nos factores determinantes, como o tamanho da exploração agrícola, características familiares e distribuição de rendimento na tomada desta decisão crítica.

Um dos pioneiros foi Alexander Chayanov, cujo trabalho seminal destacou a racionalidade económica das unidades familiares agrícolas. Chayanov argumentou que os camponeses têm uma lógica de produção distinta, onde as decisões são moldadas, não apenas, por considerações de lucro, mas também, pelas características e necessidades das famílias. Para Chayanov, a decisão de permanecer na agricultura ou buscar oportunidades fora dela está intrinsecamente ligada à estrutura e dinâmica das unidades familiares[145]. Por outro lado, Marx considerou que os pequenos produtores constituem uma classe em transição, seja para a classe empresarial, tornando-se empresários capitalistas, seja para o proletariado, tornando-se trabalhadores assalariados[146].

A Teoria do Dualismo de Arthur Lewis realça a migração como estratégia de diversificação de rendimento e fuga da pobreza rural, sendo também relevante para entender as dinâmicas actuais[147]. Sen (1981) ressaltou a pobreza e a falta de oportunidades fora da agricultura como barreiras significativas, limitando as escolhas dos agricultores e influenciando a sua decisão de permanecer na actividade agrícola[148].

Pesquisas mais recentes, como as de Binswanger e Deininger (1997)[149] , sublinham a importância do tamanho da exploração agrícola e, Feder *et al*. (1985) destacam o papel da distribuição de rendimento nas decisões de permanecer, abandonar, ou conciliar a agricultura com outras actividades. Estes estudos complementam a compreensão sobre como factores estruturais e familiares influenciam essas escolhas. Por outro lado, a continuidade da actividade agrícola pelos filhos é influenciada por diversos factores, incluindo a tradição familiar, a qualidade do ambiente de trabalho agrícola e as oportunidades alternativas. Estudos, como de Duflo (2003), destacam a importância das políticas públicas para incentivar a permanência dos mais novos na agricultura[150].

---

[145] Chayanov, A. (1991). The Theory of Peasant Co-operatives. Traduzido por David Wedgewood Benn. Londres e Nova Iorque: I. B. Tauris and Co. Ltd

[146] Marx, K. (1996). O capital: Crítica da à economia política. 2 ed. Colecção os economistas. Nova cultural. São Paulo. Brasil.

[147] Ranis, Gustav (2004). Arthur Lewis' contribution to development thinking and policy. Economic Growth Center. Yale University.

[148] Sen, Amartya (1981). Poverty and Famines: An Essay on Entitlement and Deprivation. Clarendon press oxford

[149] Binswanger e Deininger (1997) Explaining Agricultural and Agrarian Policies in Developing Countries. Vol. 35, issue 4, 1958-2005. Journal of Economic Literature.

[150] Duflo, E. (2003). Grandmothers and Granddaughters: Old-Age Pensions and Intrahousehold Allocation in South Africa. The World Bank Economic Review, 17(1), 1–25.

Em suma, a literatura sugere que a decisão de abandonar a agricultura e a continuidade desta actividade pelas gerações futuras resulta da interacção complexa de dinâmicas rurais, considerando aspectos económicos e sociais. As contribuições discutidas neste capítulo, fornecem uma base teórica sólida para a análise empreendida neste estudo sobre Búzi.

3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A economia do Búzi é marcada por uma interacção complexa de dinâmicas entre a agricultura de subsistência[151], pesca[152], actividades comerciais[153], políticas[154] e condições climáticas[155] durante o período colonial[156] e actualmente. Este histórico fornece uma compreensão da economia de Búzi e, ao mesmo tempo, revela a resiliência e as estratégias de sobrevivência diante dos desafios impostos por um ambiente em constante transformação.

3.1 Decisão de permanecer ou não agricultura

No gráfico 6 é apresentada a possibilidade do Chefe do Agregado Familiar (CF) deixar a actividade agrícola por outras, e o desejo de ver os seus filhos continuarem na agricultura, observando-se o seguinte:

No distrito de Búzi, observa-se que 37% dos pequenos agricultores manifestam vontade de abandonar a actividade agrícola, caso surjam oportunidades de emprego noutros sectores. De entre os postos administrativos visitados, os mais urbanizados, como Guara-Guara e Vila do Búzi, evidenciam a mais alta proporção de CF dispostos a abandonar a agricultura (40% e 42%, respectivamente). Estes resultados podem ser justificados por uma maior oferta de trabalho assalariado nas zonas urbanas que nas zonas rurais.

Nos pontos seguintes são detalhadas as razões para a manifestação de interesse dos CF abandonarem ou permanecerem na agricultura, considerando os dados dos inquéritos e entrevistas.

---

[151] Búzi é tradicionalmente um distrito em que a actividade agrícola é predominante, com o cultivo de culturas, como mandioca, milho, feijão, arroz e diversos vegetais a constituírem a base da subsistência local (O Distrito / Búzi / Ver Meu Distrito / Início - Portal do Governo da Província de Sofala).

[152] Dada a localização costeira, Búzi tem uma indústria pesqueira activa. Os pescadores locais capturam peixe, camarão e outros frutos do mar para consumo local e também para venda em mercados próximos.

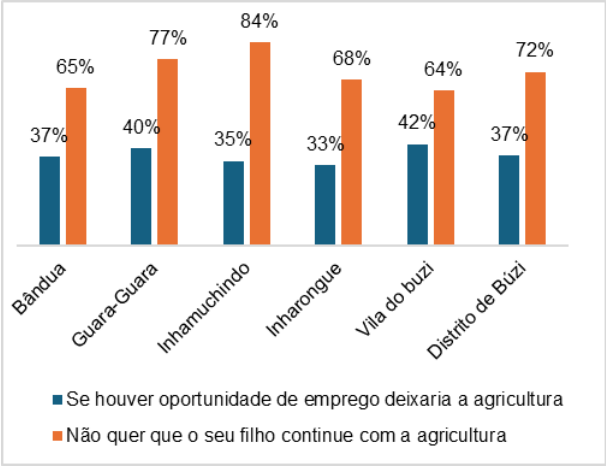
[153] Para além das transacções comerciais locais, e entre os postos administrativos, realizadas nas feiras semanais, é pertinente destacar o papel da cidade da Beira e de Nhamatanda, cidades vizinhas, como importantes centros comerciais. Búzi fornece uma variedade de produtos agrícolas, pesqueiros e de caça, enquanto recebe produtos processados.

[154] Após a independência de Moçambique, em 1975, assistiu-se a uma fase de nacionalização e planificação centralizada da economia.

[155] Por exemplo, o ciclone Idai atingiu o país a 14 de Março de 2019, causando inundações intensas e danos extensos no distrito de Búzi. Estima-se que 75% das povoações do distrito de Búzi tenham sido inundadas. A infra-estrutura de saúde sofreu danos significativos, limitando o acesso a cuidados de saúde essenciais. Além disso, ocorreu destruição extensa de culturas e gado. Calcula-se que houve pelo menos 130 000 pessoas afectadas.

[156] Durante o período colonial, por exemplo, a região foi explorada para a produção de culturas comerciais, como o algodão e o caju, destinadas à exportação. Esta exploração teve um impacto profundo na estrutura económica da região, introduzindo relações comerciais desiguais e um sistema de trabalho fortemente baseado na exploração agrícola.

Gráfico 6: Motivação para abandonar a actividade agrícola



3.2 Razões para abandonar a agriculturaRazões para permanecer na agricultura

Os que afirmaram que abandonariam a agricultura, indicaram as seguintes razões:

- Busca por rendimentos mais elevados: A maioria dos pequenos produtores (70%) que estão abertos a oportunidades de emprego fora da agricultura, tem como motivo a expectativa de alcançar rendimentos superiores fora da agricultura. Essa tendência é particularmente marcante em áreas mais urbanizadas do distrito, onde a diversidade de oportunidades parece maior (Bándua – 86%). O desejo de uma vida financeiramente mais estável e menos vulnerável às incertezas climáticas e de mercado impulsiona essa busca.
- Influência das condições socioeconómicas: O contexto socioeconómico, incluindo o acesso limitado à educação (cerca de 90% dos entrevistados não tem o ensino primário completo) e estão limitados do acesso outros serviços básicos. Em todos os locais os entrevistados afirmaram que vêem a migração para outras cidades (as principais são: Beira, Chimoio e Maputo) e a possibilidade de exercer outras actividades, como uma oportunidade de romper o círculo de pobreza e garantir acesso a serviços básicos (educação, saúde, água potável e outros).
- Condições de trabalho e produtividade baixa: A agricultura em Búzi enfrenta desafios significativos, como o uso limitado de tecnologias, intensa em trabalho e pouco intensa no uso de insumos agrícolas melhorados e dificuldades de acesso a crédito. Esses factores contribuem para a baixa produtividade e rendimentos insuficientes, levando muitos a considerar outras opções que prometam maiores rendimentos.

3.3 Razões para permanecer na agricultura

Os que afirmaram que não abandonariam a agricultura, indicaram as seguintes razões:

- Segurança alimentar: Para 80% dos pequenos produtores a agricultura é mais do que uma ocupação; é uma garantia de segurança alimentar. A possibilidade de prover alimentos para a família é um factor determinante para permanecer na actividade agrícola.
- Conciliação com outras actividades: 15% dos pequenos produtores afirmaram que não abandonariam a agricultura, escolhendo permanecer na agricultura enquanto combinam com outras fontes de rendimento.
- Valores culturais e familiares: A agricultura está enraizada nas tradições e na identidade das famílias. A decisão de continuar a trabalhar a terra é influenciada por um sentido de dever para com a herança familiar. Como afirmou o pequeno produtor de Nharongue[157], "conciliar a agricultura com outras actividades, permite diversificar os meios de subsistência sem abandonar completamente minhas raízes e tradições".
- Idade e resistência à mudança: Para agricultores mais idosos, a resistência à mudança e a dificuldade de adaptação a novos ambientes de trabalho são factores relevantes. Cerca de 10% afirmou que a familiaridade com a terra e os ciclos agrícolas, juntamente com limitações físicas e educacionais, pode desencorajar a busca de alternativas fora da agricultura.

3.4 Características da família

Nesta secção analisa-se as características das famílias dos pequenos produtores em Búzi e como estas influenciam a decisão de permanecer na actividade agrícola ou buscar alternativas de emprego.

A pesquisa revela o seguinte:

- As famílias dispostas a abandonar a agricultura, caso surjam oportunidades noutros sectores, possuem, em média, um número maior de membros (7 membros) que as famílias que preferem não abandonar a agricultura (6 membros). Esta diferença pode reflectir uma maior pressão económica sobre famílias maiores para buscar fontes de maior rendimento fora da agricultura, mas também maior disponibilidade de mão-de-obra.
- As famílias dispostas a abandonar a agricultura possuem, em média, mais dependentes (3 membros) que as que optam por permanecer na agricultura (2 membros), sugerindo que as obrigações familiares podem influenciar a disposição para assumir riscos associados a mudanças ocupacionais.
- Observa-se também que o número de membros do sexo feminino nas famílias dispostas a deixar a agricultura é, em todos os postos administrativos, inferior (3 membros) ao das famílias que preferem permanecer na agricultura (superior a 3 membros). Esta tendência pode indicar uma relação entre a participação feminina na actividade

[157] Pequeno produtor, Inharongue, 58 anos, entrevista no dia 25 de Julho de 2023.

agrícola e a decisão de continuar nesse sector, reflectindo a importância do trabalho das mulheres na realização das práticas agrícolas familiares. Essa hipótese foi confirmada quando um líder local afirmou[158] "Aqui, não é de hoje, as mulheres sempre desempenharam um papel importante na agricultura, desde o plantio até à colheita".

- Os CF que estão dispostos a abandonar a agricultura são, geralmente, mais jovens, o que pode ser interpretado como um indicador da busca por oportunidades de trabalho.

3.5 Tamanho das explorações

O tamanho das explorações em Búzi é um factor considerado importante nas decisões dos pequenos produtores sobre permanecer ou abandonar a agricultura. Nesta secção explora-se a relação entre o tamanho das explorações e a disposição dos agricultores para abandonar a agricultura.

Os dados indicam que os CF que expressam disposição para abandonar a actividade agrícola, favorecendo oportunidades de emprego noutros sectores, possuem, em média, explorações maiores (2,4 ha) que aqueles que não manifestam essa disposição (2,1 ha). Uma excepção a essa tendência foi observada no Posto Administrativo da Vila do Búzi e, apesar de ser o mais urbanizado entre os postos administrativos analisados, as áreas médias por produtor são menores (1,09 ha) para aqueles dispostos a abandonar versus (1,32 ha) para aqueles que não o estão. Isto sugere que, em contextos urbanos ou semiurbanos, além do tamanho da exploração, outros factores, como a proximidade a mercados de trabalho alternativos e a acessibilidade de serviços, podem exercer uma maior influência nas decisões dos agricultores.

3.6 Rendimento da família

Nesta secção detalha-se as diferenças de rendimento entre aqueles que manifestam disposição para abandonar a agricultura e aqueles que preferem permanecer. Os dados colectados indicam que o rendimento médio mensal dos agricultores dispostos a deixar a agricultura (2.510 meticais) e daqueles que não demonstram essa disposição (2.468 meticais) é relativamente baixo, situando-se, ambos, abaixo do limiar de pobreza[159]. Essa similaridade de rendimentos sugere que a decisão de abandonar a agricultura não é motivada por diferenças imediatas de rendimento, mas por expectativas de melhoria de qualidade de vida e de acesso a oportunidades fora do sector agrícola.

Interessantemente, a Vila do Búzi, principal centro urbano do distrito, apresenta uma maior discrepância de rendimentos entre os produtores (seguido por Bándua e Guara-Guara). Aqueles que optam por não abandonar a agricultura tendem a ter um rendimento superior (3.681 meticais) aos que estão dispostos a abandoná-la (2.675 meticais). Por outro lado, nos postos administrativos menos urbanizados,

[158] Líder local, Inharongue, 65 anos, entrevista no dia 28 de Julho de 2023.

[159] O actual limiar da pobreza do Banco Mundial é de US$ 2,15 por dia. Para o caso de Moçambique, o limiar da pobreza varia de região para região. Veja Dadá, Yasser Arafat (2024). Determinantes socioeconómicos da pobreza em Moçambique. Tese de Doutoramento. Universidade de Lisboa.

como Nharongue e Inhamuchindo, observa-se uma tendência oposta. Nesses contextos, o rendimento dos pequenos produtores que não demonstram interesse em abandonar a agricultura (1.774 meticais e 3.371 meticais) é inferior ao dos que indicam disposição para fazê-lo (2.959 meticais e 3.752 meticais). Estes resultados talvez reflictam uma maior valorização da agricultura nas zonas menos urbanizadas ou a existência de alternativas de rendimentos complementares que não estão disponíveis nos centros urbanos.

A maior parte do rendimento das famílias é direccionada para despesas de alimentação, representando cerca de 60% do total, enquanto os restantes 40% são divididos entre despesas relacionadas com vestuário, transporte, cerimónias, educação e saúde. Esta distribuição destaca a importância da alimentação nas prioridades dos agricultores, enquanto sublinha a importância de outras necessidades básicas, evidenciando a complexidade das decisões económicas enfrentadas pelos pequenos produtores.

3.7 Continuidade dos filhos na actividade agrícola

A decisão dos pequenos produtores sobre a continuidade de seus filhos na actividade agrícola reflecte um conjunto complexo de considerações. Neste ponto, explora-se as expectativas dos pequenos produtores em relação ao futuro dos seus filhos.

A maior parte dos CF (72%) expressou vontade de seus filhos não continuarem na actividade agrícola. Entre esses, a maior parte (77%) justifica essa preferência pela percepção de as actividades fora da agricultura proporcionarem maiores rendimentos e, consequentemente, uma qualidade de vida mais elevada. Os restantes (23%) indicaram o desejo de que os filhos conciliem a agricultura com outras ocupações, evidenciando uma estratégia de busca por diversificação de fontes de rendimento.

Os postos administrativos com menor desenvolvimento urbano, como Nhamichindo (84%) e Inharongue (68%), apresentam as maiores proporções de pais que não desejam que os seus filhos permaneçam na agricultura. Este padrão sugere que, em áreas menos desenvolvidas, as aspirações por mobilidade socioeconómica e acesso a melhores oportunidades são particularmente pronunciadas, reflectindo uma percepção de que a agricultura não oferece um futuro promissor. Como disse um pequeno produtor de Nhamichindo[160],"Eu sempre sonhei que os meus filhos teriam oportunidades que eu não tive. A agricultura é um trabalho duro e incerto. Prefiro que eles estudem e encontrem empregos na cidade, onde possam ter um futuro mais estável e próspero."

Por outro lado, todas as famílias que expressaram o desejo dos seus filhos permanecerem na agricultura (28%) apontaram a importância desta actividade na garantia de segurança alimentar. Destaca-se uma das entrevistas realizadas a um produtor local[161] "para nós, a agricultura não é apenas um meio de subsistência, mas também uma garantia contra a insegurança alimentar, assegurando um acesso contínuo e confiável a alimentos para as nossas famílias e a população no geral".

[160] Produtor local, Nhamichindo, 60 anos, entrevista no dia 08 de Agosto de 2023.
[161] Produtor local, Vila do Búzi, 55 anos, entrevista no dia 23 de Maio de 2023.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo revela uma preferência dos pequenos produtores para abandonar a agricultura em favor de outras actividades económicas, motivada por um conjunto de desafios e limitações estruturais. Este fenómeno não é um caso isolado, mas reflecte tendências e problemas mais amplos enfrentados pela economia de Moçambique, incluindo a pobreza[162], desigualdades crescentes[163], falta de emprego[164], baixa produtividade agrícola limitada[165] pelo baixo acesso a insumos, crédito, investimentos e mercados[166]. Adicionalmente, questões críticas, como saúde[167] e educação[168], estão intrinsecamente ligadas a esta dinâmica, afectando as decisões dos pequenos produtores e suas famílias.

A pobreza e as desigualdades criam um círculo vicioso onde as oportunidades económicas e sociais são limitadas[169]. A migração do campo para actividades urbanas ou outros sectores é frequentemente vista como uma saída dessa armadilha.

---

[162] Veja dados sobre a pobreza em Dadá e Mosca (2023a). Determinantes da pobreza e políticas públicas: Primeiro a pobreza. Destaque Rural, 206. OMR. https://omrmz.org/destaque_rural/dr-206-determinantes-da-pobreza-e-politicas-publicas-primeiro-a-pobreza/.

[163] Dadá e Mosca (2013b), ao estudar as desigualdades socioeconómicas entre o meio rural e urbano, chegaram a conclusão de que existem importantes diferenças entre o meio rural e o urbano, e essas desigualdades acentuaram-se ao longo do tempo. O rendimento, a pobreza, acesso a serviços de saúde e educação apresentam valores por habitante decrescentes ao longo dos anos, seja a nível nacional, seja no agravamento das desigualdades entre os meios rural e o urbano. Dadá e Mosca (2023b). Desigualdades socioeconómicas entre províncias e entre os meios rural e urbano. Destaque Rural, 216. OMR. https://omrmz.org/destaque_rural/dr-216-desigualdades-socioeconomicas-entre-provincias-e-entre-os-meios-rural-e-urbano/.

[164] Os dados mais recentes do emprego do Banco Mundial (2023) revelam que a proporção da população activa empregue tem decrescido desde 1991 (82%) até 2022 (76%). A maior parte desse emprego é vulnerável, isto é, precário, instável, mal remunerado e oferecem pouca ou nenhuma protecção social aos trabalhadores (em 1991 eram 90% e em 2022 passou para 83%).

[165] Entre 1991 e 2020, a produtividade por hectare não sofreu alterações nas culturas alimentares produzidas pelos pequenos produtores (amendoim, arroz, feijões e milho), houve aumentos de produtividade nas culturas realizadas pelos médios produtores (tomate, cebola e batata-reno) e nas culturas produzidas por grandes empresas de capital externo, que optam pelo sistema out grower (algodão, caju, cana-de açúcar e tabaco). Para mais detalhes veja Mosca, João e Nova, Yara (2022). A contra transformação agrária em Moçambique. OMR. https://omrmz.org/livros/.

[166] Em 2001, 15% do crédito à economia foi destinado à agricultura e, em 2021, foi destinado 3%. A maior parte para culturas de rendimento; entre 2001 e 2021, a maior proporção do investimento para agricultura é externo (93%); O Orçamento do Estado para sector agrário situou-se entre 2 e 7%, em 2001-2021; entre 2002 e 2020, a percentagem dos agricultores a usar fertilizantes passou de 3.8% para 7,8%; no mesmo período, a proporção que utiliza pesticidas decresceu (de 6,8% para 5,5%); em 2020, 83% dos produtores preparava a terra e outras operações culturais manualmente; proporção de explorações agrícolas que utilizam um sistema de rega é baixa e com tendência decrescente (de 11,4%, em 2002, para 9,1%, em 2020) (INE, anuários estatísticos de vários anos).
Em 2020, apenas 7% das explorações tiveram acesso os serviços de extensão.

[167] O sistema de saúde em Moçambique pode ser caracterizado como precário, porque possui um número reduzido de profissionais por habitante, infraestruturas insuficientes e com falta de requisitos considerados básicos, como água corrente, energia, medicamentos e equipamentos (INE, anuários estatísticos de vários anos). Nas zonas urbanas existem 176 profissionais de saúde por 100.000 habitantes em comparação a 65 na zona rural.

[168] O nível médio de escolaridade é baixo. Grande parte dos que frequentaram a escola tem, no máximo, o ensino primário completo. Dos alunos do sexo masculino apenas 20% transitaram para o ensino secundário, enquanto os do sexo feminino apenas 14% transitaram. Esses números são piores nas zonas rurais (INE, anuários estatísticos de vários anos).

[169] Para mais detalhes sobre como a pobreza e as desigualdades criam um círculo vicioso onde as oportunidades económicas e sociais são limitadas no meio rural em Moçambique, veja Dadá e Mosca (2023c). Armadilhas da pobreza em contexto rural em Moçambique. Destaque Rural, 214. OMR. https://omrmz.org/destaque_rural/dr-214-armadilhas-da-pobreza-em-contexto-rural-em-mocambique/.

No entanto, sem políticas eficazes para melhorar o acesso a educação de qualidade e serviços de saúde, a migração, por si só, pode não garantir a saída da pobreza.

No que diz respeito ao sector agrícola, a baixa produtividade, exacerbada pela falta de acesso a insumos modernos, crédito, sementes de qualidade, fertilizantes, mercados e maquinaria, limita o potencial de geração de rendimento dos pequenos produtores.

O rendimento, a saúde e a educação são pilares fundamentais para o desenvolvimento e, o acesso limitado a serviços de saúde, compromete a capacidade de trabalho e a produtividade, enquanto a falta de educação limita as oportunidades de emprego em sectores mais lucrativos bem como a capacidade de inovação e adopção de práticas agrícolas mais eficientes.

A vontade de abandonar a agricultura e de os filhos não continuarem na actividade agrícola evidencia a necessidade de políticas públicas que promovam um desenvolvimento integrado e sustentável. Estas políticas devem focar-se na melhoria da produtividade agrícola através do acesso a insumos e tecnologias modernas adoptadas, enquanto se promove a diversificação económica e o acesso a educação e saúde de qualidade. As estratégias devem também contemplar o fortalecimento de infra-estruturas rurais, o desenvolvimento de mercados locais e a promoção de sistemas agrícolas resilientes ao clima.

No caso do Búzi, é imperativo que as políticas, não apenas, abordem os sintomas da migração rural e do abandono da agricultura, mas, também, enfrentem as suas causas. Isso implica investir nas potencialidades do sector agrícola, enquanto se assegura que os pequenos produtores se preparem para participar de modo sustentável na economia.

Em conclusão, este estudo destaca a necessidade urgente de uma abordagem holística ao desenvolvimento rural, que considere as interconexões entre agricultura, emprego, educação, saúde e desenvolvimento de outras actividades, sobretudo a agro-indústria eo comércio rural. É igualmente importante garantir a existência de infra-estruturas que facilitem e reduzam os custos da mobilidade de pessoas e mercadorias. Somente através de uma visão integrada e de políticas coordenadas a diferentes níveis territoriais, será possível superar os desafios enfrentados pelos pequenos produtores agrários e, por extensão, promover um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável.

CAPÍTULO VI
POLÍTICAS PÚBLICAS E DESAFIOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: NAVEGANDO ENTRE OS RECURSOS ESCASSOS, ADVERSIDADES CLIMÁTICAS E MERCADOS VOLÁTEIS O CASO DO BÚZI

Yasser Arafat Dadá[170]

1.INTRODUÇÃO

A agricultura familiar em Moçambique é resultado de uma combinação de factores históricos, como: recursos escassos, adversidades climáticas, desafios do mercado e outros[171]. Especificamente no distrito do Búzi, em Moçambique, esta intersecção manifesta-se de maneira explícita, delineando um cenário onde os pequenos produtores enfrentam obstáculos para manter a sua subsistência. O presente estudo procura aprofundar a compreensão destas barreiras, fundamentando-se na teoria económica clássica e contemporânea e em trabalhos empíricos relacionados com a realidade moçambicana para auxiliar na concepção de dados a recolher e na análise dos resultados nas condições no Búzi. Através capítulo, pretende-se, não só, apresentar as dificuldades enfrentadas pelos pequenos produtores do Búzi, como também, evidenciar a necessidade de intervenções públicas mais informadas e sensíveis às realidades locais.

Após a introdução, este documento apresenta, na segunda secção, os discursos teóricos, tanto clássicos, quanto modernos, sobre recursos, mudanças climáticas, dinâmicas de mercado e intervenção do Estado; a terceira secção é dedicada a apresentar os resultados da pesquisa. Estes resultados são apresentados em duas etapas fazendo-se, primeiro, uma breve apresentação das características socioeconómicas das famílias e, depois, a análise dos dados referentes às principais barreiras e ao apoio do Estado. Estas barreiras incluiem: acesso ao crédito, escassez de terras, dependência de mão-de-obra familiar, condições climáticas adversas e volatilidade do mercado; na quarta secção, apresentam-se considerações finais e recomendações para políticas e intervenções que possam mitigar as barreiras identificadas neste estudo.

O trabalho está assente em informação qualitativa e quantitativa. Os dados apresentados derivam de inquéritos e entrevistas conduzidas junto de indivíduos provenientes de cinco postos administrativos do distrito do Búzi (nomeadamente, Vila do Búzi, Bándua, Nharongue, Nhamichindo, e Guara-Guara). As entrevistas incluíram funcionários governamentais, representantes de organizações não-governamentais, líderes locais e pequenos produtores. No total, foram realizadas 40 entrevistas[172], número que alcançou a saturação de respostas[173]. Além disso,

[170] Economista e Doutor em Estudos de Desenvolvimento pela Universidade de Lisboa. Pesquisador do OMR.
[171] Para mais detalhes, veja Mosca, João e Nova, Yara (2022). A contra transformação agrária em Moçambique. OMR. https://omrmz.org/livros/.
[172] Todas as entrevistas foram conduzidas de acordo com os princípios éticos de pesquisa, garantindo a confidencialidade e o anonimato dos participantes.
[173] O critério adoptado para determinar o número de entrevistas foi a saturação teórica, um conceito comummente aceite na pesquisa qualitativa, onde entrevistas adicionais deixam de fornecer informação

foram conduzidos 400 inquéritos, com um intervalo de confiança de 95% e uma margem de erro de 5%[174].

Este texto foi elaborado com base numa pesquisa em curso sobre as estratégias de produção camponesa para o caso do Búzi.

2. RECURSOS, CLIMA E MERCADO: PERSPECTIVAS CLÁSSICAS E CONTEMPORÂNEAS

Os debates sobre escassez de recursos e mudanças climáticas têm raízes nos pensadores clássicos e contemporâneos, cujas teorias fornecem *insights* para entender as interacções entre a economia e o ambiente, bem como o papel do Estado.

Adam Smith (1776)[175], com a teoria da "mão invisível", e David Ricardo (1817)[176], com os princípios da vantagem comparativa, estabeleceram os fundamentos para entender como os mercados regulam a produção e a distribuição. As suas ideias sobre o comércio livre e especialização ainda são importantes para compreender os mercados e as economias actualmente. Embora os clássicos tenham enfatizado o papel auto-regulador dos mercados, as suas teorias também sugerem que o Estado deve intervir, em certos casos, para corrigir falhas de mercado e promover o bem-estar económico. Esta intervenção pode assumir diversas formas, incluindo regulação, políticas fiscais e investimentos públicos. Mais recentemente, Joseph Stiglitz (2002)[177] destaca a importância de políticas públicas para corrigir falhas de mercado. Ele argumenta que, em muitos casos, os mercados, por si só, não proporcionam resultados eficientes ou equitativos, justificando a intervenção do Estado, incluindo no sector agrícola.

Malthus (1798)[178] e Ricardo foram pioneiros na discussão da escassez de recursos, particularmente a terra. Malthus enfatizou a tensão que o crescimento populacional poderia colocar sobre os recursos limitados, potencialmente levando a uma escassez de alimentos. Enquanto Ricardo centrou-se na lei dos rendimentos decrescentes, apontando para as barreiras naturais que a expansão da fronteira agrícola enfrenta devido à incorporação de terras de qualidade inferior, afectando assim a produtividade da terra. No entanto, é importante notar que, embora os clássicos tenham abordado a interacção entre sociedade e recursos naturais, eles não exploraram directamente o papel do Estado nesse contexto. Por exemplo, Boserup (1965)[179] contradiz a visão malthusiana, sugerindo que a pressão populacional pode levar a inovações com

substancialmente nova ou relevante para o estudo (Creswell 2014).

[174] A distribuição dos inquéritos por posto administrativo foi ponderada em relação à população de cada área, garantindo uma representatividade individual da população de cada posto administrativo. Em particular, cada posto administrativo recebeu um mínimo de 70 inquéritos, o que na literatura é considerado uma amostra robusta e equitativa para análise (Creswell 2014).

[175] Smith, A. (1976). Adam Smith: The Wealth of Nations. Old Chelsea Station, 1281.

[176] Ricardo, D. (1817). Principles of Political Economy and Taxation. John Murray.

[177] Stiglitz, J. E. (2002). Globalization and Its Discontents. W. W. Norton e Company.

[178] Malthus, T. R. (1798). An Essay on the Principle of Population. J. Johnson.

[179] Boserup, E. (1965). The Conditions of Agricultural Growth: The Economics of Agrarian Change under Population Pressure. Aldine Transaction.

resultados positivos no aumento da produtividade agrícola. As suas ideias apoiam políticas públicas que incentivem a inovação e a adopção de novas tecnologias agrícolas.

A literatura sobre a relação dos camponeses com os mercados aborda como estes se adaptam, resistem ou são absorvidos pelos sistemas de mercado, evidenciando a capacidade de resposta dos agricultores face a estruturas, muitas vezes, desfavoráveis. Autores, como Scott (1976)[180] e Polanyi (1944)[181], enfatizam a luta dos camponeses, não só, contra a marginalização económica, mas também, na defesa de seus modos de vida e identidade cultural face à expansão do mercado. Nesta área de estudo, tem-se ressaltado a importância de políticas públicas que reconheçam a complexidade das estratégias camponesas, diante dos desafios económicos e ambientais actuais.

Quanto às mudanças climáticas, as teorias clássicas sobre a relação entre sociedade e natureza, ensinam sobre a importância de considerar os factores ambientais na produção. Marx (1867)[182], por exemplo, discutiu as contradições entre o capitalismo e a sustentabilidade ambiental, alertando para os riscos de exploração desenfreada que poderiam resultar em degradação ambiental.

O “Relatório Stern” de Nicholas Stern (2006)[183] analisou o impacto económico das mudanças climáticas, destacando haver maiores custos da inacção que com a implementação de medidas para reduzir as emissões de carbono. Isso ressalta a importância da intervenção do Estado na implementação de políticas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Ao integrar estas perspectivas clássicas e contemporâneas, emerge um quadro teórico que reconhece as barreiras ao crescimento produtivo decorrentes de recursos limitados e das condições climáticas adversas, bem como a necessidade de intervenção do Estado para promover políticas que incentivem a gestão sustentável de recursos naturais e a adaptação às mudanças climáticas. Essa abordagem multifacetada, não apenas, destaca a complexidade dos desafios enfrentados, mas também, sugere a necessidade de soluções integradas que abordem simultaneamente questões económicas, sociais e ambientais, com o Estado a desempenhar um papel central nesse processo.

3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A inserção dos pequenos produtores no tecido económico e social do distrito de Búzi é marcada por um mosaico de desafios e oportunidades. No gráfico 7 pode-se observar que o rendimento obtido por actividade ilustra a diversidade das fontes de subsistência dessas famílias e a importância da agricultura como principal fonte de rendimento dos pequenos produtores, contribuindo com mais da metade (56%)

[180] Scott, J. C. (1976). The Moral Economy of the Peasant: Rebellion and Subsistence in Southeast Asia. Yale University Press.
[181] Polanyi, K. (1944). The Great Transformation: The Political and Economic Origins of Our Time. Farrar & Rinehart.
[182] Marx, K. (1867). O Capital: Crítica da economia política.
[183] Stern, N. (2006). The Economics of Climate Change: The Stern Review. Cambridge University Press.

do rendimento médio das famílias. O rendimento médio total dos agregados familiares é de 2.443 meticais (somatório dos rendimentos apresentados no gráfico).

As características das famílias, incluindo o número médio de membros por agregado (6), a quantidade de dependentes (3), assim como a distribuição de género (45% do sexo masculino) dentro das famílias, permitem perceber a disponibilidade de mão-de-obra e também as necessidades dessas famílias.

Gráfico 7: Rendimento médio mensal por família e por fonte (em meticais)

Esta realidade, é moldada por uma estrutura caracterizada por pequenas explorações, com uma média de 2,1 hectares por família, sendo a mesma fundamental para entendermos as dinâmicas socioeconómicas e os obstáculos dos produtores. Em conjunto, estes elementos demarcam os contornos de uma realidade onde a produção por família não apenas reflecte as condições de trabalho e as capacidades produtivas, mas também os limites impostos por factores externos e internos à actividade agrícola.

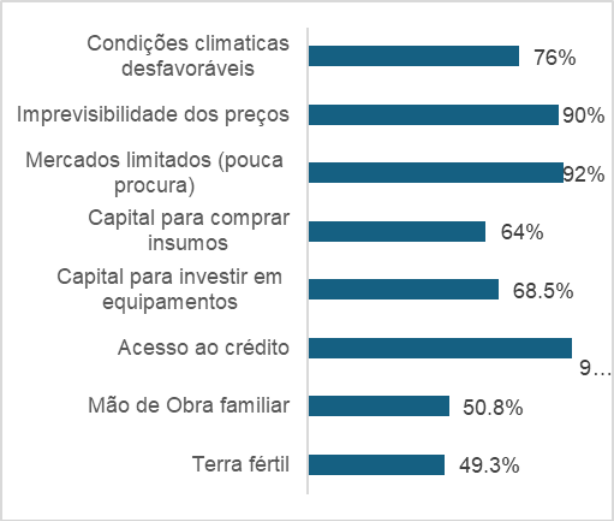
Neste contexto, os subcapítulos 3.1 e 3.2 debruçam-se, respectivamente, sobre a exploração das dificuldades agrícolas e evidências empíricas que sublinham os desafios enfrentados pelos pequenos produtores e a análise crítica do apoio estatal e seus desafios.

3.1 Panorama das Dificuldades Agrícolas e Evidências Empíricas

No distrito do Búzi, os pequenos produtores agrícolas enfrentam desafios que têm impacto sobre a produção e produtividade. Esses desafios são ilustrados no gráfico 10 e em estudos que exploram as barreiras ao desenvolvimento agrícola.

Do gráfico 8 pode observar-se que o acesso limitado ao crédito é uma das principais barreiras enfrentadas, afectando 95% dos produtores. Estudos como o de Hanlon e Smart (2012)[184], que examinam o impacto das políticas financeiras em Moçambique, destacam como as práticas bancárias restritivas e a falta de produtos financeiros adaptados às necessidades dos pequenos agricultores, limitam a capacidade de investir em melhorias produtivas. De facto, as entrevistas realizadas revelam que a falta de instituições financeiras, as barreiras burocráticas e a falta de garantias financeiras são factores que impedem os agricultores de obter crédito para investir nas técnicas e insumos que poderiam aumentar a produtividade por unidade de terra trabalhada.

Gráfico 8: Dificuldades dos pequenos produtores do Búzi



A escassez de terras férteis, foi indicada por 49.3% dos produtores inquiridos como uma dificuldade que enfrentam para a produção. A pesquisa de Norfolk e Hanlon (2012)[185] sobre o acesso à terra em Moçambique revela como a competição por recursos limitados e a apropriação de terras por investidores estrangeiros, afectam negativamente a capacidade dos pequenos produtores de expandir suas áreas de cultivo. No distrito do Búzi, os reassentamentos e o crescimento populacional podem ser apontados como as principais causas que dificultam o acesso a terra fértil[186].

Verifica-se que a dependência da mão-de-obra familiar é uma realidade para 50.8% dos produtores do Búzi. O uso da mão-de-obra familiar está entre as estratégias de subsistência dos pequenos produtores, mas essa dependência impede a expansão da produção. Também, Cunguara e Moder (2011)[187]

[184] Hanlon, J., e Smart, T. (2012). Do bicycles equal development in Mozambique? James Currey.
[185] Norfolk, S., e Hanlon, J. (2012). In the shadow of the concession companies: Mozambique's land policy and practice. Journal of Southern African Studies.
[186] Mandamule, U. (2024). Reassentamento pós-Idai e acesso à terra pelas mulheres e jovens no Búzi, Sofala. Destaque Rural 262. Observatório do Meio Rural.
[187] Cunguara, B., e Moder, K. (2011). Is agricultural extension helping the poor? Evidence from rural Mozambique. Journal of African Economies.

investigaram a contribuição da mão-de-obra familiar para a produção agrícola e Moçambique e concluíram que, embora seja um recurso importante, a falta de acesso a outras formas de capital limita as oportunidades de expansão e adopção de técnicas agrícolas mais eficientes.

Por outro lado, as condições climáticas adversas e preços de mercado baixos e imprevisíveis, afectam respectivamente 90% e 76% dos produtores do Búzi. O estudo de Arndt, C., *et al*. (2008)[188], que analisa os impactos das mudanças climáticas na agricultura moçambicana, destaca como a variabilidade climática e a falta de infra-estruturas adequadas para a gestão de riscos agrícolas, aumentam a vulnerabilidade dos pequenos produtores. Do mesmo modo, em entrevista, um pequeno produtor do Búzi, afirmou que, a imprevisibilidade dos preços agrícolas e as mudanças climáticas têm impactos negativos sobre a produção.

Esses estudos sublinham a complexidade das dificuldades enfrentadas pelos pequenos produtores do distrito do Búzi e a necessidade de políticas públicas e programas de desenvolvimento que abordem essas questões de maneira integrada.

É fundamental promover o acesso ao crédito, garantir o acesso à terra fértil, preços previsíveis e estimulantes privilegiando as culturas mais importantes no Búzi (alimentares e de obtenção de rendimentos monetários). É também importante apoiar a modernização agrícola, melhorar a extensão rural e implementar estratégias de mitigação e adaptação às mudanças climáticas para melhorar a resiliência e a sustentabilidade da agricultura familiar.

3.2 Apoio do Estado e seus desafios: uma análise crítica

No gráfico 9 são apresentadas as percentagens de pequenos produtores que afirmaram que tiveram apoio do Estado. No entanto, uma análise desse apoio revela uma complexidade de desafios que requerem uma revisão crítica e é nisso que o presente subcapítulo se concentra.

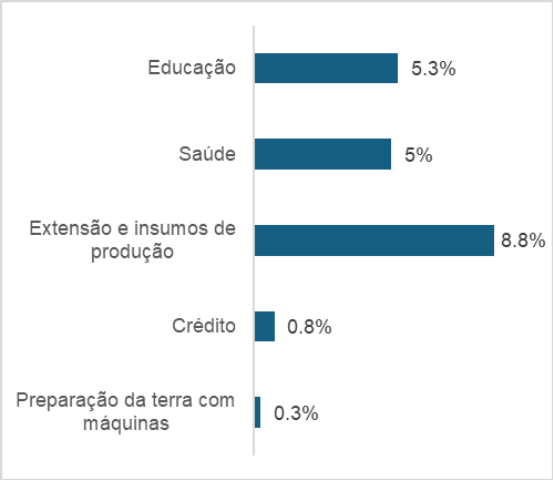
Do gráfico 9 pode verificar-se baixo apoio do Estado. Especialmente no acesso ao crédito e mecanização agrícola. Do gráfico 9, pode notar-se que apenas 0.8% dos produtores afirmaram ter recebido apoio do Estado no acesso a crédito e 0.3% tiveram apoio na preparação da terra com máquinas. Esta discrepância aponta para um desfasamento entre as necessidades dos agricultores e as políticas de apoio implementadas. Estudos como o de Cunguara e Hanlon (2012)[189], que examinam a eficácia das políticas agrárias em Moçambique, destacam a desconexão entre as políticas de apoio implementadas e as necessidades reais dos agricultores, limitando a capacidade de investimento e a modernização da agricultura.

O apoio do estado nos serviços de extensão e insumos de produção (sementes, fertilizantes e instrumentos de trabalho), representa uma área com maior cobertura de assistência (ainda assim baixa).

[188] Arndt, C., et al. (2008). The impact of climate change on Mozambique's agriculture. National Directorate of Studies and Policy Analysis.
[189] Cunguara, B., e Hanlon, J. (2012). Whose wealth is it anyway? Mozambique's outstanding economic growth with worsening rural poverty. Development and Change, 43(3), 623-647.

A pesquisa de Benfica e Miguel (2011)[190], sobre os serviços de extensão em Moçambique, aponta para desafios significativos, incluindo recursos limitados e dificuldades de acesso a comunidades rurais remotas, que comprometem a eficácia desses serviços. De facto, os que afirmaram ter recebido os serviços de extensão disseram, em média, ter recebido uma visita e que os assuntos abordados não eram os desejados.

Gráfico 9: Apoio do Estado aos pequenos produtores do Búzi



Outras áreas críticas como saúde e educação recebem ainda menos atenção, com apenas 5% e 5.3% dos produtores, respectivamente, afirmaram ter recebido apoio nestes sectores. Estes dados reflectem uma visão que negligencia a importância destes indicadores no bem-estar dos pequenos produtores. O estudo de Strasburg *et al*. (2010)[191] sobre o impacto dos serviços básicos de saúde e educação nas zonas rurais de Moçambique enfatiza como a negligência destes sectores pode perpetuar a pobreza e restringir o desenvolvimento socioeconómico, destacando a necessidade de abordagens políticas mais integradas.

Em conclusão, as evidências empíricas sugerem várias áreas de ineficácia e lacunas na cobertura e desempenho na prestação de serviços pelo Estado.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Exploramos as características socioeconómicas das famílias, os desafios e as possíveis soluções dentro de um quadro teórico abrangente que inclui tanto economistas clássicos como Adam Smith, Karl Marx e David Ricardo, quanto pensadores contemporâneos como Joseph Stiglitz.

A análise empírica apresentada pelo documento aborda questões que requerem

[190] Benfica, R., e Miguel, A. (2011). The Impact of Government Policies on Agricultural Productivity and Structure: Preliminary Results for Mozambique.
[191] Strasburg, V., et al. (2010). Health and Education in Rural Mozambique. Estudo de Caso, Universidade de Lisboa

atenção e resoluções urgentes, como a escassez de terra fértil somente superável com o aumento da produtividade, a dependência de mão-de-obra familiar, a falta de acesso a crédito e as barreiras ao acesso a mercados. Além disso, destaca a volatilidade dos preços de mercado e os efeitos negativos das mudanças climáticas sobre a agricultura. Estes desafios sublinham a complexidade da realidade agrícola no Búzi necessitando de uma intervenção política multifacetada que aborde essas questões de forma holística e integrada.

Em síntese, a pesquisa destaca a complexidade dos desafios enfrentados pelos pequenos produtores e aponta para a importância crítica de abordagens teóricas e políticas que sejam tanto enraizadas em uma compreensão profunda das tradições económicas quanto correspondentes às necessidades contemporâneas e contextuais dos pequenos produtores. A implementação de políticas baseadas nessas considerações tem o potencial de transformar a realidade dos pequenos produtores, promovendo um desenvolvimento agrícola sustentável e inclusivo.

4.1 Sugestões

Com base nos resultados da pesquisa, propõem-se as seguintes acções para enfrentar os desafios identificados e promover um desenvolvimento agrícola sustentável no Búzi e em outras zonas rurais de Moçambique:

- Facilitar o acesso ao crédito: é importante desenvolver políticas que tornem mais fácil para os pequenos agricultores aceder ao crédito e a juros baixos e com prazos flexíveis. Isso inclui a criação de parcerias com bancos e instituições financeiras (microcrédito e cooperativas de crédito) para oferecer produtos financeiros adequados às necessidades dos produtores, como empréstimos sazonais alinhados aos ciclos de cultivo;
- Melhoria da infra-estrutura: investir em infra-estruturas básicas, como estradas, armazenagem, sistemas de irrigação, é crucial para conectar os agricultores aos mercados e reduzir perdas pós-colheita;
- Apoio à inovação e extensão rural: encorajar a adopção de tecnologias agrícolas modernas, como sementes melhoradas e práticas de cultivo sustentáveis, pode aumentar a produtividade. Fortalecer os serviços de extensão rural, através do treinamento de extensionistas e maior abrangência da assistência técnica aos produtores, é fundamental para apoiar os produtores a melhorar as práticas de gestão da produção;
- Estratégias de adaptação às mudanças climáticas: desenvolver e implementar estratégias para adaptar a produção às mudanças climáticas. Isso pode incluir a construção de regadios ou práticas agrícolas que conservem água e o solo, drenagem das zonas baixas, entre outras;
- Investimentos em educação e saúde: aumentar o acesso à educação e serviços de saúde nas áreas rurais é essencial para o bem-estar dos agricultores e para o desenvolvimento sustentável. Programas de educação agrícola podem também ajudar a melhorar a segurança alimentar e nutricional das comunidades;

- Incentivar a formação de parcerias entre o governo, organizações não-

governamentais, instituições de pesquisa e o sector privado, para desenvolver e implementar programas que abordem os desafios enfrentados pelos pequenos produtores.

Essas sugestões, se implementadas de forma integrada e participativa, com o envolvimento de actores locais, têm o potencial de transformar a pequena produção. Elas podem levar a um aumento na produtividade, melhoria na qualidade de vida e crescimento em direcção a um desenvolvimento rural sustentável e inclusivo.

CAPÍTULO VII
RELAÇÃO ENTRE SERVIÇOS DE EXTENSÃO E PRODUTIVIDADE O CASO DE BÚZI

Yasser Arafat Dadá[192]

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, tem-se observado um crescente reconhecimento da importância dos serviços de extensão agrícola como um pilar para o desenvolvimento da agricultura, especialmente em contextos rurais e de pequena escala. Este reconhecimento parte do princípio de que a extensão agrícola, ao promover a disseminação de conhecimentos e tecnologias, desempenha um papel importante na melhoria da produtividade.

O diálogo estabelecido entre a teoria e a prática demonstra que a eficácia dos serviços de extensão depende da sua capacidade de se adaptar às realidades locais e às necessidades específicas dos produtores. Esta abordagem é particularmente relevante para o distrito do Búzi, onde as dinâmicas locais, as condições socioeconómicas moldam as estratégias de produção e as decisões dos pequenos produtores.

Neste contexto, este capítulo, ao considerar as contribuições teóricas e a análise empírica realizada no Búzi, procura estabelecer um diálogo entre os fundamentos teóricos da extensão agrícola e as realidades práticas enfrentadas pelos pequenos produtores. Através deste diálogo, aspira-se identificar estratégias para a melhoria da produtividade agrícola no Búzi, destacando a extensão agrícola como um veículo para a transferência de conhecimento.

Após a introdução, este documento apresenta, na segunda secção, os discursos teóricos tanto clássicos quanto contemporâneos sobre a relação os serviços de extensão e a produtividade. A terceira secção é dedicada a apresentar os resultados da pesquisa, primeiro é apresentada a metodologia, de seguida a descrição e análise; na quarta secção, são apresentadas as considerações finais.

Este texto foi elaborado com base numa pesquisa em curso relacionada com as estratégias de produção camponesa para o caso do Búzi.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO: EXTENSÃO E PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA

Rogers (1962)[193], ao analisar como as novas tecnologias são adoptadas por pequenos produtores, identificou várias categorias, desde os mais inovadores até os mais resistentes e destacou a relevância da extensão na propagação de inovações tecnológicas. O modelo proposto por Roger é reconhecido por enfatizar a transferência de tecnologias como um vector para a modernização agrícola.

[192] Economista e Doutorado em Estudos de Desenvolvimento. Pesquisador do OMR.
[193] Rogers, E. M. (1962). Diffusion of innovations. Free Press of Glencoe.

Adicionando a esta base, Theodore Schultz, em seu trabalho sobre o papel dos serviços de extensão no desenvolvimento agrícola, argumentou que a extensão agrícola constitui um investimento essencial no capital humano dos produtores (Shultz 1964)[194]. Schultz propôs que a superação das barreiras à adopção de tecnologias depende, em grande medida da extensão. Pray (1976)[195], por sua vez, destacou a extensão não apenas como um intermediário na transferência de tecnologia, mas como um agente activo na adaptação e implementação de inovações tecnológicas às condições locais. Pray advogou por um modelo em que a extensão desempenha um papel importante na ponte entre a pesquisa e a prática, assegurando que as inovações sejam não apenas transferidas, mas efectivamente integradas nas práticas agrícolas locais.

Estes autores contribuíram para moldar a perspectiva clássica da extensão agrícola, caracterizada pela ênfase na educação, na transferência de tecnologia e na modernização da agricultura como eixos centrais para o desenvolvimento agrícola. Este paradigma reflecte a crença de que a produção agrícola em larga escala e a intensificação tecnológica são as principais vias para alcançar um aumento da produção e produtividade.

Mais recentemente, Chambers (1983)[196] lança as bases para o *Participatory Rural Appraisal* (PRA)[197]. Chambers critica as abordagens *top-down* e defende métodos que colocam os produtores no centro do processo de desenvolvimento. Outro importante contribuinte para esta perspectiva é Niels Roling (1990)[198], que ressalta a importância de criar redes de conhecimento que integrem todos os actores, incluindo produtores, conselheiros, pesquisadores e outros. Roling argumenta que a extensão agrícola deve facilitar a interacção e a cooperação entre esses actores, promovendo a inovação colaborativa e a troca de conhecimentos. Essa abordagem reflecte uma compreensão de que a inovação é mais eficaz quando baseada em um processo colectivo de aprendizagem e adaptação. Neste contexto, a extensão agrícola não é mais vista como um mero canal de transferência de tecnologia, mas como uma plataforma para a aprendizagem.

Avançando para a discussão sobre a relação entre extensão e produtividade, é importante reconhecer que a eficácia da extensão na melhoria da produtividade dos pequenos produtores depende de um entendimento das dinâmicas locais e da capacidade de adaptar as intervenções às necessidades e contextos específicos dos produtores. A produtividade agrícola, enquanto indicador do desempenho agrícola, é influenciada por uma multiplicidade de factores que vão além da simples transferência de tecnologia, abrangendo práticas de gestão, condições socioeconómicas, acesso a mercados e a recursos naturais.

[194] Schultz, T. W. (1964). Transforming traditional agriculture. Yale University Press.
[195] Pray, C. E. (1976). Agricultural extension: A step beyond the next step. Texas A&M University.
[196] Chambers, R. (1983). Rural development: Putting the last first. Longman.
[197] O PRA é uma metodologia que valoriza a sabedoria local e incentiva a participação dos produtores na identificação de problemas, na formulação de soluções e na implementação de inovações de forma autónoma e adaptada às suas realidades específicas.
[198] Roling, N. (1990). The agricultural research-technology transfer interface: A knowledge systems perspective. In K. Galjart & B. Bebbington (Eds.), Farmers and researchers in a changing world: Successes and failures in farmer participatory approaches for agricultural development. Agrarian University Wageningen.

Dentro deste contexto mais amplo, a teoria do capital humano, proposta por Becker (1964)[199], oferece uma lente através da qual podemos entender a extensão agrícola como um investimento no capital humano dos produtores. Esta teoria sugere que a educação e o treinamento aumentam a capacidade dos indivíduos de adoptar e adaptar inovações, levando a melhorias na produtividade. Estudos específicos sobre Moçambique, como o de Cavane et al. (2014)[200], indicam que o baixo nível de educação tem menor probabilidade de adoptar novas técnicas.

A perspectiva contemporânea de extensão, com seu foco em participação activa, sustentabilidade e co-criação de conhecimento, oferece *insights* particularmente relevantes para entender a complexa relação entre extensão e produtividade. Este modelo de extensão propõe uma abordagem que considera não apenas os aspectos técnicos da produção agrícola, mas também factores socioeconómicos, ambientais e culturais que influenciam a produtividade. Ao fazer isso, a extensão agrícola não apenas facilita a adopção de tecnologias e práticas inovadoras, mas também promove sistemas agrícolas mais resilientes, adaptativos e sustentáveis.

Assim, a relação entre a extensão e a produtividade dos pequenos produtores revela uma complexa teia de factores interconectados.

3. APRESENTAÇÃO E A ANÁLISE DOS SERVIÇOS DE EXTENSÃO E A PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA

Neste capítulo apresenta-se a descrição dos serviços de extensão, oferecidos e procurados, a produtividade e a relação que têm, dentro do contexto específico do Búzi. No subcapítulo seguinte é apresentada a metodologia da pesquisa.

3.1 Metodologia

O presente estudo adopta uma metodologia mista, incorporando técnicas quantitativas e qualitativas. Os dados foram recolhidos a partir de uma série de inquéritos e entrevistas realizadas com *stakeholders* do Búzi. Os participantes das entrevistas incluíram funcionários governamentais, representantes de organizações não-governamentais (ONGs), autoridades comunitárias e pequenos produtores[201]. As 40 entrevistas realizadas foram determinadas como suficientes para atingir a saturação teórica dentro do escopo desta investigação. Adicionalmente, procedeu-se à administração de 400 inquéritos, estabelecendo um nível de confiança de 95% e uma margem de erro de 5%[202].

[199] Becker, G. S. (1964). Human capital: A theoretical and empirical analysis, with special reference to education. University of Chicago Press.
[200] Cavane, E., Gomes, J. e Cunguara, E. (2014). Estudo de determinantes da adopção de tecnologias de processamento artesanal de pescado no banco de Sofala. Universidade Eduardo Mondlane.
[201] Todas as entrevistas foram conduzidas de acordo com os princípios éticos de pesquisa, garantindo a confidencialidade e o anonimato dos participantes.
[202] A distribuição dos inquéritos por posto administrativo foi ponderada em relação à população de cada área, garantindo uma representatividade individual da população de cada posto administrativo. Em particular, cada posto administrativo recebeu um mínimo de 70 inquéritos, o que na literatura é considerado uma amostra robusta e equitativa para análise (Creswell 2014).

Para estudar o impacto dos serviços de extensão na produtividade, foi aplicada uma Análise de Variância (ANOVA)[203]. A hipótese nula (H0) é de que não existe diferença estatística significativa nas médias de produtividade entre a prestação ou não dos serviços de extensão. Por sua vez, a hipótese alternativa (H1) é de que há diferença estatisticamente significativa. As amostras foram estratificadas com base nos serviços de extensão. Para cada variável de interesse, executou-se um teste ANOVA, calculando a variância intra-grupo (variabilidade devido ao acaso ou erro) e a variância inter-grupos (variabilidade atribuída aos serviços de extensão). O quociente dessas variâncias, conhecido como razão F, foi comparado com o valor crítico apropriado da distribuição F, tendo em conta o número de estratos e o total de observações menos o número de estratos, para determinar a significância estatística.

3.2 Procura e oferta dos serviços de extensão no Búzi

Considerando o número de visitas dos extensionistas aos produtores na última campanha agrícola, os números são os seguintes: Cada produtor recebeu em média uma visita dos extensionistas na última campanha; 46,25% dos pequenos produtores não receberam nenhuma visita dos extensionistas durante a última campanha. Este cenário é ainda mais agravado pelo facto de que, mesmo entre os que foram visitados, 60% tiveram o apoio limitado a no máximo duas visitas durante a última campanha.

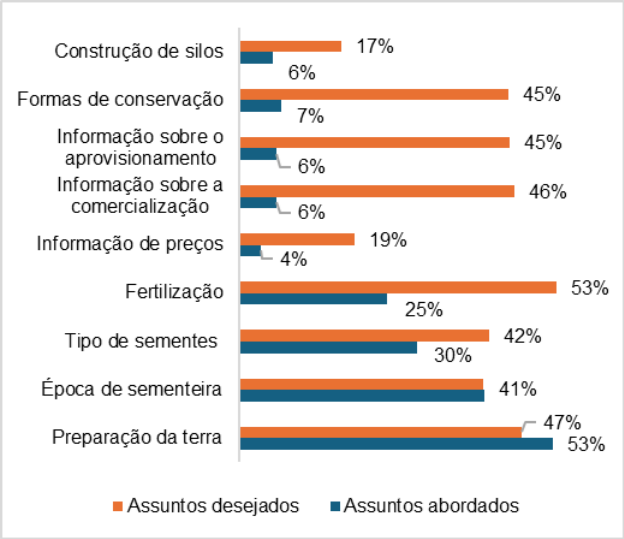
Paralelamente, os dados denotam uma relação directa entre o número de visitas extensionistas e a dimensão da área cultivada. Os produtores que não receberam visitas apresentaram, em média, 1,7 hectares (ha). Aqueles que foram visitados uma vez apresentaram uma média de 2 ha, enquanto para os que receberam duas visitas, a média é de 2,3 ha. Por fim, produtores que tiveram o benefício de três ou mais visitas apresentam uma média de 3 ha. Essa frequência de visitas dos extensionistas revela o seguinte: é desigual, em benefício dos que têm maior terra; é baixa e põe em questão a eficácia do sistema de extensão. De facto, conforme o pequeno produtor afirmou “A verdade é que nós com pouca área não somos visitados. Por exemplo eu recebi uma se não duas visitas no último ano” [204] . Por outro lado, um extensionista de Búzi quando questionado sobre qual é o maior desafio que enfrenta ao fornecer serviços de extensão no Búzi, respondeu que “o desafio principal é a vasta área que precisamos cobrir com pessoal e recursos limitados”.

[203] A Análise de Variância (ANOVA) é um método estatístico utilizado para testar diferenças entre as médias de grupos. Esta técnica divide a variação observada em componentes atribuíveis a diferentes fontes, permitindo assim aferir se as variações entre e dentro dos grupos são estatisticamente significativas. Através da ANOVA, podemos determinar se o efeito de uma ou mais variáveis independentes sobre uma variável dependente é aleatório ou se reflecte uma relação sistemática. A utilidade desta abordagem estende-se à investigação do efeito conjunto de múltiplas variáveis independentes. Para uma compreensão aprofundada da ANOVA e sua aplicação, a obra de Field (2013) sobre estatísticas com o SPSS é uma referência essencial.

[204] Este cenário não é diferente do resto do pais. Abbas e Mosca (2021) ao estudarem os serviços aos produtores concluem que o número de visitas é baixo e a assistência técnica aos produtores através da rede de extensão rural aumenta com o tamanho das explorações. Abbas e Mosca (2021). IAI 2020: serviços aos Produtores. Destaque rural. Observatório do Meio Rural.

Esta realidade ganha ainda mais relevância quando contrastamos os assuntos oferecidos pelos extensionistas com os que os pequenos produtores procuram discutir. Por exemplo, em entrevista com um casal de produtores na Vila de Búzi eles afirmam que "nós valorizamos qualquer ajuda que possamos obter. O problema é que os extensionistas parecem não estar preparados para responder às nossas perguntas, especialmente sobre bons fertilizantes e como conservar os produtos.

Gráfico 10: Proporção de produtores em relação aos assuntos oferecidos pelos extensionistas e procurados pelos pequenos produtores



Do gráfico 10 pode observar-se que a oferta e a procura da preparação da terra e época da sementeira é próxima enquanto a fertilização aparece como um tópico crítico — discutido com apenas 25% dos pequenos produtores, em contraste com a expressiva procura de 53% dos produtores (o mesmo se pode dizer do tipo de semente). Esta diferença destaca a necessidade de adequação da oferta dos serviços de extensão às necessidades dos produtores.

Nos aspectos comerciais e de mercado, a diferença entre a oferta e a procura dos serviços de extensão é ainda mais evidente. As informações sobre preços foram partilhadas com apenas 4% dos pequenos produtores, apesar de 19% procurarem esses dados — um reflexo das dificuldades enfrentadas pelos produtores em tomar decisões informadas no mercado[205]. Da mesma forma, os tópicos de comercialização e aprovisionamento não são abordados nas interacções de extensão (ambos abordados para 6% dos pequenos produtores), contrastando drasticamente com as expectativas dos produtores (46% e 45%, respectivamente).

As estatísticas sobre formas de conservação da produção e construção de silos, em ambos os casos, possuem uma procura de 45% por parte dos produtores, mas são oferecidos em apenas 7% e 6% respectivamente. Isso está em linha com as

[205] Veja Dadá (2024). Políticas públicas e desafios para a agricultura familiar: navegando entre os recursos escassos, adversidades climáticas e mercados voláteis: o caso do búzi. Destaque Rural nº298. Observatório do Meio Rural.

recomendações de Davis e Sulaiman (2014)[206], que enfatizam a importância de abordar a gestão pós-colheita como uma componente importante para melhorar o rendimento dos produtores.

A conjugação destes dados com os estudos existentes sugere que a extensão agrícola em seu estado actual pode não estar a servir de forma eficaz (em presença e quanto aos assuntos abordados) às necessidades dos pequenos produtores.

3.3 Apresentação da produtividade da terra (arroz, milho, gergelim e amendoim)

Para dar continuidade ao estudo das relações entre os serviços de extensão e a produtividade dos pequenos produtores do distrito do Búzi, foram seleccionadas quatro culturas de importância económica e cultural para o distrito: arroz, milho, amendoim e gergelim. Essas culturas foram escolhidas por representarem tanto a diversidade de práticas agrícolas quanto por sua relevância em termos de consumo familiar, potencial de mercado e uso dentro de sistemas de multicultivo, que são comuns entre os pequenos produtores do distrito do Búzi.

A média da área cultivada por agregado familiar é de 2 ha. Quando relacionamos a área média de cultivo com a produtividade, notamos que o arroz, apesar de ser cultivado em uma área relativamente menor, possui a maior produtividade por ha, o que pode indicar uma intensificação do cultivo ou a aplicação de técnicas de produção mais eficientes.

Analisando as estatísticas descritivas da produtividade e a área de cultivo das culturas seleccionadas para os pequenos produtores do distrito do Búzi, observamos a seguinte configuração:

- O arroz apresenta uma produtividade de 1237 kg por hectare, sendo cultivada numa área média relativamente pequena de 0,7 hectares por família. Esta produtividade pode ser atribuída a práticas de cultivo intensivas e à possível utilização de variedades de sementes melhoradas e técnicas de manejo apropriadas;
- O milho é produzido em uma área média de 1,1 hectares por família, mas com uma produtividade menor (900 kg/ha) quando comparada ao arroz;
- O gergelim, apesar de ser cultivado numa maior área média por família (1,2 hectares), tem a produtividade mais baixa entre as culturas estudadas, com 487 kg/ha;
- O amendoim, com uma produtividade de 841 kg/ha numa área média de 0,8 hectares por família. Considerando que o amendoim é muitas vezes consociado com outras culturas, esta produtividade pode indicar um uso eficiente da terra e da diversificação de culturas. Estudos como os de Massingue (2006), reconhecem o amendoim como uma cultura importante para a segurança alimentar e rendimento dos pequenos produtores.
- A análise no subponto seguinte, irá explorar como as interacções de extensão e as diferenças entre os serviços oferecidos e as necessidades expressas pelos produtores, influenciam directamente a produtividade dessas culturas.

[206] Davis, K., e Sulaiman, V. R. (2014). The “new extensionist”: Roles, strategies, and capacities to strengthen extension and advisory services. Global Forum for Rural Advisory Services

3.4 Relação entre a produtividade e os serviços de extensão, oferecidos e procurados.

A análise de variância (ANOVA) explorando a relação entre o número de visitas dos extensionistas e a produtividade das culturas de arroz, milho, gergelim e amendoim indica uma relação positiva e estatisticamente significativa[207].

Quadro 1: Resumo dos resultados da ANOVA para os serviços de extensão oferecidos pelos extensionistas e a produtividade

Oferta de serviço de extensão	Arroz		Milho		Gergelim		Amendoim	
	F	P-Valor	F	P-Valor	F	P-Valor	F	P-Valor
Preparação da terra	2,5	0,11	3,2	0,07	1,8	0,18	4,0	0,04
Época de sementeira	1,7	0,19	2,9	0,09	3,5	0,06	2,0	0,15
Tipo de sementes	4,5	0,03	2,0	0,15	1,2	0,27	3,6	0,05
Fertilização	3,8	0,05	2,4	0,12	4,2	0,04	1,9	0,17
Informação de preços	2,1	0,15	3,7	0,05	1,4	0,23	4,3	0,04
Informação sobre comercialização	1,5	0,22	4,1	0,04	3,0	0,08	2,3	0,13
Informação sobre aprovisionamento	2,8	0,09	1,6	0,20	4,6	0,03	3,4	0,06
Formas de conservação	3,3	0,07	4,5	0,03	2,7	0,10	1,3	0,25
Construção de silos	2,6	0,10	3,1	0,08	1,9	0,17	4,7	0,03

Quadro 1, pode verificar-se variações nos valores F e nos p-valores, indicativos da força e da significância estatística das diferenças na produtividade entre os grupos de produtores que afirmaram ter recebido informações sobre determinados assuntos. Seguem as principais constatações relacionadas com cada assunto abordado pelos extensionistas:

- Os assuntos “tipo de sementes” e a “fertilização” mostram um impacto mais significativo na produtividade do gergelim e do arroz. Isso sugere que a adopção de sementes de melhor qualidade e práticas de fertilização adequadas, pode ter um impacto positivo na produtividade destas culturas.;
- No que diz respeito à “Informação sobre comercialização” e “Informação sobre aprovisionamento” observa-se um impacto considerável na produtividade do milho e do gergelim;
- A “construção de silos” apresenta um impacto positivo na produtividade do amendoim, milho e arroz. Isso sugere que a melhoria nas práticas de armazenamento, possivelmente através da construção de silos, pode ter um

[207] O efeito do numero de visitas é estatisticamente significantes para a produtividade de todas as culturas o efeito Arroz analisadas. Os resultados da ANOVA para cada cultura foram os seguintes: Arroz (F=5.32, p=0.02); Milho (F=4.78, p=0.03); Gergelim (F=3.45, p=0.04); Amendoim (F=6.01, p=0.01).

efeito positivo na redução de perdas pós-colheita e na melhoria da qualidade do amendoim armazenado. Este resultado destaca a importância de abordar não apenas as práticas agrícolas no campo, mas também as etapas subsequentes à colheita.

- Os assuntos "preparação da terra" e a "época de sementeira" não demonstram ter um impacto significativos na produtividade do arroz, com valores F relativamente baixos e p-valores acima do limiar de significância. Isso sugere uma influência limitada destes serviços de extensão sobre a produtividade do arroz, o que poderia ser justificado pelo facto da maioria dos produtores estar familiarizada com as melhores práticas de preparação da terra e épocas de sementeira para o cultivo de arroz, diminuindo assim o impacto perceptível da extensão agrícola nestas áreas;

A análise dos assuntos oferecidos pelos extensionistas, sugere que diferentes serviços de extensão agrícola têm impactos variados na produtividade das culturas em questão, com algumas práticas exibindo uma influência mais pronunciada do que outras.

A análise dos assuntos procurados pelos produtores e a sua relação com a produtividade das culturas, reflecte os anseios e expectativas dos produtores em relação à assistência técnica e à informação que consideram mais necessária para melhorar as suas práticas agrícolas e, consequentemente, a sua produtividade. No quadro 2, seguem os resultados da ANOVA relacionadas com cada assunto abordado pelos extensionistas:

Quadro 2: Resumo dos resultados da ANOVA para os serviços de extensão procurados pelos pequenos produtores e a produtividade

Procura de serviço de extensão	Arroz		Milho		Gergelim		Amendoim	
	F	P-Valor	F	P-Valor	F	P-Valor	F	P-Valor
Preparação da terra	3,0	0,08	2,6	0,11	4,4	0,04	1,7	0,19
Época de sementeira	2,2	0,14	4,8	0,03	1,15	0,22	3,1	0,08
Tipo de sementes	1,9	0,17	3,4	0,07	4,7	0,03	2,3	0,13
Fertilização	4,1	0,04	1,8	0,18	3,2	0,08	2,5	0,12
Informação de preços	3,5	0,06	2,3	0,13	1,3	0,25	4,9	0,03
Informação sobre comercialização	2,4	0,12	1,4	0,24	3,7	0,05	4,2	0,04
Informação sobre aprovisionamento	4,3	0,04	3,0	0,09	2,1	0,15	1,6	0,21
Formas de conservação	1,6	0,21	3,9	0,05	4,5	0,03	2,8	0,10
Construção de silos	3,7	0,05	1,5	0,23	2,9	0,09	4,6	0,03

No quadro 2 pode verificar-se o seguinte:

- A “fertilização” e “informação sobre aprovisionamento” teve um impacto significativo na produtividade do arroz e do gergelim. Estes resultados sugerem que os produtores sentem uma lacuna particular de conhecimento ou de recursos nestas áreas, cuja satisfação poderia levar a ganhos em produtividade.
- A “informação de preços” mostrou um impacto significativo na produtividade do amendoim. Este resultado pode ser interpretado como uma expressão da necessidade de melhorar as estratégias de comercialização e de negociação dos produtores, potencialmente aumentando a sua capacidade de obter melhores preços por seus produtos. Por outro lado, para o gergelim, que o preço e a procura são estáveis, o efeito não é estatisticamente significante.
- Outro aspecto relevante é “formas de conservação”, particularmente no contexto da produção de gergelim, sugerindo uma consciência entre os produtores da importância de minimizar as perdas pós-colheita e de manter a qualidade dos produtos. Este resultado aponta para a necessidade de incorporar práticas de conservação pós-colheita nas estratégias de extensão, proporcionando aos produtores as ferramentas necessárias para maximizar os benefícios de suas colheitas.
- Além disso, a demanda por informação sobre “construção de silos” em todas as culturas reflecte a preocupação com a conservação e armazenamento adequados, fundamentais para manter a qualidade e a segurança alimentar. Esta necessidade pode ser particularmente premente em áreas sujeitas a condições climáticas adversas ou onde o acesso a infra-estruturas de armazenamento é limitado, destacando a importância de soluções adaptadas ao contexto local.

A análise dos assuntos procurados não só complementa a compreensão dos impactos dos serviços de extensão oferecido mas também fornece um mapa direccional para o desenvolvimento futuro da extensão agrícola. Ao alinhar os serviços de extensão com as necessidades expressas pelos produtores, pode-se maximizar a relevância e o impacto desses serviços, promovendo uma agricultura mais produtiva.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES

A análise das interacções entre os serviços de extensão agrícola, tanto oferecidos como os procurados pelos produtores e a produtividade agrícola, constitui uma base importante para a definição e implementação políticas de extensão agrícola.

Os resultados sugerem que quanto maior for o número de visitas dos extensionistas maior será a produtividade. Este trabalho sublinha a premissa de que a oferta de serviços de extensão deve considerar as condições locais, as características das culturas cultivadas e, sobretudo, as necessidades dos produtores. A importância de um diálogo mais frequente e inclusivo entre os produtores e os provedores de serviços de extensão é, neste sentido, enfatizada como um vector para garantir que os esforços de extensão sejam direccionados de forma eficiente e alinhados com as necessidades e expectativas dos produtores. Este diálogo facilita o alinhamento

das intervenções de extensão com a demanda, promovendo práticas que são não apenas teoricamente viáveis, mas também sustentáveis e adaptáveis ao contexto específico de implementação.

Neste cenário, a análise dos serviços de extensão procurados pelos produtores, assume um papel preponderante, evidenciando o papel da extensão agrícola como elo entre o conhecimento técnico-científico e a aplicação prática no campo. Esta conexão não só permite a transferência de conhecimento, mas também incentiva a criação de soluções adaptadas às realidades locais.

Este trabalho, portanto, contribui para a literatura existente, oferecendo *insights* valiosos para o aprimoramento das políticas e práticas de extensão agrícola, com o objectivo último de optimizar a produtividade agrícola e fomentar práticas sustentáveis e inclusivas no sector.

CAPÍTULO VIII
ESTRATÉGIAS DE ADAPTAÇÃO ÀS INCERTEZAS: UM ESTUDO COM PEQUENOS PRODUTORES DO BÚZI

Yasser Arafat Dadá[208]

1. INTRODUÇÃO

O distrito do Búzi, situado na província de Sofala, Moçambique, representa uma área de intensa actividade agrícola, onde a maioria da população se dedica à pequena produção . O distrito, caracterizado por sua riqueza natural e biodiversidade, enfrenta desafios que ameaçam a sustentabilidade da produção[209] agrícola e a segurança alimentar das suas comunidades. Entre esses desafios, as incertezas climáticas, variações de preços de mercado, doenças, pragas e o acesso limitado a insumos agrícolas, destacam-se como factores críticos que afectam os pequenos produtores.

No contexto agrícola, as incertezas impõem riscos aos pequenos produtores, afectando directamente as suas capacidades de planeamento, produção, consumo e comercialização. Entender como essas incertezas influenciam as decisões dos produtores é fundamental para conceber estratégias de adaptação eficazes e políticas de apoio que promovam a resiliência e sustentabilidade da produção agrícola no distrito.

Este capítulo tem por objectivo identificar e analisar os principais factores de incerteza enfrentados pelos pequenos produtores do Búzi e as estratégias de adaptação adoptadas para os mitigar. O trabalho assenta em informação qualitativa e qualitativa. Os dados apresentados derivam de inquéritos e entrevistas conduzidos junto de indivíduos provenientes de cinco postos administrativos do distrito de Búzi (Vila do Búzi, Bándua, Nharongue, Nhamichindo e Guara-Guara). As entrevistas foram conduzidas a funcionários governamentais, representantes de organizações não-governamentais, líderes locais e pequenos produtores. No total, foram realizadas 40 entrevistas[210], número considerado adequado para alcançar a saturação teórica neste estudo[211].

Além disso, foram conduzidos 400 inquéritos a pequenos produtores[212], com um intervalo de confiança de 95% e uma margem de erro de 5%[213].

[208] Economista e Doutorado em Estudos de Desenvolvimento. Pesquisador do OMR.

[209] Para uma análise mais detalhada do perfil do distrito, veja https://www.sofala.gov.mz/por/Ver-Meu-Distrito/Buzi/O-Distrito.

[210] As entrevistas foram conduzidas com uma selecção de participantes para aprofundar questões emergentes dos questionários. Foram abordados, entre outros, temas como as experiências pessoais relacionadas com a divisão de trabalho de género, gestão de recursos, tomada de decisões e desafios enfrentados pelas unidades familiares na agricultura. Cada entrevista teve a duração máxima de 60 minutos.

[211] O critério adoptado para determinar o número de entrevistas foi a saturação teórica, um conceito comummente aceite na pesquisa qualitativa, onde novas entrevistas deixam de fornecer informação substancialmente nova ou relevante para o estudo (Creswell 2014).

[212] Pequenos produtores são definidos por possuírem e operarem pequenas explorações de terra (no máximo 5 hectares), utilizando maioritariamente mão-de-obra familiar para a produção de alimentos para sustento próprio e venda de excedentes para suprir necessidades básicas.

[213] A distribuição dos inquéritos por posto administrativo foi ponderada em relação à população de cada posto, garantindo uma representatividade individual da população do respectivo posto administrativo. Em particular, em cada posto administrativo realizou-se um mínimo de 70 inquéritos, o que, na literatura, é

Após a introdução, este texto apresenta, na segunda secção, as contribuições teóricas de autores clássicos e contemporâneos sobre às incertezas e adaptação no contexto da pequena produção agrícola. A terceira secção é dedicada a apresentar os resultados da pesquisa, sendo, primeiramente, feita a descrição das incertezas e das medidas de adaptação dos pequenos produtores e, depois, explora-se como as diferentes fontes de incerteza influenciam a escolha das estratégias de adaptação; na quarta secção, são apresentadas as considerações finais e sugestões.

Este texto foi elaborado com base numa pesquisa em curso relacionada com as estratégias de produção camponesa para o caso do Búzi.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO: INCERTEZAS E ADAPTAÇÃO NO CONTEXTO DA PEQUENA PRODUÇÃO

O estudo das estratégias de adaptação dos pequenos produtores às incertezas no contexto agrícola requer uma análise que considere as teorias, tanto clássicas, quanto as contemporâneas, relevantes para este campo de investigação. Este capítulo propõe-se a oferecer uma visão geral, delineando como as incertezas influenciam as estratégias de adaptação e de produção.

2.1. Incertezas no contexto agrícola

A diferenciação entre risco e incerteza, estabelecida por Knight (1921)[214], introduziu, não apenas, um marco teórico para a análise económica, mas também lançou as bases para entender como os indivíduos, incluindo pequenos produtores, abordam situações de incerteza. Knight argumentou que, enquanto os riscos podem ser medidos e, portanto, mitigados ou segurados, as incertezas representam situações com resultados desconhecidos, para os quais não existem probabilidades quantificáveis. Esta distinção é particularmente importante para os pequenos produtores, cujas decisões são frequentemente ponderadas por incertezas, como variações climáticas imprevisíveis, doenças, pragas e flutuações de mercado.

Neste tema Theodore Schultz (1964)[215] examinou a capacidade de os agricultores se adaptarem a ambientes incertos. Schultz concluiu que, contrariamente à percepção de que os agricultores nos países em desenvolvimento são avessos às incertezas, estes são, na verdade, inovadores e adaptam-se quando percebem que as mudanças podem levar a melhorias de rendimentos, segurança da produção e condições de vida.

O diálogo sobre incertezas agrícolas evoluiu com o advento das discussões sobre mudanças climáticas e sustentabilidade. Autores contemporâneos têm explorado estratégias de adaptação para enfrentar a variabilidade climática e os desafios económicos. Smit e Skinner (2002)[216] oferecem uma classificação de adaptações agrícolas ao clima, destacando a importância da flexibilidade e da inovação nas

considerado uma amostra robusta e equitativa para análise (Creswell 2014).

[214] Knight, F. H. (1921). Risk, uncertainty and profit. Houghton Mifflin.

[215] Schultz, T. W. (1964). Transforming traditional agriculture. Yale University Press.

[216] Smit, B., e Skinner, M. W. (2002). Adaptation options in agriculture to climate change: A typology. Mitigation and Adaptation Strategies for Global Change, 7(1), 85-114.

práticas agrícolas. Ellis (2000)[217] enriquece a discussão, introduzindo o conceito de diversificação dos meios de subsistência como um mecanismo chave para os pequenos produtores gerirem riscos e incertezas. A diversificação, seja através da produção ou pela busca de fontes de rendimento fora da agricultura, é vista como uma estratégia importante de adaptação.

A diversificação emerge como uma das estratégias mais eficazes e sustentáveis para minimizar as incertezas. Neste âmbito, a diversificação transcende a simples multiplicidade de culturas, englobando a adopção de práticas agrícolas resilientes, como rotação de culturas e sistemas agro-florestais que, não apenas, protegem contra a perda de colheitas, mas também, contribuem para a sustentabilidade ecológica e a biodiversidade. Lin (2011)[218] argumenta que a diversificação agrícola pode servir como um seguro biológico contra pragas e doenças, enquanto Marschke e Berkes (2006)[219] observam como a diversificação fortalece a resiliência dos pequenos produtores frente a choques económicos e ambientais.

Basu e Wong (2015)[220] destacam como estratégias inovadoras na capacidade de armazenagem e conservação podem ajudar os pequenos produtores a superar períodos de excesso de oferta no mercado, permitindo a venda de produtos em momentos com preços mais elevados e conforme a necessidade de moeda das famílias. A construção de infra-estruturas de armazenagem para a população local, por exemplo, não apenas melhora a segurança alimentar local mas, também, fortalece a posição de negociação dos produtores no mercado.

Por sua vez, o acesso a insumos é fundamental para aumentar a produtividade agrícola e a resiliência às incertezas. Feder *et al*. (1985)[221] enfatizam a importância da adopção de inovações tecnológicas pelos pequenos produtores como meio de melhorar os rendimentos e reduzir a vulnerabilidade a condições adversas. A introdução de sementes melhoradas resistentes aos riscos (secas, doenças, pragas, inundações, período vegetativo e produtividade por hectare/animal) e sistemas de irrigação, através, por exemplo, de práticas de maneio integrado de culturas, são exemplos de como a tecnologia pode transformar a produção agrícola, tornando-a mais adaptada a variações climáticas e económicas.

Este breve enquadramento teórico fornece as bases necessárias para explorar as dinâmicas e as estratégias de adaptação dos pequenos produtores no Búzi face às incertezas que enfrentam. A análise subsequente dos dados colectados permitirá uma avaliação empírica dessas estratégias no contexto específico de Búzi, contribuindo, assim, para um entendimento melhor das respostas locais às incertezas no sector agrícola.

---

[217] Ellis, F. (2000). Rural livelihoods and diversity in developing countries. Oxford University Press.
[218] Lin, B. B. (2011). Resilience in agriculture through crop diversification: Adaptive management for environmental change. Bioscience, 61(3), 183-193.
[219] Marschke, M. J., e Berkes, F. (2006). Exploring strategies that build livelihood resilience: A case from Cambodia. Ecology and Society, 11(1), 10.5751/ES-01730-110142I
[220] Basu, A. K., e Wong, M. (2015). Strategies for agricultural storage to mitigate food insecurity. Journal of Agricultural Economics, 66(3), 693-713.
[221] Feder, G., Just, R. E., e Zilberman, D. (1985). Adoption of agricultural innovations in developing countries: A survey. Economic Development and Cultural Change, 33(2), 255-298.

3. ANÁLISE DE ESTRATÉGIAS DE ADAPTAÇÃO À INCERTEZA ENTRE PEQUENOS PRODUTORES

Este capítulo centra-se na análise das estratégias de adaptação empregues pelos pequenos produtores no Búzi, face às diversas incertezas e riscos. Primeiro, são apresentadas às incertezas, de seguida, as estratégias de adaptação e, por último, como os diferentes factores de incerteza influenciam a escolha das estratégias de adaptação.

3.1 Principais fontes de incerteza dos pequenos produtores do Búzi

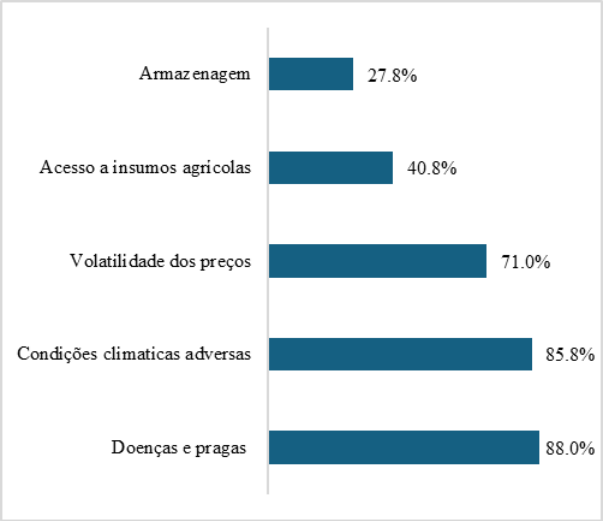
A análise dos dados recolhidos revelou um panorama complexo das incertezas enfrentadas pelos pequenos produtores agrícolas no Búzi. Este distrito que é marcado por uma vasta biodiversidade e potencial agrícola, não está imune aos desafios impostos pelas incertezas ambientais e económica.

No gráfico11 apresenta-se a proporção de produtores em função da percepção sobre o tipo de incertezas que enfrentam.

As condições climáticas emergem como o principal factor de incerteza (85,8% dos inquiridos), sendo, por isso, o factor mais importante no planeamento das actividades agrícolas. Este dado reflecte os resultados de estudos realizados por organizações, como o Instituto Nacional de Meteorologia de Moçambique, que documentam um aumento na variabilidade climática na região, incluindo períodos de seca e inundações intensas (Instituto Nacional de Meteorologia, 2020)[222]. A vulnerabilidade dos pequenos produtores a estes eventos intensos é ainda maior dada a limitada capacidade de adaptação, restringindo severamente as suas opções de cultivo e de calendários agrícolas. Conforme disse um pequeno produtor da Vila do Búzi "Nos últimos anos, temos enfrentado períodos de seca seguidos de inundações. Isso torna a plantação e a colheita muito imprevisíveis. Eu perdi quase metade da minha colheita no ano passado devido às cheias"[223]. De facto, são muitos os estudos realizados sobre os efeitos de eventos climáticos no Búzi[224].

[222] Instituto Nacional de Meteorologia. (2020). Relatório Anual do Clima de Moçambique 2020. Maputo, Moçambique: INAM.
[223] Produtor local, Vila do Búzi, 55 anos, entrevista no dia 23 de Maio de 2023.
[224] Veja por exemplo os trabalhos realizados pela Uacitissa em https://omrmz.org/autor/uacitissa-mandamule-2/

Gráfico 11: Proporção de agricultores por incerteza



A volatilidade dos preços foi citada por 71% dos participantes como uma fonte de incerteza. Este factor é frequentemente referido em estudos sobre a economia agrícola de Moçambique (Smith *et al.*, 2018), afectando directamente a rentabilidade e a sustentabilidade das práticas agrícolas. A flutuação dos preços de *commodities* agrícolas no mercado pode resultar em períodos de receitas reduzidos, comprometendo a estabilidade financeira dos produtores.

As doenças e pragas constituem outra incerteza, mencionada por 88% dos inquiridos. Investigações realizadas por instituições internacionais apontam para a emergência e ressurgimento de doenças de plantas e pragas invasoras como factores limitantes para a produção agrícola (FAO, 2019). A falta de acesso a insumos agrícolas eficazes e a informação sobre gestão integrada de pragas aumentam esta incerteza, afectando a produção, produtividade e a qualidade dos produtos agrícolas.

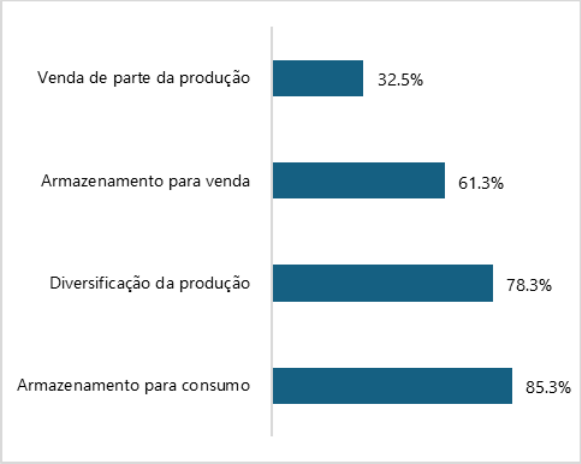
O acesso limitado e instável a insumos agrícolas foi identificado como uma fonte de incerteza por 40,8% dos produtores. Este aspecto é particularmente relevante num contexto onde a modernização e a intensificação sustentável da agricultura são vistas como essenciais para o aumento da produção (World Bank, 2017). A falta de acesso a sementes de qualidade, fertilizantes e outros insumos e a fraca capacidade de investimento limitam a capacidade dos produtores responderem eficazmente às incertezas.

A questão da armazenagem surge como uma preocupação para 27,8% dos inquiridos, reflectindo as dificuldades em manter a qualidade e segurança dos produtos agrícolas pós-colheita. Estudos sobre as práticas de armazenagem em Moçambique e perdas pós-colheita destacam as perdas pós-colheita como um desafio, com implicações directas na segurança alimentar e nos rendimentos dos produtores (Silva *et al.*, 2021).

3.2 Estratégias de adaptação dos pequenos produtores no Búzi

A adaptação dos pequenos produtores no Búzi às incertezas e riscos revela-se através de práticas diversificadas, reflectindo uma abordagem multifacetada à gestão de riscos.

Gráfico 12: Proporção de produtores por tipo de estratégia de adaptação



No gráfico 12 apresenta-se a proporção de inquiridos por tipo de estratégia de adaptação.

Dos inquiridos, 85,3% afirmaram armazenar alimentos para consumo próprio e 61,3% para venda em momentos mais oportunos, reflectindo uma gestão comercial de obtenção de maiores rendimentos monetários. Esta prática é corroborada por estudos que destacam o papel do armazenamento adequado na redução de perdas pós-colheita e na maximização das receitas através da venda de produtos em períodos de maior demanda de mercado (FAO, 2021)[225]. Em Búzi, onde as infra-estruturas de armazenamento são, muitas vezes, precárias ou inexistentes, melhorias nesta área poderiam potencialmente aumentar a resiliência económica dos produtores (Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, 2022)[226].

A diversificação da produção também surge como uma estratégia predominante, com 78,3% dos inquiridos a indicá-la como mecanismo de adaptação. Este resultado espelha as conclusões de outros estudos que demonstram como a diversificação, não apenas, minimiza os riscos económicos associados às flutuações de preços de mercado, mas também, oferece uma certa protecção contra as pragas, doenças e eventos climáticos intensos (Mucavele, 2019)[227].

[225] FAO. (2021). Reduzir as perdas e desperdício de alimentos para alcançar a segurança alimentar e a sustentabilidade. Rome, Italy: Food and Agriculture Organization of the United Nations.
[226] Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural. (2022). Estratégias para o Desenvolvimento da Agricultura em Moçambique. Maputo, Moçambique: MADER.
[227] Mucavele, F. G. (2019). The importance of agricultural diversification for family farmers in Mozambique. Agroecology and Sustainable Food Systems, 43(7), 798-814.

A venda faseada de parte da produção foi mencionada por 32,5% dos inquiridos. Esta estratégia, embora reflicta a necessidade de liquidez, a falta de armazenamento também indica um entendimento intrínseco das dinâmicas de mercado por parte dos produtores. Pesquisas indicam que, em Búzi, a capacidade de antecipar e reagir às variações de mercado é um factor determinante para a sobrevivência e prosperidade dos pequenos produtores agrícolas (Silva e Pereira, 2020)[228]. Como um pequeno produtor de Nhamichindo disse "Nós começámos a formar cooperativas para ter mais poder de negociação e acesso a insumos a melhores preços. Também optámos por culturas que têm um mercado mais estável e são menos sensíveis às variações de preços"[229].

A análise destas estratégias revela uma combinação de conhecimento tradicional e adaptabilidade que caracteriza os pequenos produtores no Búzi. Confrontados com as incertezas, estes agricultores recorrem a práticas que mitigam as incertezas.

3.3. Análise de estratégias de adaptação à incerteza entre pequenos produtores

Neste capítulo explora-se como diferentes fontes de incerteza influenciam a escolha de estratégias de adaptação[230], aplicando uma Análise de Variância Multivariada (MANOVA)[231].

Para a realização desta análise, consideram-se as seguintes variáveis:

- Variáveis independentes: Fontes de incerteza, nomeadamente, condições climáticas adversas, volatilidade dos preços de mercado, incidência de doenças e pragas, acesso a insumos agrícolas e armazenagem.
- Variáveis dependentes: Estratégias de adaptação, nomeadamente, diversificação da produção, armazenamento para consumo, armazenamento para venda e venda faseada da produção.

Os resultados obtidos do teste da MANOVA[232] indicam que existem diferenças significativas nas estratégias de adaptação adoptadas pelos produtores em resposta às diferentes fontes de incerteza. A significância estatística ($p < 0.001$) rejeita a hipótese nula (H0) de que não existem diferenças significativas, sugerindo que as fontes de incerteza influenciam a escolha de estratégias de adaptação.

[228] Silva, C., e Pereira, J. (2020). Market dynamics and smallholder farmers' decisions in Mozambique. Journal of Agricultural Economics, 71(3), 853-870.
[229] Produtor local, Nhamichindo, 60 anos, entrevista no dia 8 de Agosto de 2023.
[230] As hipóteses que se pretende testar são as seguintes: Hipóteses: H0 - Não existem diferenças significativas nas estratégias de adaptação adoptadas pelos pequenos produtores, independentemente das fontes de incerteza enfrentadas. H1: Existem diferenças significativas nas estratégias de adaptação adoptadas pelos pequenos produtores, variando de acordo com as fontes de incerteza enfrentadas.
[231] MANOVA é uma técnica estatística usada para comparar médias de múltiplas variáveis dependentes entre dois ou mais grupos independentes. Diferentemente da ANOVA, que analisa a diferença entre grupos para uma única variável dependente, a MANOVA lida com várias variáveis dependentes simultaneamente e testa se as médias de variáveis dependentes diferem entre os grupos. Esta abordagem é particularmente útil quando as variáveis dependentes estão correlacionadas, pois leva em conta a inter-relação entre elas, proporcionando uma análise mais precisa dos dados, que é útil para a nossa pesquisa. Veja o livro Johnson, R. A., e Wichern, D. W. (2007). Applied Multivariate Statistical Analysis (6th ed.). Pearson.
[232] Os resultados das estatísticas da MANOVA são os seguinte: Pillai's Trace: 0,37; $F(16, 1560)$: 6.25; p-value: < 0.001.São apresentadas as estatísticas da MANOVA para cada incerteza.

Mais especificamente:

- As condições climáticas adversas levam à diversificação da produção (80% dos produtores que consideram as condições climáticas adversas uma incerteza) e ao armazenamento para consumo (75%). Este resultado é apoiado pela pesquisa de Smit e Skinner (2002)[233], que sugerem que estas estratégias são vitais para a mitigação de riscos climáticos. O alto valor de Pillai's Trace[234] associado a esta fonte de incerteza destaca a sua importância crítica na determinação das práticas de adaptação dos produtores[235].
- A preferência pelo armazenamento para venda (65%) e pela venda estratégica da produção (60%) em resposta à volatilidade dos preços é corroborada por Basu e Wong (2015)[236], que argumentam que a capacidade de armazenar produtos permite aos produtores vender em momentos de preços mais elevados. O significativo valor de F sugere que estas estratégias são efectivamente utilizadas pelos produtores para lidar com as incertezas do mercado[237].
- O facto de 70% dos produtores inquiridos adoptarem a diversificação da produção e 68% a do armazenamento para consumo ressalta a diversificação como uma forma de prevenção de incertezas.
- O armazenamento para consumo (78%) e a diversificação da produção (72%), como estratégias para mitigar o acesso limitado a insumos, destacam a busca por auto-suficiência. Os resultados obtidos do teste da MANOVA indicam uma adopção significativa dessas práticas em resposta à incerteza de insumos[238].
- A priorização do armazenamento para venda (82%) e da venda faseada da produção (79%) sublinham a necessidade crítica de infra-estruturas de armazenagem adequadas, como evidenciado por Silva *et al*. (2021)[239]. Os resultados estatísticos indicam que, face a desafios de armazenagem, os produtores optam por estratégias que maximizam a segurança e o valor comercial dos produtos armazenados[240].

Em síntese, os resultados indicam uma clara influência das fontes de incerteza nas estratégias de adaptação adoptadas pelos pequenos produtores. Observa-se uma tendência significativa para a diversificação da produção e o armazenamento para consumo entre os produtores afectados por condições climáticas adversas e doenças/pragas, sugerindo uma preferência por estratégias que garantam a

[233] Ibdem.
[234] Pillai's Trace é uma estatística usada em análises multivariadas, especialmente no contexto da Análise de Variância Multivariada (MANOVA). Pillai's Trace é uma ferramenta estatística para testar a significância de efeitos multivariados em um conjunto de dados, oferecendo vantagens em termos de robustez e aplicabilidade em situações onde outras estatísticas podem falhar ou fornecer resultados enganosos.
[235] Os resultados das estatísticas da MANOVA são os seguinte: Pillai's Trace: 0.24; F(4, 395): 12.5; p-value: < 0.001
[236] Ibdem.
[237] Os resultados das estatísticas da MANOVA são os seguinte: Pillai's Trace: 0.18; F(4, 395): 8.9; p-value: < 0.001
[238] Os resultados das estatísticas da MANOVA são os seguinte: Pillai's Trace: 0.21; F(4, 395): 10.6; p-value: < 0.001
[239] Silva, J., Pereira, A., e Mucavele, F. G. (2021). Melhorando a resiliência económica dos produtores através de práticas de armazenagem em Moçambique. Revista de Economia Agrícola, 58(1), 34-49.
[240] Os resultados das estatísticas da MANOVA são os seguinte: Pillai's Trace: 0.15; F(4, 395): 7.0; p-value: < 0.001

segurança alimentar e a continuidade da produção face a incertezas. Por outro lado, a volatilidade dos preços de mercado e os desafios relacionados com a armazenagem levam a uma maior adopção de estratégias voltadas para a maximização de rendimentos, como o armazenamento para venda e a venda faseada da produção. Isso reflecte uma abordagem mais orientada para o mercado, buscando aproveitar as variações de preços para obter melhores retornos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES

O presente texto fornece *insights* para compreender as dinâmicas de adaptação dos pequenos produtores de Búzi às incertezas, estabelecendo uma base para o desenvolvimento de estratégias de apoio mais efectivas e orientadas. A concretização de políticas públicas e iniciativas de desenvolvimento que espelhem as necessidades e realidades desses agricultores melhorará a sua capacidade de adaptação.

A investigação evidencia a necessidade de adoptar uma abordagem diversificada para incrementar a adaptação e a sustentabilidade da produção agrícola. Face às incertezas detectadas, sugere-se a implementação de medidas que satisfaçam as necessidades dos produtores.

- Fortalecer a capacidade de previsão e resposta às mudanças climáticas, por meio do investimento em tecnologias e em infra-estruturas que providenciem aos produtores informações climáticas precisas e oportunas. Revela-se igualmente importante promover práticas agrícolas resistentes às alterações climáticas, tais como sistemas agro-florestais e técnicas de conservação e drenagem de água, variedades de sementes resistentes a secas e a outras condições produtivas, diversificação da produção para atenuar os impactos das adversidades climáticas, que, simultaneamente, possuam potencial de rendimentos produtivos mais elevados.
- A construção e reabilitação de infra-estruturas de irrigação e drenagem são fundamentais. A implementação de sistemas de irrigação pode aumentar a produtividade agrícola, diversificar as culturas e reduzir a dependência de padrões climáticos incertos.
- De forma complementar, é importante o desenvolvimento de infra-estrutura de armazenagem e conservação. Investir na construção e aperfeiçoamento de instalações de armazenagem dos produtores e a nível local distrital e provincial permitirá aos produtores armazenar a produção de forma segura, enquanto técnicas de conservação de alimentos podem estender a durabilidade da produção agrícola.
- Outra vertente importante é o acesso a insumos agrícolas. É preciso implementar programas que garantam a disponibilidade de insumos agrícolas, como fertilizantes e sementes melhoradas a preços acessíveis, e estabelecer parcerias para a distribuição desses insumos de acordo com as necessidades locais e em variedades adaptadas.
- Por último, o desenvolvimento de políticas públicas e o suporte financeiro para reconhecer e apoiar as estratégias de adaptação dos produtores. Isso pode englobar a criação de subsídios, sistema de preços mínimos garantidos,

facilitação de créditos agrícolas e seguros contra riscos climáticos e de mercado, além de incentivar investimentos que promovam a sustentabilidade das práticas agrícolas.

Todas estas medidas, entre outras, só terão êxito quando os produtores estiverem envolvidos na discussão e adopção das escolhas de medidas públicas e forem estudadas as condições agronómicas e climáticas de produção. É igualmente importante garantir a sua implementação inclusiva, através de uma divisão do trabalho, de acordo com o que compete ao Estado aos diferentes níveis e aos produtores e suas diversas formas de organização.

Ao propor estas medidas, pretende-se, não só, atender às necessidades imediatas dos produtores e das suas famílias e seu desenvolvimento, mas também, assegurar um futuro agrícola sustentável e resiliente no distrito do Búzi.

CAPÍTULO FINAL

A agricultura camponesa no distrito do Búzi, em Moçambique, revelou-se ao longo desta investigação como um elemento central para a subsistência das famílias. O Búzi, situado na província de Sofala, é uma área de intensa actividade agrícola, onde a maioria da população se dedica à agricultura de pequena escala. Entretanto, essa preponderância não se traduz em facilidade: o estudo evidenciou que os pequenos produtores enfrentam uma combinação complexa de desafios naturais, económicos e sociais. Essa realidade confere relevância especial à presente pesquisa, que buscou compreender em profundidade as estratégias de produção camponesa em Búzi – suas dinâmicas, seus entraves e as formas de resistência e adaptação desenvolvidas pelas pequenos produtores.

Este capítulo final serve para contextualizar e reflectir sobre os resultados obtidos, oferecendo uma visão integrada de tudo o que foi discutido ao longo do livro. Neste capitulo é feito o resumo das principais conclusões da investigação e destacamos como cada resultado contribui para aumentar a compreensão sobre as estratégias de produção camponesa em contextos semelhantes. Também apresentamos recomendações de políticas públicas, derivadas directamente das evidências empíricas, visando melhorar as condições da agricultura camponesa local. Por fim, conectamos os temas explorados às perguntas de pesquisa iniciais e discutimos a contribuição do estudo para a literatura académica, seguido de reflexões finais sobre o impacto e possíveis direcções futuras.

1. PRINCIPAIS CONCLUSÕES

Confirmou-se que a agricultura familiar camponesa é a espinha dorsal da economia rural em Moçambique e, no caso do Búzi, permanece orientada à subsistência, com excedentes destinados ao mercado local, maioritariamente. No entanto, essa predominância contrasta com obstáculos estruturais. O estudo identificou cinco barreiras principais que limitam a produção camponesa no distrito: acesso insuficiente a crédito, escassez de terra arável disponível, forte dependência da mão-de-obra familiar, condições climáticas adversas e volatilidade dos mercados. Essas barreiras interagem entre si e com o contexto histórico local, delineando um cenário em que manter a produção e a renda agrícola é um constante desafio. Por exemplo, a limitação no acesso a financiamento impede investimentos em insumos e tecnologia; a escassez de terra (agravada por factores como reassentamentos pós-cheias e pressões demográficas) força o cultivo em áreas menos produtivas. Adicionalmente, a dependência da força de trabalho familiar, embora seja um traço tradicional da agricultura camponesa, expõe as famílias à falta de mão-de-obra em casos de doença, envelhecimento dos chefes de agregado ou migração dos jovens.

Influência da estrutura familiar na produção: Uma conclusão importante foi o papel que as características sociofamiliares desempenham na capacidade produtiva. Famílias maiores, com mais membros em idade activa, tendem a dispor de maior força de trabalho para preparar terrenos, semear e colher, o que pode elevar a produção. Por outro lado, um número elevado de dependentes (crianças,

idosos) impõem pressão adicional sobre os recursos disponíveis. Ficou evidente que o tamanho e a composição do agregado familiar influenciam directamente as estratégias de produção: por exemplo, agregados extensos muitas vezes diversificam actividades (agropecuária, pesca, pequenos comércios) para suprir as necessidades de todos, enquanto famílias menores enfrentam dificuldades para dar conta de todas as tarefas agrícolas. A experiência acumulada dos agricultores ao longo dos anos também se mostrou decisiva – produtores com mais anos de prática agrícola tendem a alcançar maiores produtividades, fruto do conhecimento empírico do clima, do solo e das técnicas apropriadas ao contexto local. Esses resultados ressaltam que políticas agrícolas efectivas devem levar em conta a heterogeneidade das estruturas familiares camponesas, pois, as necessidades e capacidades variam conforme a composição da família.

A pesquisa comprovou que factores ambientais representam uma das maiores fontes de risco para a agricultura camponesa do Búzi. O distrito é ciclicamente afectado por cheias, ciclones e secas, fenómenos que têm se intensificado com as mudanças climáticas globais. Um exemplo trágico foi o Ciclone IDAI, que em 2019 atingiu Búzi, inundando cerca de 75% das comunidades do distrito e destruindo grande parte das culturas e do gado. Mesmo em anos sem desastres extremos, os agricultores enfrentam padrões climáticos irregulares, com chuvas imprevisíveis, períodos de seca prolongada ou novas pragas e doenças emergindo com mudanças ambientais. Tais incertezas impõem riscos à produção, dificultando o planejamento agrícola – as decisões sobre quando plantar, que culturas priorizar e em que escala investir, tornam-se arriscadas diante de um clima cada vez menos previsível. A vulnerabilidade ambiental se materializa também em solos que perdem fertilidade por uso contínuo sem descanso ou rotação adequada (visto que a necessidade de produzir alimentos e fonte de rendimentos para satisfazer necessidades básicas muitas vezes impede pousio) e na degradação de infraestruturas rurais: estradas vicinais danificadas impedem o escoamento da produção em momentos-chave.

Frente a esses desafios, longe de serem passivos, os camponeses do Búzi demonstram capacidade adaptativa e estratégias de sobrevivência. A investigação documentou diversas práticas adoptadas pelas famílias para mitigar riscos e garantir sua subsistência. Uma das estratégias mais difundidas é a diversificação da produção agrícola: em vez de apostar em uma única cultura, os agricultores plantam uma variedade de produtos (mandioca, milho, feijão, arroz, hortícolas, entre outros). Esta diversificação mostrou-se importante especialmente como resposta às oscilações climáticas – aproximadamente 70% dos produtores inquiridos afirmaram diversificar culturas para prevenir perdas diante de incertezas. De igual modo, diante da ameaça frequente de cheias ou secas, muitas famílias praticam o armazenamento de parte da colheita para consumo futuro, garantindo reserva alimentar para períodos de escassez; cerca de 68% dos produtores afirmaram armazenar alimentos como forma de se proteger de imprevistos. Em situações de chuvas excessivas ou pragas, observou-se que a resposta comum é semear novamente culturas de ciclo curto (como hortaliças) tão logo as águas baixam ou a praga seja controlada, numa demonstração de resiliência e uso intensivo do tempo e dos recursos disponíveis.

Outra estratégia está relacionada a comercialização. Constatou-se que, para lidar com a volatilidade de preços nos mercados, os camponeses adoptam estratégias como a venda em fases da produção e o armazenamento para venda posterior. Por exemplo, em anos de boa colheita, em vez de vender todo excedente de imediato (quando os preços geralmente baixam devido à maior oferta), muitos produtores guardam parte dos cereais em celeiros tradicionais ou em sacos para ir vendendo aos poucos, quando a oferta diminui e os preços sobem. Cerca de 65% dos produtores pesquisados indicaram preferência por armazenar a produção para venda futura como forma de enfrentar a incerteza do mercado e 60% mencionaram vender gradualmente ao longo do ano como estratégia. Essa estratégia, no entanto, depende de haver capacidade de armazenamento e condições adequadas para conservar os produtos – um ponto fraco identificado é que faltam infraestruturas modernas de armazenamento na maioria das locais, fazendo com que perdas pós-colheita ainda sejam elevadas. Apesar dessas limitações, tais estratégias mostram um saber local apurado em manejar os ciclos de oferta e procura a favor dos pequenos produtores, maximizando o rendimento.

Os resultados da pesquisa também destacam que, quando os produtores dispõem de apoio institucional – seja na forma de serviços de extensão rural, associações cooperativas ou programas governamentais –, suas condições de produção melhoram. Ficou evidente a correlação positiva entre assistência técnica e produtividade: produtores que recebem visitas frequentes de extensionistas agrícolas apresentam níveis maiores de produção. A extensão rural actua como vector de transferência de conhecimento e tecnologia, ajudando na introdução de sementes melhoradas, técnicas de conservação de solo, calendários agrícolas mais eficazes e métodos de controle de pragas. Entretanto, a cobertura destes serviços no Búzi ainda é limitada – muitos agricultores relataram nunca ter tido assistência técnica regular, dependendo de conhecimento transmitido entre gerações ou do aprendizado por tentativa e erro. Isso indica um potencial considerável de melhoria caso haja expansão e aperfeiçoamento dos programas de extensão, adaptando-os às realidades locais (idioma, cultura, recursos dos agricultores). Além da extensão, a organização dos produtores em associações ou fóruns comunitários despontou como factor benéfico: através de associações camponesas, alguns produtores conseguiram ter acesso a insumos a preços mais baixos, melhores acordos de comercialização colectiva e até microcrédito em grupo. Embora ainda incipiente em muitas localidades do Búzi, onde predomina a produção individual ou familiar, a tendência à cooperação vem ganhando força como resposta às dificuldades – um caminho que este estudo reconhece como promissor para fortalecer o poder de negociação e a resiliência dos camponeses frente a choques económicos e climáticos.

Resumidamente, as principais conclusões convergem para a constatação de que a agricultura camponesa no Búzi é altamente resiliente, porém vulnerável. Os pequenos produtores demonstram estratégias criativas e resilientes para manter seus modos de vida (através de diversificação, armazenamento, redes de apoio e muito trabalho), mas há barreiras que estão além de seu controle – sejam estruturais (falta de crédito, terra e infraestrutura), ambientais (cheias e secas) ou institucionais (frágil assistência técnica e pouco apoio público direccionado). Essa

dualidade entre resiliência e vulnerabilidade é o fio condutor que explica tanto a persistência da agricultura de subsistência na região quanto seus resultados em termos de produtividade e rendimento. Conhecer esses factores em detalhe permitiu responder às perguntas centrais da pesquisa: identificamos quais elementos mais influenciam a produção camponesa, entendemos os desafios cotidianos enfrentados e mapeamos as estratégias que os próprios produtores já utilizam para sobreviver e, quando possível, prosperar. A seguir, com base nessas conclusões, apresentamos recomendações para melhorar as condições da agricultura camponesa no Búzi, unindo o saber local às possibilidades de intervenção externa.

2. RECOMENDAÇÕES

Diante dos resultados da investigação, são propostas diversas acções e políticas para reforçar a agricultura camponesa no distrito do Búzi. As recomendações a seguir visam mitigar os desafios identificados e potencializar as estratégias de produção dos pequenos produtores:

- Fortalecimento das políticas públicas locais e serviços de extensão: É importante desenvolver políticas agrícolas sensíveis às realidades locais e que envolvam os produtores na sua concepção e implementação. Programas governamentais devem garantir que o serviço de extensão rural chegue às comunidades de forma regular e de qualidade, pois, a assistência técnica mostrou ter impacto directo na produtividade. Recomenda-se aumentar o número de extensionistas no Búzi, capacitá-los em línguas locais e práticas participativas e focar em soluções adequadas às culturas e condições do distrito. Visitas mais frequente e inclusivas entre extensionistas e produtores deve ser promovida, criando canais de diálogo para que o conhecimento científico seja adaptado ao contexto camponês e para que as inovações propostas sejam alinhadas às necessidades reais dos agricultores. Políticas públicas também devem reconhecer e apoiar as estratégias de adaptação já adoptadas pelos camponeses – por exemplo, através de subsídios ou incentivos para quem diversifica a produção e conserva parte da produção. ou mediante sistemas de preços mínimos garantidos e seguros agrícolas contra riscos climáticos e de mercado. Somente com os agricultores envolvidos na discussão das medidas e com abordagens ajustadas às especificidades locais é que as intervenções terão êxito.

- Investimento em infraestrutura rural (irrigação, armazenagem e estradas): É recomendada a expansão e reabilitação de sistemas de irrigação no Búzi, aproveitando a disponibilidade hídrica dos rios da região, de modo a diminuir a dependência das chuvas e proteger a produção. Em paralelo, deve-se construir infraestruturas de armazenagem comunitárias (silos, armazéns e celeiros melhorados) para que os agricultores possam conservar excedentes de forma segura. Isso permitiria não só o consumo ao longo do ano, como também a venda em fases visando melhor rentabilidade, conforme já é estratégia local. A melhoria das estradas vicinais e pontes é igualmente importante: com melhores caminhos, os agricultores conseguem acesso mais fácil aos mercados e os custos de transporte diminuem, tornando a pequena

produção mais competitiva. Esses investimentos em infraestrutura têm efeito multiplicador, pois, reduzem a vulnerabilidade a eventos climáticos (uma ponte resistente pode evitar que uma comunidade fique isolada numa cheia, por exemplo) e integram economicamente as zonas rurais, incentivando a produção para comercialização.

- Para que os camponeses escapem do ciclo de baixa produtividade, é necessário apoiá-los na aquisição de insumos e crédito acessível. Propõe-se a implementação de programas de microcrédito rural ou fundos rotativos geridos localmente, com juros baixos e prazos compatíveis com os ciclos agrícolas, permitindo que os pequenos produtores invistam em sementes melhoradas, fertilizantes ou ferramentas sem comprometer sua segurança financeira. Paralelamente, a disponibilização de insumos de qualidade a preços subsidiados deve ser considerada – por exemplo, através de feiras sazonais de insumos no distrito ou de vales (vouchers) distribuídos às famílias de baixa rendimento para a compra de fertilizantes e pesticidas. Tais medidas combateriam a baixa utilização de insumos, que se deve tanto ao alto custo quanto à dificuldade de acesso físico. Ademais, recomenda-se promover parcerias com organizações especializadas (universidades, ONGs agrárias, programas internacionais) para introduzir variedades de sementes mais resistentes (adaptadas às secas ou tolerantes a inundações) e treinar os agricultores no seu uso. A combinação de crédito disponível e insumos melhorados pode alavancar a produtividade, mas é importante que essas soluções sejam acompanhadas de assistência técnica para garantir que o endividamento seja bem empregado e retorne em ganhos de produção.

- Incentivar a associatividade entre os pequenos produtores pode amplificar a voz e o poder de negociação do campesinato. Assim, recomenda-se apoiar a formação de associações ou cooperativas agrícolas no Búzi, fornecendo assistência jurídica e organizacional para sua constituição e gestão. Produtores organizados podem realizar compras colectivas de insumos (preços mais baixos), agregar valor e volume à produção para poder aceder a mercados maiores ou melhores preços, e compartilhar equipamentos (como tractores ou motobombas). A organização também facilita a troca de conhecimentos entre agricultores e a coordenação de calendários de produção que evitem excesso de oferta simultânea de um mesmo produto. Políticas públicas podem estimular esse cooperativismo por meio de reconhecimento formal das associações, preferência em programas de apoio (por exemplo, fornecendo insumos primeiro para grupos organizados) e fomentando parcerias entre as associações do Búzi e outras de sucesso em Moçambique, para intercâmbio de experiências. A participação das mulheres e dos jovens nessas organizações deve ser garantida, assegurando inclusão e equidade nos benefícios. Uma associação de camponeses organizada tem mais capacidade de pressionar por melhorias (como escolas, extensão, mercados locais) e de se ajudar mutuamente em momentos de crise, fortalecendo a resiliência colectiva da agricultura familiar.

- Diante da realidade de eventos climáticos extremos recorrentes, as recomendações incluem acções para fortalecer a previsão e resposta climática no distrito. É importante instalar ou melhorar os sistemas locais de aviso prévio meteorológico – por exemplo, rádios comunitárias ou redes móveis que alertem agricultores sobre chuvas ou ciclones com antecedência, permitindo a protecção dos bens e colheitas. Investimentos em tecnologias de monitoramento climático e parcerias com serviços nacionais de meteorologia podem viabilizar que informações precisas cheguem aos camponeses em tempo útil. Em termos de práticas agrícolas, é recomendada a difusão de estratégias de produção considerando o clima: isso inclui a promoção de sistemas agroflorestais, que combinam árvores e culturas para proteger o solo e regular a umidade; técnicas de conservação de solo e drenagem de água, para reduzir a erosão e escoar o excesso hídrico nas cheias; uso de culturas melhoradas resistentes a secas ou tolerantes a inundações; e incentivos à diversificação produtiva não apenas agrícola, mas também integrando criação de animais de pequeno porte ou apicultura, de forma a espalhar riscos. Programas de treinamento sobre adaptação climática devem ser oferecidos, valorizando também os conhecimentos tradicionais de previsão do tempo e manejo do ambiente, que muitas vezes já fazem parte da cultura camponesa local. Por fim, sugerimos explorar a introdução de seguros agrícolas simplificados para pequenos produtores (por exemplo, um seguro indexado a eventos climáticos catastróficos) para que, em casos de desastres como IDAI, os agricultores tenham alguma compensação financeira que lhes permita recomeçar. Essa rede de segurança, aliada às estratégias de adaptação proactivas mencionadas, pode reduzir drasticamente a vulnerabilidade das famílias rurais e lhes dar mais confiança para investir na produção mesmo sob risco climático.

Em conjunto, essas recomendações traçam um caminho multidimensional para impulsionar a agricultura camponesa do Búzi para uma condição mais produtiva, sustentável e resistente a choques. O sucesso de qualquer intervenção dependerá da participação dos próprios agricultores em todas as etapas – desde o planejamento até a execução e avaliação das medidas. As soluções precisam ser construídas com eles, aproveitando sua experiência local, ao invés de impostas de cima para baixo. Somente assim as melhorias propostas poderão atender às necessidades imediatas das famílias camponesas e, simultaneamente, pavimentar um futuro de maior prosperidade e segurança alimentar no distrito do Búzi.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O impacto deste estudo transcende a esfera académica, alcançando implicações práticas para a produção agrícola do Búzi e, possivelmente, para outras regiões rurais de Moçambique. Ao estudar a realidade da agricultura camponesa local com profundidade, o trabalho oferece insights importante para formuladores de políticas, líderes comunitários e organizações de desenvolvimento. As evidências levantadas servem como alerta e guia: alerta para a urgência de se enfrentar os entraves que mantêm os pequenos produtores em situação de vulnerabilidade e guia para direccionar intervenções de forma mais informada e efectiva. Por exemplo,

compreender que a falta de infraestruturas de armazenagem leva a perdas e vendas precoces a baixo preço indica claramente onde investimentos devem ser feitos; reconhecer que muitos produtores já diversificam culturas para lidar com chuvas incertas sugere que programas de apoio devem reforçar (e não tentar substituir) essas estratégias locais; perceber que extensão rural faz diferença concreta na produtividade justifica expandir e aprimorar esse serviço imediatamente. Assim, do ponto de vista prático, o estudo tem relevância directa: suas recomendações podem guiar planos distritais de desenvolvimento agrário, propostas de projectos por ONGs e até iniciativas de cooperação internacional voltadas à adaptação às mudanças climáticas e redução da pobreza rural.

Do ponto de vista académico, esta investigação acrescenta uma peça importante ao mosaico de conhecimentos sobre agricultura familiar em Moçambique. Estudos sobre o campesinato moçambicano, especialmente com enfoque em níveis distritais e com abordagem interdisciplinar, ainda são relativamente escassos – o que faz com que este livro preencha parcialmente essa lacuna, oferecendo um estudo de caso aprofundado. A junção de análises quantitativas (inquéritos extensivos) e qualitativas (entrevistas e observação em campo) enriquece a interpretação dos fenómenos e poderá inspirar pesquisas futuras a adoptarem abordagem semelhante para captar a complexidade rural. Academicamente, os resultados dialogam com teorias de desenvolvimento rural e economia agrária, ora corroborando-as, ora sugerindo nuances locais que merecem atenção. Por exemplo, confirmamos a premissa teórica de que camponeses não são avessos à inovação – eles inovam dentro do possível e do apropriado ao seu contexto –, mas observámos que a inovação tecnológica só é incorporada quando há mediação adequada (extensão, demonstração prática) e quando resolve um problema sentido pela comunidade. Tais percepções refinam a compreensão teórica do processo de adopção de inovações. Além disso, o estudo reforça a importância de se considerar factores sociais, como a estrutura familiar e as redes de solidariedade, dentro da análise económica da agricultura – uma contribuição ao debate interdisciplinar entre economia, sociologia e antropologia rurais.

Em conclusão, a pesquisa realizada e apresentada neste livro evidencia que, apesar de todas as adversidades, a agricultura camponesa no Búzi permanece resiliente e indispensável. Reconhecer as estratégias de produção camponesa e apoiá-las não é só uma questão de justiça social, mas também de inteligência estratégica para o desenvolvimento – afinal, sem o fortalecimento do sector familiar, dificilmente Moçambique alcançará metas duradouras de redução da pobreza e de provisão alimentar. Espera-se que este estudo sirva como catalisador de mudanças positivas, incentivando acções concretas no Búzi e inspirando investigações semelhantes em outros locais.

Como direcções para pesquisas futuras, muitas perguntas permanecem em aberto. Sugere-se aprofundar a análise de questões específicas que emergiram: por exemplo, um estudo focal sobre o papel das mulheres na agricultura camponesa do Búzi poderia esclarecer dinâmicas de género na tomada de decisões produtivas e no acesso a recursos (visto que as mulheres são grande parte da força de trabalho agrícola, mas enfrentam obstáculos próprios). Investigar as perspectivas dos jovens

rurais quanto ao futuro na agricultura também seria valioso, dada a tendência de migração e os dilemas entre “enxada e futuro” apontados. Além disso, pesquisas longitudinais acompanhando famílias ao longo de vários anos permitiriam observar como as estratégias camponesas evoluem frente às mudanças do clima e da economia – um registo dinâmico que complementaria o retracto estático aqui apresentado. Por fim, comparar a realidade do Búzi com a de outros distritos moçambicanos (ou de países vizinhos) em estudos comparativos poderia ajudar a distinguir quais desafios e soluções são específicos do contexto local e quais reflectem padrões mais gerais do campesinato em África.

Encerramos este capítulo – e o livro – com a convicção de que a agricultura camponesa no distrito do Búzi não é um resquício do passado a ser substituído, mas sim um pilar vivo que, se apoiado devidamente, pode conduzir a um futuro de desenvolvimento rural inclusivo e sustentável. Os camponeses do Búzi mostraram, através de suas práticas e da generosidade em partilhar suas histórias connosco, que possuem a determinação e o conhecimento necessários para superar desafios. Cabe aos demais actores – pesquisadores, formuladores de políticas, sociedade civil – unir esforços para remover os obstáculos que eles não podem ultrapassar.

A agricultura familiar, pilar da subsistência de milhões de pessoas, é estudada aqui como um sistema moldado por factores sociais, económicos, ambientais e institucionais.

O autor parte de uma revisão teórica sobre a agricultura camponesa e discute a influência da estrutura familiar, a posse de bens, a diversificação de culturas e as dinâmicas de género na organização da produção. Recorre a métodos quantitativos e qualitativos, combinando inquéritos, entrevistas e observação directa, para revelar os desafios enfrentados pelos pequenos produtores.

Ao mesmo tempo, destaca as estratégias de resiliência e adaptação desenvolvidas localmente. O livro mostra ainda como políticas públicas podem ter impactos positivos na produção e produtividade, desde que ampliados e fortalecidos.

Combinando rigor académico e dados empíricos, esta obra fornece elementos para a formulação de políticas e para o debate sobre o desenvolvimento rural, contribuindo para compreender como os pequenos produtores do Búzi enfrentam incertezas e criam soluções para garantir a sua sobrevivência e dignidade.

OMR
Observatório do Meio Rural

Observatório do Meio Rural
Endereço: Rua Faustino Vanombe, nº 81, 1º Andar
Maputo - Moçambique
www.omrmz.org

EMBAIXADA DA NORUEGA

Suécia
Sverige